

ATLAS URBANO E REGIONAL

Pequenas cidades da região geográfica
Intermediária de Montes Claros, MG (RGINT/MOC)

Iara Soares de França (Coordenadora)

Anete Marília Pereira

Carlos Alexandre Bortolo

Marcos Esdras Leite

Maria Ivete Soares de Almeida

ATLAS URBANO E REGIONAL

Pequenas cidades da região geográfica
Intermediária de Montes Claros, MG (RGINT/MOC)

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editores-Chefe

Evilázia Ferreira Martins
Editores Assistentes

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Maria da Penha Brandim de Lima
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo

Apoio:



ATLAS URBANO E REGIONAL

Pequenas cidades da região geográfica
Intermediária de Montes Claros, MG (RGINT/MOC)

Iara Soares de França (Coordenadora)

Anete Marília Pereira

Carlos Alexandre Bortolo

Marcos Esdras Leite

Maria Ivete Soares de Almeida



Montes Claros/2024

Laura Silveira Fahel
Capa

Laura Silveira Fahel
Diagramação

Evilázia Ferreira Martins
Maria Ivete Soares de Almeida
Revisão linguística

Este livro foi selecionado por edital
e submetido a parecer duplo cego

DOI: 10.46551/978-65-86467-75-8

A881 Atlas urbano e regional : pequenas cidades da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, MG (RGINT/MOC) [recurso eletrônico] / coordenadora Iara Soares França ; pesquisadores Anete Marília Pereira ... [et al.]. - Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2024.
138 p. il. ; Ebook PDF.

Demais pesquisadores: Carlos Alexandre Bortolo, Marcos Esdras Leite, Maria Ivete Soares de Almeida.

Vários bolsistas.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-75-8. (Ebook).

1. Atlas - Urbano e regional. 2. Geografia - Montes Claros (MG). 3. Geografia - Norte de Minas (MG). 4. Diagnósticos e prognósticos. 5. Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC). I. França, Iara Soares de. II. Pereira, Anete Marília. III. Bortolo, Carlos Alexandre. IV. Leite, Marcos Esdras. V. Almeida, Maria Ivete Soares de. VI. Título. VII. Título: Pequenas cidades da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC).

CDD 911

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso - CRB-6/1892

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126

www.editora.unimontes.br

editora@unimontes.br

Filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro é fruto de um conjunto de pesquisas desenvolvidas, entre os anos 2016 e 2024, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a partir dos seguintes projetos:

- a)** Planejamento Regional e a Viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: Interações Espaciais, Diagnóstico Urbano e Políticas Públicas (Edital Demanda Universal Fapemig - 2018, Processo APQ-03318-18).
- b)** Planejamento Regional e Instrumentos de Gestão Intermunicipal no Norte de Minas Gerais (Financiado pelo Edital Demanda Universal Fapemig - 01/2016, Processo CSA-APQ-02653-16; e aprovado pela Resolução n. 168 CEPEX - 2015/UNIMONTES).
- c)** A rede urbana norte-mineira: consolidação, dinâmicas recentes e refuncionalização (1950 a 2010) (Financiado pelo Edital Demanda Universal Fapemig 01/2011, Projeto 003.001.0523, processo SHA-APQ-00719-11).

Para a realização desta pesquisa, foi fundamental a organização de uma equipe formada por pesquisadores, docentes, mestrandos e graduandos em Geografia e em Engenharia civil. A seguir, apresenta-se a equipe que desenvolveu os projetos fundamentais para a elaboração desta obra.

Equipe de Pesquisadores

Iara Soares de França – Unimontes (Coordenadora)

Anete Marília Pereira – Unimontes

Carlos Alexandre Bortolo – Unimontes

Marcos Esdras Leite – Unimontes

Maria Ivete Soares de Almeida – Unimontes

Bolsistas PPGeo

Luara Martins de Oliva Santos (BDCTI/Fapemig)

Valéria Aparecida Moreira (Fapemig)

Bolsistas de Graduação, Iniciação Científica/IC:

Ana Clara Medeiros de Souza (PIBIC/Fapemig)

Brunna Marques Sepúlveda Brum (PIBIC/Fapemig)

Bruna Stefanie Macedo Santos (PIBIC/CNPq)

Caroline Gabriele Trindade Queiroz (PIBIC/Fapemig)

Franciely Silva Souza (PIBIC/Fapemig)

Hugo Cardoso Ribeiro Sousa (PIBIC/CNPq)

Isabela Freire Batista (BIC/UNI/Unimontes)

Lucas Alves Vieira (BIC/UNI/Unimontes)

Marcela Alves Fonseca (PIBIC/Fapemig)

Ricardo dos Santos Oliveira (PIBIC/Fapemig)

Rosiane Soares Silva (PIBIC/CNPq)

Sheila Fonseca de Castro (Fapemig)

Victória Caroline Vidal (Fapemig)

Victória Pereira Brito (PIBIC/Fapemig)

Yan Graciano Silva (PIBIC/CNPq)

AGRADECIMENTOS

Este livro foi realizado com apoio do(a):

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) – Termo de Concessão n. 0013/2019.

[...] a ideia que permanece é aquela da extraordinária pluralidade e do alcance imenso desta atividade intelectual que escolhemos porque ela nos permite ver e sentir; descrever, representar e explicar, desmembrar e integrar; admirar e amar a natureza e a sociedade... pensando assim, talvez possamos entender que a Geografia sempre se interessou por todos os mundos possíveis...

Oswaldo Bueno Amorim Filho (2006)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas de elaboração do Atlas Urbano e Regional da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC).....	36
Figura 2 – Bocaiuva; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	60
Figura 3 – Capitão Enéas; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	60
Figura 4 – Cristália; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	61
Figura 5 – Francisco Dumont; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	61
Figura 6 – Glaucilândia; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal	62
Figura 7 – Grão Mogol; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal..	62
Figura 8 – Ibiracatu; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	63
Figura 9 – Janaúba; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	63
Figura 10 – Japonvar; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal....	64
Figura 11 – Jequitaiá; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	64
Figura 12 – Lagoa dos Patos; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	65
Figura 13 – Mirabela; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	65
Figura 14 – Pedras de Maria da Cruz; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	66
Figura 15 – Riacho dos Machados; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	66
Figura 16 – São João do Pacuí; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal.....	67
Figura 17 – Verdelândia; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal	67
Figura 18 – Principais problemas apontados pelos Gestores.....	90
Figura 19 – Principais problemas apontados pela população.....	90
Figura 20 – Principais soluções apontadas pela população.....	91

LISTA DE REGISTROS ICONOGRÁFICOS

Iconografia 1 – Bocaiúva.....	94
Iconografia 2 – Brasília de Minas.....	95
Iconografia 3 – Capitão Enéas.....	96
Iconografia 4 – Claro dos Poções.....	97
Iconografia 5 – Cristália.....	98
Iconografia 6 – Engenheiro Navarro.....	99
Iconografia 7 – Francisco Dumont.....	100
Iconografia 8 – Francisco Sá.....	101
Iconografia 9 – Glaucilândia.....	102
Iconografia 10 – Grão Mogol.....	103
Iconografia 11 – Guaraciama.....	104
Iconografia 12 – Ibiracatu.....	105
Iconografia 13 – Itacambira.....	106
Iconografia 14 – Janaúba.....	107
Iconografia 15 – Januária.....	108
Iconografia 16 – Japonvar.....	109
Iconografia 17 – Jequitaí.....	110
Iconografia 18 – Juramento.....	111
Iconografia 19 – Lagoa dos Patos.....	112
Iconografia 20 – Lontra.....	113
Iconografia 21 – Mirabela.....	114
Iconografia 22 – Olhos D'água.....	115
Iconografia 23 – Patis.....	116
Iconografia 24 – Pedras de Maria da Cruz.....	117
Iconografia 25 – Pirapora.....	118
Iconografia 26 – Riacho dos Machados.....	119
Iconografia 27 – São João da Lagoa.....	120
Iconografia 28 – São João da Ponte.....	121
Iconografia 29 – São João do Pacuí.....	122
Iconografia 30 – Verdelândia.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os principais problemas da Região Norte de Minas Gerais, na visão de Gestores Municipais.....	68
Gráfico 2 – Responsabilidade sobre os problemas do município.....	78
Gráfico 3 – Você conhece o Plano Diretor?.....	79
Gráfico 4 – Você participou do processo de instituição do Plano Diretor?	79
Gráfico 5 – Você considera importante participar do processo de planejar a cidade?.....	80
Gráfico 6 – Por que você considera importante a participação no processo de planejar a cidade?.....	81

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Classificação dos Centros Urbanos da Região Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC).....	40
Mapa 2 – Localização dos Municípios da Pesquisa na Região Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC).....	42
Mapa 3 – População Total, municípios pesquisados, 2022.....	43
Mapa 4 – Variação absoluta da população total, 2010 a 2022.....	44
Mapa 5 – Taxa de crescimento geométrico, 2010 a 2022.....	44
Mapa 6 – Produto Interno Bruto Total (R\$1 mil), municípios pesquisados, 2020.....	45
Mapa 7 – Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita (R\$1 mil), municípios pesquisados, 2020.....	46
Mapa 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), municípios pesquisados, 2010.....	47
Mapa 9 – Municípios integrantes da proposta de criação da RMMOC (PLC 11/2015).....	53
Mapa 10 – Saúde.....	72
Mapa 11 – Desemprego.....	73
Mapa 12 – Infraestrutura.....	73
Mapa 13 – Educação.....	74
Mapa 14 – Segurança.....	74
Mapa 15 – Transporte.....	75
Mapa 16 – Gestão Pública.....	75
Mapa 17 – Indústria.....	76
Mapa 18 – Lazer.....	77
Mapa 19 – Não há problemas.....	77
Mapa 20 – Participação Social, municípios pesquisados, 2022.....	82
Mapa 21 – Planejamento, municípios pesquisados, 2022.....	83
Mapa 22 – Melhoria do diálogo com a população, municípios pesquisados, 2022.....	84
Mapa 23 – Investimento Público, municípios pesquisados, 2022.....	84
Mapa 24 – Políticas Públicas, municípios pesquisados, 2022.....	85
Mapa 25 – Gestão dos Recursos Públicos, municípios pesquisados, 2022.....	86
Mapa 26 – Síntese dos Problemas Apontados pela População dos Municípios, 2022.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perguntas presentes nas entrevistas com os Gestores Municipais..... 58

Quadro 2 - Existência do Plano Diretor nos municípios pesquisados..... 70

Quadro 3 - Perguntas presentes nas entrevistas com a População..... 71

LISTA DE SIGLAS

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFB – Constituição Federal do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSA – Ciências Sociais Aplicadas
DATAR – Délégation à L'Aménagement du Territoire e à l'Action Régionale
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FUNMOC – Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LAEUR – Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PIBT – Produto Interno Bruto Total
PLC – Projeto de Lei Complementar
PNCCPM – Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
RECIME – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RGIM – Região Geográfica Imediata
RGINT/MOC – Região Geográfica Intermediária de Montes Claros
RM – Região Metropolitana
RMMOC – Região Metropolitana de Montes Claros
SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UGI – União Geográfica Internacional
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros
USP – Universidade de São Paulo
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
-----------------------	----

APRESENTAÇÃO	31
---------------------------	----

PARTE 1: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÁREA DE ESTUDO

1. 1. Procedimentos Metodológicos	36
1.1.1 Elaboração de Mapas da REGIC (IBGE, 2018), de Localização da Área de Estudo e de Indicadores Demográficos, Econômicos e Sociais	36
1.1.2 A elaboração do Mapa 2 a partir do Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015	37
1.1.3 Entrevistas com os Gestores Municipais (destacando-se o PLC 11/2015) e com a População para a elaboração de Mapas, Gráficos e Fluxogramas da região	37
1.1.4 Registros Iconográficos	38
1.2. A Cidade e a Região	39
1.3. A Localização da Área de Estudo e os Aspectos Demográficos, Econômicos e Sociais	42

PARTE 2: DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE MONTES CLAROS (RGINT/MOC)

2.1. Os Conceitos, as Leis e os Instrumentos de Gestão e Planejamento	50
2.2. O Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015 sobre a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC)	52
2.3. A Visão dos Gestores	58
2.3.1 Perguntas realizadas aos gestores municipais....	58
2.3.2 As principais respostas em Fluxogramas.....	59
2.3.2.1 Fluxogramas com Respostas dos Gestores Municipais.....	60
2.3.2.2 Vínculos entre os municípios e problemas apontados pelos Gestores Municipais.....	68
2.4. A Visão da População	71

2.4.1 Perguntas realizadas à população dos municípios pes- quisados.....	71
2.4.2 Respostas da População.....	71

REFLEXÕES FINAIS	89
-------------------------------	-----------

REGISTROS ICONOGRÁFICOS.....	93
-------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	125
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	129
-----------------------	------------

Apêndice 1

Sugestões de textos científicos sobre cida- des e urbanização da região geográfica in- termediária (RGINT/MOC).....	130
---	-----

Apêndice 2

Esta produção bibliográfica é resultante das seguintes pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.....	133
---	-----

Apêndice 3

Universidade Estadual de Montes Claros/
UNIMONTES

Cursos: Geografia

Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LAEUR.....	134
--	-----

Apêndice 4

Universidade Estadual de Montes Claros/
UNIMONTES

Cursos: Geografia

Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LAEUR.....	135
--	-----

SOBRE OS AUTORES	137
-------------------------------	------------

PREFÁCIO

Na atualidade, existe uma variedade tão grande de atlas, sobre os mais diferentes assuntos, que essas formas de coleção de informações acabam por se banalizar. Com exceção de uma minoria de estudiosos, particularmente interessados nos atlas, a maioria dos usuários conhece pouco sobre o significado do seu nome e das suas origens, da sua história, das suas tipologias e das suas aplicações. Portanto, faço aqui um convite à reflexão, sobre as origens, o significado e uma breve história dos atlas geográficos antes da leitura desta obra que focaliza as cidades e os espaços ligados regionalmente à cidade de Montes Claros.

Em seu conjunto, este prefácio foi organizado como uma aula, composta pelas seguintes partes: na primeira, uma reflexão introdutória sobre o termo “atlas” e o conceito de “atlas geográfico”, seguida de uma breve história dos principais atlas geográficos produzidos nos grandes polos da ciência e do pensamento geográficos, incluindo-se, aí, uma breve referência ao Brasil e ao estado de Minas Gerais; a segunda parte dedica-se ao “Atlas Urbano e Regional”, objeto primordial deste prefácio; e a última parte contém algumas considerações fundamentais sobre os autores desta importante obra.

A palavra “Atlas” vem do grego e etimologicamente significa aquele ou aquilo “que suporta (ou carrega) muito” (Barbian, 2021, p. 31). Como nome próprio foi, primeiro, empregado para designar uma figura marcante da mitologia grega; um dos titãs que se revoltaram contra os deuses do Olimpo e que foram por estes derrotados, recebendo, por isso, diferentes castigos. “Atlas” foi condenado a carregar, sobre os ombros, a abóbada celeste (mais tarde, todo o globo terrestre) até o fim dos tempos. Com uma conotação mais limitada e regional, o termo “Atlas” dá nome às montanhas que dominam grande parte de Maghreb, espaço situado no extremo noroeste da África. Para os propósitos deste prefácio, a primeira conotação é a mais importante, pois é dela que provém o nome atlas, que está no título desta obra que se prefacia.

Mesmo que a palavra “atlas” – usada para dar nome a uma coleção de mapas, encadernada como um livro e organizada com um propósito geográfico bem definido – só tenha sido publicada no Renascimento europeu (mais precisamente no final do século XVI), houve, sem dúvida, trabalhos cartográficos e geográficos que prepararam o terreno para os atlas renascentistas. Da Antiguidade greco-romana, a única obra que pode ser considerada uma precursora dos atlas da Renascença europeia e que chegou praticamente completa à Europa ocidental nos séculos XV e XVI faz parte do grande livro de Claudius Ptolomei¹ que recebeu o nome de “Geografia”. Ptolomeu, que já havia publicado,

¹Ptolomeu (90 – 168 d. C.), geógrafo, astrônomo e matemático, colaborou, notadamente, com o conhecimento geográfico a partir da cartografia.

em 150 d.C., um livro grandioso sobre Astronomia (a começar pelo nome arabizado posteriormente para “Almagest”, ou seja, “O Majestoso”), tornou público, na mesma época, “Geografia”, obra complexa, composta, segundo as fontes conhecidas (como, por exemplo, Wilford, 2000, p. 29-36), de três partes principais, divididas em oito “livros”. Essas três partes, que estão conectadas, assim se organizam:

- a primeira parte está voltada para importantes reflexões sobre conceituações e métodos relacionados à cartografia e à corografia;
- a segunda parte consiste de uma longa lista de centenas de localidades importantes do Império Romano, no século II desta Era, acompanhada das respectivas latitudes e longitudes, a fim de que os usuários pudessem localizá-las com precisão nos mapas que compõem a “Geografia” de Ptolomeu, ou em qualquer mapa que possuísse o sistema de coordenadas criado por esse geógrafo de Alexandria;
- a terceira e última parte é formada pelo conjunto de mapas: um mapa mundial, naturalmente menos detalhado em função da escala, e 26 mapas regionais bem mais detalhados, cobrindo o espaço geográfico do mundo conhecido de então, denominado “Ecúmeno”² pelos gregos e romanos. Esses 26 mapas regionais da Geografia de Ptolomeu dividem-se, por sua vez, da seguinte maneira:
 - 10 mapas sobre a Europa;
 - 4 mapas sobre a África; e
 - 2 mapas sobre a Ásia.

Esse embrião de atlas geográfico de Ptolomeu permaneceu, para os poucos pensadores que tinham acesso a ele, como o trabalho cartográfico de maior importância, por cerca de um milênio na Europa Ocidental. Ao final da Idade Média, graças a geógrafos e cartógrafos do mundo islâmico da Espanha, de Maghreb e de algumas cidades italianas, como Roma ou Veneza, a supremacia cartográfica de Ptolomeu começa a ser questionada. Novas coleções de mapas começam a ser produzidas, principalmente para subsidiar as grandes navegações e a forte expansão do comércio que acompanhavam a grande ampliação do Ecúmeno, realizada sobretudo pelos europeus nos séculos XV e XVI. Nesse alargamento extraordinário dos horizontes geográficos dos europeus, o avanço da produção de mapas tem papel crucial.

²O termo refere-se às áreas extensas, distantes e ocupadas por população humana.

É nessa época que os principais centros da cartografia moderna migram de regiões islâmicas ou católicas europeias para os chamados “países baixos”, dos belgas e holandeses. São nesses novos ambientes de forte intercâmbio comercial, particularmente graças a portos dinâmicos, que vão aparecer os grandes atlas, com características de conteúdo bem parecidas com os atlas atuais. Várias iniciativas são levadas a bom termo, mas, entre elas, algumas recebem uma atenção maior dos historiadores da geografia e da cartografia.

Não é necessário relembrar aqui que os séculos XV e XVI representam, para os países da Europa Ocidental, um tempo de forte expansão dos conhecimentos geográficos sobre o restante do Ecúmeno. As informações sobre as regiões descobertas chegavam à Europa sob a forma de relatos de viagens e de mapas. Nas palavras de Wilford (2000, p. 29): “a Idade do Descobrimento inundou os fabricantes de mapas com informação e fez crescentes demandas quanto à sua habilidade e engenhosidade”. Em outros termos, nunca se necessitou tanto do trabalho de geógrafos, cartógrafos e comerciantes de mapas. Verdadeiras empresas familiares, que conseguiam centralizar, com eficiência, essas três atividades, foram criadas em alguns países europeus. Entre essas empresas, duas, praticamente contemporâneas, foram criadas em cidades pertencentes à Bélgica atual, tendo por polos principais e interligados: um porto (Antuérpia) e uma famosa cidade universitária (Lovaina).

Em 1570, Abraham Ortelius, cujo nome latinizado tornou-se Ortelius, publicou o que é considerado o primeiro atlas moderno, que não recebeu o nome de “atlas”, mas, sim, o sugestivo título latino de “Theatrum Orbis Terrarum”. Aliás, esse título traz, em sua índole, uma ideia que nunca deixou de estar presente na cartografia de todos os tempos, ou seja, a de “representação”. A primeira edição do “Theatrum Orbis Terrarum” tinha 70 mapas de autoria de diferentes cartógrafos. As principais tarefas de Ortelius e de seus associados eram as de melhorar e unificar a apresentação cartográfica de tais mapas e de organizá-los regional e nacionalmente. O fato é que a popularidade da obra de Ortelius foi tamanha que o seu editor e/ou os seus familiares foram levados a reeditá-la 40 vezes. O “Theatrum” de Ortelius certamente abriu caminho para uma nova era na história da cartografia moderna, mas este feito não pode ser atribuído apenas a ele ou a sua empresa.

Um trabalho de síntese cartográfica do mundo conhecido no final do século XVI, de igual ou até maior qualidade, estava sendo realizado por outro pesquisador e editor de grande talento: o também belga de nascimento, Gerhard Kremer (mais conhecido pelo nome, igualmente latinizado, de Gerardus Mercator, 1512-1594). Mercator era geógrafo, matemático e cartógrafo, com formação acadêmica na Universidade de Lovain. Ficou muito conhecido pelos

globos terrestres, instrumentos de orientação geográfica, em especial, para a navegação, fabricados por sua empresa, assim como pela projeção cartográfica, que tem sido usada por séculos e que leva o seu nome.

Mas, o que nos interessa mais nesse prefácio é que Mercator organizou e preparou a primeira obra que recebeu explicitamente o nome “atlas”, que só conseguiu ser concluída em 1595, portanto, após a morte do autor principal, com o título completo e complexo de “Atlas, ou meditações cosmográficas da criação do mundo e a forma da criação” (Wilford, 2000, p. 104). A partir do “Atlas Mercator”, como ficou mais conhecido desde então, a maior parte das obras semelhantes publicadas vêm ostentando, em seus títulos, o nome do Titã que ousou enfrentar os deuses do Olimpo e acabou condenado a sustentar o mundo em seus ombros.

O “Atlas de Mercator” serviu de modelo para uma série de atlas publicados em países da Europa Ocidental durante os séculos XVII e XVIII. É a partir do final do século XVIII e início do século XIX, com a consolidação dos grandes impérios coloniais e com o desenvolvimento, sustentado pelas universidades, da pesquisa em Geografia (tanto nas academias quanto nas “sociedades geográficas”), que novas formas de atlas começaram a surgir, tendo como suportes essenciais os fundamentos científicos.

No início do século XIX, nos Estados alemães, editores (prossequindo na tradição de Ortelius e Mercator) juntaram-se a alguns geógrafos para publicar novos atlas geográficos. Além do crescimento dos estudos de uma geografia inspirada em autores famosos como Humboldt, Kant e Ritter, a busca de uma unificação da nação alemã, sobretudo após as guerras napoleônicas, certamente contribuiu para o florescimento dos novos mapas e atlas germânicos.

Entre os atlas alemães da primeira metade do século XIX, merecem aqui a menção (mesmo que breve) de dois atlas com características, objetivos e alcances bem diferentes: trata-se do “Atlas von Asien”, que acompanha a famosa obra inacabada de Karl Ritter, “Die Erdkunde”, publicada em Berlim, entre 1822 e 1859, e, por outro lado, o bem conhecido (entre os alemães) “Hand-Atlas” de Adolf Stieler, publicado pela Editora Justus Perthes, na cidade de Gotha, situada na Thuringia (entre Erfurt e Eisenach), no ano de 1816. O primeiro, de Ritter, tornou-se um modelo para os futuros “atlas regionais” e inclusive para as próprias pesquisas em geografia regional. O segundo, de Stieler, era muito mais popular, muito mais barato e tinha um formato “de bolso”, tendo servido de modelo para os futuros “atlas escolares”.

Na verdade, todas essas obras do século XIX, na Europa, são trabalhos fundamentais que preparam o aparecimento, já na última década do século, daquele que, por seu alcance cartográfico e epistemológico, pode ser consi-

derado o atlas de melhor concepção geográfica até hoje publicado, ou seja, o “Atlas Geral Vidal-Lablache”, que é, também, o último descrito nesta breve história dos atlas geográficos.

O projeto do atlas histórico-geográfico de Paul Vidal de Lablache teve início por volta de 1885 e fez parte de um esforço multifacetado do pensador francês no sentido de consolidar e ampliar o papel da geografia em todos os níveis escolares da França. Esse esforço incluía várias publicações acadêmicas, cursos, conferências e a criação dos “Annales de Géographie” (1891), periódico de prestígio que perdura até hoje. O “Atlas Vidal-Lablache” foi primeiramente publicado em folhas separadas, folhas que seriam agrupadas para formar o trabalho definitivo entre 1890 e 1894 e que teve muitas outras edições a partir daí.

Em 1984, para escrever o artigo “O atlas no pensamento geográfico de Paul Vidal de la Blache”, consultei a edição de 1921 e constatei que a obra continha 420 mapas e encartes, acompanhados de 131 textos explicativos. Além disso, o atlas apresentava um Índice Alfabético de 46.000 nomes históricos e geográficos presentes nos mapas. Eles tinham qualidades cartográficas sem precedentes, que favoreciam grandemente o uso do atlas no ensino da geografia. Mas, de acordo com Meynier (Rennes, 1969, p. 18), o que distinguia o “Atlas Vidal-Lablache” dos demais eram outras características: “Nada parecido havia sido tentado até aí. Os grandes atlas alemães, tais como o “Stieler” e os atlas franceses predecessores ou contemporâneos buscavam sobretudo localizar, o mais claramente possível, o maior número de topônimos. [...] a concepção de Vidal difere totalmente. Não se trata mais de um repertório, de um inventário, de uma comodidade, mas de um despertar para a reflexão geográfica, de uma sugestão contínua para o pensamento e a explicação.”

É claro que um atlas elaborado com mapas bem expressivos cartograficamente e com dados estatísticos confiáveis será, sempre, uma fonte inesgotável de consultas para pessoas com os mais variados interesses. Porém, Vidal de Lablache, ao trabalhar longamente na construção de seus atlas, tinha objetivos ainda mais altos, como, por exemplo, fazer com que seus leitores fossem capazes de assimilar tudo aquilo que ele considerava como a essência do pensamento geográfico, ou seja, o que mais tarde vários geógrafos franceses, fiéis aos ensinamentos vidalianos, denominaram “l'esprit géographique”.

Ao folhear, em 1984, a edição de 1921 do Atlas Vidal-Lablache, pude constatar a maneira original como o autor distribuía mapas e encartes sobre a região que se buscava estudar. Em duas páginas, abertas, uma ao lado da outra, sobre uma mesma região ou país, aparecia, em posição de destaque e em formato maior, um mapa “político-topográfico”, que buscava fazer uma apresentação geral da região representada. Ao lado deste mapa principal, e na ou-

tra página aberta ao lado, vários encartes eram colocados, mostrando aspectos da geografia física (geologia, geomorfologia, climatologia, fitogeografia, etc.) e da geografia humana (demografia, transportes, economia, cidades, etc.), alguns dos últimos sob a forma de gráficos ou tabelas. Todos esses encartes da mesma região ou do mesmo país em foco. No rodapé, havia, ainda, um texto curto, de caráter explicativo, sobre as informações apresentadas cartograficamente.

Para o bom observador, fica bem claro o que Vidal de Lablache pretendia alcançar com tais configurações. Ainda assim, leiam o esclarecimento do próprio Vidal nestes fragmentos, traduzidos para o português e extraídos do prefácio de seu atlas:

[...] A carta política da região a ser estudada é acompanhada de uma carta física: elas se aclaram uma à outra e encontram um complemento em cartas ou figuras esquemáticas para as quais a geologia, a climatologia, a estatística serviram de tema. Essa espécie de ‘dossier’ [...], constituído, de acordo com o caso de maneira mais ou menos completa, tem por objetivo colocar sob os olhos do observador o conjunto dos traços que caracterizam um lugar, a fim de permitir ao espírito o estabelecimento de uma ligação entre eles. É, com efeito nesta ligação que consiste a explicação geográfica de um lugar. Considerados isoladamente, os traços que compõem a fisionomia de uma região têm um valor apenas factual; eles só adquirem o valor de uma noção científica na medida em que são colocados dentro de um encadeamento do qual eles fazem parte e que constitui a única forma de conferir-lhes sua plena significação. [...] Tentando mostrar, assim, um lugar sob diferentes aspectos [...], eu não tive outro objetivo senão o de evidenciar o princípio de conexão que une os fenômenos geográficos. [...] A geografia tem, então, diante dela um belo e difícil problema, isto é, o de compreender o conjunto dos caracteres que compõem a fisionomia de um lugar, o encadeamento que os liga e neste encadeamento uma expressão das leis gerais do organismo terrestre (P.V. De La Blache, 1894/1921; traduzido por O. B. Amorim Filho, 1984, p. 26-27).

Ao finalizar meu artigo de 1984 sobre o “Atlas general Vidal-Lablache”, chego à seguinte conclusão:

Na verdade, o que Vidal de Lablache quis mostrar, há quase cem anos [...] é que, do Atlas, não somente podem ser retiradas informações e os dados de que se necessita mas, sobretudo, os princípios teóricos e metodológicos que formam nos estudantes, desde muito cedo, o verdadeiro espírito geográfico (Amorim Filho, 1984, p. 28).

Uma vez construído este breve (mas necessário) “alicerce histórico” sobre os atlas geográficos, pode-se, agora, concentrar as reflexões no “Atlas Urbano e Regional: Pequenas Cidades da Região Geográfica Intermediária (RGINT/MOC)”, que se tem a honra e a satisfação de prefaciar.

O título (aí, incluído o subtítulo) do atlas que se prefacia, apesar de longo, não faz justiça a todo o conteúdo da obra! Em outras palavras: este atlas oferece ao leitor bem mais do que seu título promete!

Ao terminar uma leitura cuidadosa, o leitor constatará que, na verdade, este atlas representa um espaço de encontro de duas tendências complementares. Uma delas é bem antiga e foi descrita nas páginas precedentes deste prefácio. O trabalho dos colegas geógrafos da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) insere-se, claramente, na primeira das duas tendências, ou seja, trata-se de um legítimo “atlas regional”, feito por geógrafos e com um tema bem geográfico: a região sob influência de Montes Claros e as cidades nela contidas. Neste sentido, o atlas é um prolongamento e uma manifestação atual da longa linhagem dos atlas geográficos, iniciada por Ptolomeu, no século II d.C., e aperfeiçoada pelas obras renascentistas de Ortelius e Mercator, passando pelo extraordinário “Atlas Général Vidal-Lablache”, até chegar à multidão de atlas atuais de todo tipo. No caso do Brasil, merecem destaque especial os excelentes atlas elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a década de 1960.

Toda a primeira parte, chamada de “Aspectos Teórico-Metodológicos e Área de Estudo”, que cobre o domínio mais convencional do atlas, divide-se em três seções: 1.1. Procedimentos metodológicos; 1.2. A cidade e a região; e 1.3. A localização da área de estudo e os aspectos demográficos, econômicos e sociais. O atlas, objeto deste prefácio, faz parte, porém, de uma outra tendência mundial, iniciada nas décadas de 1930 e seguintes, em alguns países como nos Estados Unidos (Tennessee Valley Authority, 1933), na Itália (políticas para o Mezzogiorno, vários projetos, em várias datas) e no Reino Unido (Town and Country Planning Act, 1947), por exemplo. Apesar dessas importantes iniciativas pioneiras e de algumas outras aqui não mencionadas, a iniciativa mais duradoura e talvez mais estruturada neste domínio vem ocorrendo na França, desde os anos 1950, e, sobretudo, desde 1963. Trata-se do “Aménagement du Territoire”, que pode ser traduzido aproximadamente para o português com a expressão “Planejamento territorial”, ou “planejamento urbano-regional”.

Este “Aménagement du Territoire”, tendência ao mesmo tempo acadêmica e governamental e, até mesmo, midiática e popular, desenvolveu-se na França, em grande parte na esteira das grandes obras de reconstrução do pós-guerra. Neste sentido, também, a maior parte dos autores que se volta-

ram para a pesquisa das origens do “Aménagement du Territoire” na França são unânimes em considerar um determinado livro como um dos fatores de maior importância no desenvolvimento desta tendência naquele país europeu. Trata-se da obra “Paris et le désert français”, publicada pelo geógrafo Jean-François Gravier, em 1947 (e com várias edições posteriores), cujo objetivo principal, já subentendido em seu título aparentemente exagerado, era o de mostrar como Paris concentrava fortemente o poder e as riquezas da França.

Essa denúncia, bem fundamentada geográfica e economicamente, chamava a atenção para as grandes desigualdades regionais presentes em um país considerado um dos mais desenvolvidos da Europa. Gravier considerava que as políticas públicas não podiam apenas continuar fortalecendo Paris em detrimento das demais regiões da França. Ao contrário, ele insistia na ideia de que as desigualdades regionais diminuiriam, e o crescimento econômico-social seria bem mais equilibrado e saudável com uma política que privilegiasse as “capitais regionais” e as regiões.

Em função do desenvolvimento dessas ideias, de Gaulle, no poder, no início dos anos 1960, intermediado por um alto funcionário de confiança, Olivier Guinchard, cria, em 1963, a “Délégation à l’Aménagement du Territoire e à l’Action Régionale” (DATAR), com o objetivo de coordenar as políticas francesas de planejamento regional. Essas políticas, visando ao equilíbrio entre a grande metrópole (Paris) e as demais regiões da França, seguiram etapas e prioridades bem coerentes com os objetivos do “Aménagement du Territoire”: na primeira etapa, as prioridades estavam em projetos que fortaleceram as chamadas “metrópoles regionais” (às vezes também denominadas “metrópoles de equilíbrio”); na segunda etapa, o foco passou para as “cidades médias” e, finalmente, em etapas posteriores, foram privilegiadas as “pequenas cidades” e o próprio “mundo rural”, além de vários outros temas.

Essas ideias, que serviram de base para o “planejamento urbano/regional” francês, desenvolveram-se fortemente no meio acadêmico daquele país, gerando uma série de colóquios, publicações e, até mesmo, reorientações epistemológicas em alguns campos do conhecimento, como na economia, na arquitetura e no urbanismo, e, de maneira muito especial, na geografia. No domínio específico da geografia, em cerca de 20 anos (1960-1980), o aumento do interesse pelas relações entre essa ciência e o “Aménagement du Territoire” trouxe um grande dinamismo às pesquisas geográficas. Vários livros, tratando principalmente das contribuições dos geógrafos para o “planejamento urbano/regional”, são publicados desde o início dos anos 1960. Como exemplo, gostaria de citar três obras que tiveram grande influência na minha formação acadêmi-

ca, durante a graduação, realizada no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 1967 e 1970:

1. Applied Geography (Stamp, 1960);
2. Géographie et action – Introduction à la Géographie Appliquée (Philipponneau, 1960): “;
3. La Géographie Active (George; Guglielmo; Lacoste; Kayser, 1964).

A última dessas obras, aliás, foi traduzida para o português e publicada pela DIFEL e pela editora da Universidade de São Paulo (USP), em 1966.

Deve-se notar que adjetivos novos foram incorporados ao substantivo Geografia. Passou-se a falar, então, em “Geografia aplicada”, ou “Geografia ativa”, e o movimento intensificou-se tanto na comunidade dos geógrafos que, no XX Congresso Internacional de Geografia, patrocinado pela União Geográfica Internacional (UGI), em Londres, no ano de 1966, foi criada, por iniciativa do Professor Michel Philipponneau, uma “Comissão de Geografia Aplicada”. Os efeitos dessas manifestações, principalmente europeias, espalharam-se para várias outras partes do mundo, inclusive e sobretudo no Brasil, cujos geógrafos já tinham tido muitas informações sobre elas por ocasião do maior congresso internacional de geografia já feito no Brasil, ou seja, o XVIII Congresso da UGI, realizado no Rio de Janeiro, em 1956.

O Brasil, que nessa época concentrava grandes esforços governamentais e acadêmicos na transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, vê crescer a importância da “geografia aplicada”. Desde então, muitas pesquisas geográficas, tendo por objetivo alguma forma de aplicação para os conhecimentos geográficos assim obtidos, vêm sendo publicadas sob as mais variadas formas: livros, artigos científicos, teses, comunicações; e apresentadas em congressos, e por que não também em forma de atlas? Portanto, ao se folhear o presente atlas, logo se nota que, além de sua filiação à longa tradição dos atlas geográficos, ele é um exemplo autêntico de “geografia aplicada”. Aplicada a quê? Ao melhor conhecimento atual e ao planejamento desta região do Norte de Minas Gerais, sob a influência da importante capital regional, que é Montes Claros.

Para operacionalizar a inclusão de uma geografia regionalmente aplicada a uma obra já muito rica por sua primeira parte (as três primeiras seções), a coordenadora do projeto e os demais pesquisadores incluíram uma segunda parte, fundamental para a região de Montes Claros e, em especial, para a estruturação de uma futura “Região Metropolitana”, polarizada por essa cidade do norte de Minas Gerais. Essa segunda parte tem quatro tópicos, distribuídos

em uma sequência bastante lógica, que vai desde o mais abstrato e geral até o mais específico e concreto. Assim, a segunda parte é formada pelas seguintes seções: 2.1. Os conceitos, as leis e os instrumentos de planejamento; 2.2. O Projeto de lei complementar (PLC) 11/2015 sobre a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC); 2.3. A visão dos gestores; e 2.4. A visão da população.

É preciso salientar, nesta segunda parte – que possui, como já mencionado, um viés claramente de “geografia aplicada” – que, além de uma revisão das bases do planejamento urbano/regional e de uma discussão do projeto de lei que institui a “Região Metropolitana de Montes Claros”, o atlas inclui, de modo pioneiro, para o norte de Minas Gerais, uma abordagem baseada nas percepções e representações, tanto dos gestores que irão implementar a legislação sobre a metropolização de Montes Claros e região, quanto das populações que serão afetadas pelo processo.

As informações foram obtidas por meio de questionários e entrevistas aplicados diretamente a dois grupos de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas no processo. De um lado, os gestores, e, de outro lado, as populações dos municípios cobertos pela legislação da metropolização. Trata-se, assim, de um caso típico de “planejamento participativo” não tutelado por partidos políticos ou pelo poder constituído (nem sempre isentos em levantamentos semelhantes), mas organizado e monitorado cientificamente por professores universitários, preparados para essas pesquisas.

Além de todos os elementos já discutidos neste prefácio, o atlas ainda apresenta um rico “registro iconográfico”, composto de fotos das cidades que fazem parte da região sob influência de Montes Claros e cobertas pelo projeto de lei em estudo; uma breve lista de referências bibliográficas, relacionadas aos temas da pesquisa, que aparece no final do atlas, e, por fim, os anexos que contêm algumas outras referências bibliográficas (neste caso, mais voltadas para o norte de Minas Gerais) e cópias dos questionários aplicados e de guias das entrevistas realizadas.

Este prefácio não poderia ser concluído sem uma referência, ainda que breve, sobre os “construtores” deste atlas. Trata-se de uma equipe numerosa, composta de 12 bolsistas (financiados por importantes órgãos de fomento à pesquisa) e liderada por cinco dos principais professores/pesquisadores dos quadros da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), localizada em Montes Claros, Minas Gerais. Cabe mencionar que, entre os órgãos de fomento que tornaram possível a participação dos bolsistas na produção deste atlas, estão presentes, sobretudo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a própria Unimontes.

A equipe de docentes/pesquisadores responsáveis pelo planejamento e pela condução das pesquisas (tanto de gabinete e laboratório, quanto de campo) é formada por professores da Unimontes. Trata-se de um grupo já experiente (embora ainda jovem), sobre o qual é muito fácil tecer comentários, na medida em que já os conheço há um bom tempo, e porque, entre os seus membros, alguns já foram meus alunos; e, por outro lado, acompanho as trajetórias acadêmicas de todos eles. Isso porque, mesmo por poucos anos, tive a honra de pertencer ao quadro docente (na pós-graduação) da Unimontes. A seguir, listo essa equipe:

- Anete Marília Pereira, que estuda a geografia urbana e regional, particularmente do norte de Minas Gerais, desenvolvendo pesquisas no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LAEUR), da Unimontes. No presente atlas, ela produziu reflexões epistemológicas sobre a geografia das relações entre cidade e região – perspectiva fundamental de um atlas.

- Carlos Alexandre Bortolo, que também pesquisa o tema da urbanização nos municípios do norte de Minas Gerais e que, no atlas, muito contribuiu para o tratamento e a organização dos registros iconográficos, obtidos em pesquisas de campo.

- Marcos Esdras Leite, que trabalha, entre outros temas, com as questões urbanas e ambientais, o planejamento urbano/municipal e, por fim, as contribuições do geoprocessamento e da análise espacial à pesquisa geográfica, inclusive neste atlas.

- Maria Ivete Soares de Almeida, que tem grande experiência no campo da geografia física regional, defendendo, inclusive, em data recente, uma tese de doutorado sobre a bacia do rio Pacuí, localizada no norte de Minas Gerais. Sua contribuição teórica também foi importante para este atlas.

- Iara Soares de França, que teve papel crucial na concepção inicial, na organização da equipe de pesquisadores e da própria pesquisa, além de ser a coordenadora e principal responsável por todo o Projeto do Atlas. Trata-se de uma geógrafa que conheço com mais proximidade desde que fiz parte da banca examinadora de sua tese de doutorado, na Universidade Federal de Uberlândia-MG, sob a orientação da com-

petente colega Beatriz Soares. A melhor definição para Iara Soares de França é que ela é uma geógrafa tenaz.

Chegando ao final deste longo e pouco usual prefácio, cabe enfatizar que este atlas pode se constituir num marco importante no que diz respeito ao conhecimento geográfico do norte de Minas Gerais, em especial, da região polarizada pela capital regional e futura metrópole, Montes Claros. Os leitores potenciais de um atlas como este são muito numerosos, aí incluídos os estudantes de vários níveis, mas, principalmente, os acadêmicos, administradores, planejadores, gestores regionais e, sobretudo, municipais e, por fim, todos os cidadãos interessados no conhecimento atual da região e, em particular, em seu futuro!

Oswaldo Bueno Amorim Filho

Professor Emérito da UFMG

Belo Horizonte, dezembro de 2023

Referências

AMORIM FILHO, O. B. . O Atlas no pensamento de Vidal de La Blache. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n.6, p. 20-29, 1984.

BARBIAN, D. D. S. M. *Memórias de um atlas cosmopolita e a esfera do tempo suportado*. Porto Alegre, UFRGS, 2021.

MEYNIER, A. Chronique de l'unité d'enseignement et de recherches de géographie et aménagement de l'espace de l'Université de Rennes II, 1969. In: *Norois*, n°65, Janvier-Mars 1970. pp. 160-164.

PHLIPPONNEAU, M. *Géographie et action*. Introduction à la géographie appliquée. Paris, Colin, 1960. 227 p.

STAMP, L. *Applied Geography*. Pelican Books; First Edition. 208p. 1960.

APRESENTAÇÃO

O nome Atlas³ é inspirado na mitologia grega que narra a história do titã Atlas – que tomou à frente nas batalhas contra os deuses, deixando Zeus furioso. Como castigo, foi obrigado a carregar o mundo nas costas para sempre. O primeiro atlas deriva do geógrafo greco-romano Ptolomeu. Um Atlas, por definição, traz uma coleção organizada de mapas e outras ilustrações como imagens, gráficos e quadros com características físicas, político-administrativas, populacionais, econômicas e sociais de recortes geográficos: mundo, continentes, países, regiões ou municípios. Transformou-se ao longo dos séculos e, na contemporaneidade, configura-se como uma importante ferramenta utilizada em diversos meios, além do acadêmico. É, assim, um poderoso instrumento que nos auxilia a pensar na organização e na produção do espaço geográfico de modo crítico e reflexivo.

O projeto “Atlas Urbano e Regional: Pequenas cidades da região geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), Minas Gerais”, sistematizado, nesta obra, de modo impresso e digital, resulta de um conjunto de Pesquisas desenvolvidas pelos membros docentes e bolsistas (CNPq e Fapemig) do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e de Iniciação Científica vinculados aos Cursos de Graduação em Geografia e em Engenharia Civil da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Essa equipe participou de três projetos financiados pela Fapemig intitulados: “Planejamento Regional e Instrumentos de Gestão Intermunicipal no norte de Minas Gerais” (Financiado pelo Processo CSA-APQ-02653-16 Edital Demanda Universal Fapemig – 01/2016); Planejamento Regional e a Viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: Interações Espaciais, Diagnóstico Urbano e Políticas Públicas (Processo APQ-03318-18, Edital Demanda Universal Fapemig – 2018, Processo APQ-03318-18, Carta Aditiva n.001/2021- 30/03/2021 a 12/03/2024) e “A rede urbana norte-mineira: consolidação, dinâmicas recentes e refuncionalização (1950 a 2010)” (Financiado pelo Edital Demanda Universal Fapemig 01/2011, Projeto 003.001.0523, processo SHA-APQ-00719-11). É importante registrar também que os docentes da equipe integram duas importantes redes de pesquisa em âmbito nacional: a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME) e a Rede Nacional de Pesquisas sobre Cidades Pequenas (MIKRIPOLI).

Objetiva-se, com este Atlas, apontar características da atual realidade urbana e regional das Pequenas Cidades da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), a partir da visão dos gestores e da população sobre os principais problemas e possíveis soluções. A metodologia empregada neste projeto consistiu no diagnóstico, mapeamento e análise prognóstica de

³Fonte: IBGE, Atlas Escolar. Acessado em: 10 set. 2023. Disponível em: <<https://atlasescolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-um-atlasgeografico#:~:text=A%20palavra%20Atlas%20%C3%A9%20inspirada,mundo%20nas%20costas%2C%20para%20sempre>>.

um recorte geográfico de 30 municípios. O desenvolvimento das pesquisas fundamentou-se na perspectiva qualitativa e quantitativa, com detalhamento, do Atlas, no item 1.1. Procedimentos Metodológicos.

O Estado de Minas Gerais localiza-se na região Sudeste do país, ocupando uma área de 588.384 km², isto é, 63,5% dessa região que representa 6,9% do território brasileiro. Minas Gerais é o Estado brasileiro que possui o maior número de municípios, um total de 853 (IBGE, 2023). Com isso, é um espaço de grande diversidade, em aspectos naturais, socioculturais, econômicos, políticos, demográficos e territoriais. Em 2022, o IBGE estimou uma população total de 20.538.718 habitantes em Minas Gerais, representando 10% do contingente populacional do Brasil. Abrangendo uma área territorial de 128.602 km², o equivalente a 21,85% do estado de Minas Gerais, situa-se a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC) (IBGE, 2017). Essa região, onde se inserem os municípios analisados no Atlas, particulariza-se devido a algumas transformações verificadas sobretudo no século XX, que são listadas a seguir:

1. A intervenção pública e privada para o desenvolvimento e modernização, nas décadas de 1960 e 1970, por meio de órgãos, ações, programas e projetos, tais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), que provocaram impactos na urbanização e industrialização regional;
2. A origem da economia inicialmente estruturada no setor agropecuário até meados do século XX e, atualmente, alicerçada, sobretudo, no setor terciário e com importante destaque industrial em cidades como Montes Claros, Pirapora, Capitão Enéas e Várzea da Palma;
3. A estruturação dos principais eixos de transporte, notadamente, o rodoviário, que liga as principais cidades da região ao centro-sul e ao nordeste do país.

A modernização das atividades agropecuárias e o desenvolvimento da indústria e dos setores de comércio e serviços motivaram o dinamismo de uma rede de elementos fixos vinculada aos fluxos intra e interurbanos que se estabeleceram alicerçando, historicamente, a primazia regional de Montes Claros. A partir desses elementos, os espaços urbanos expandiram-se territorial e espacialmente. As atividades vinculadas à prestação de serviços, aos comércios, às indústrias e ao consumo desenvolveram-se estimuladas pelas condições ca-

pitalistas, determinando diversas interações municipais. A urbanização como processo, forma e conteúdo foi ativada pelos condicionantes acima expostos, notadamente, no final do século XX.

O “Atlas Urbano e Regional: Pequenas cidades da região geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), Minas Gerais” apresenta questões importantes e necessárias para a compreensão da RGINT/MOC. Entre as principais características da obra, estão a grande variedade de representações cartográficas e visuais, além de mapas, gráficos, quadros, infográficos, fotografias e os ícones designados como: “Reflexões”, “Para Aprofundar” e “Dicas”. Com isso, o leitor é instigado a refletir sobre os temas, as formas de conhecimento e as linguagens urbanas, regionais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

Este atlas geográfico pretende ser uma síntese atual da Região norte de Minas Gerais, estruturado com uma cartografia temática, que expressa diagnósticos e prognósticos da região geográfica, coletados por meio de entrevistas realizadas com a população e com os gestores dos municípios pesquisados. Como resultado, além desta publicação, um conjunto de artigos foram produzidos pelos seus autores, os quais estão disponíveis no item “Anexos”, para consulta e aprofundamento, possibilitando examinar processos espaciais, sociais, econômicos, ambientais e regionais, entre outros.⁴

A organização da obra foi pensada para apresentar aspectos geográficos urbanos e regionais, configurando-se como um recurso potencial para conhecer a escala analisada. Resulta do esforço de seus autores para compreender as dinâmicas e transformações desta região geográfica contemporânea, integrada a uma pesquisa que se filia ao âmbito das ciências humanas e sociais. Pretende-se, com esta publicação, o aprofundamento das pesquisas na região norte de Minas Gerais, proporcionando um olhar atual, além de uma nova fonte de informações para a sociedade civil, as escolas (ensino fundamental e médio), as Universidades, os governos e as instituições em geral, com a perspectiva de transformação social.

O desenvolvimento da Pesquisa Urbana e Regional e dos seus diversos produtos gerados, como a produção deste Atlas, demonstra que as ações de pesquisa desenvolvidas pelos seus membros, para além da leitura atual e complexa desta região, possibilitou concretamente a relação Universidade e Sociedade. Deste modo, os resultados podem ser úteis nos processos de Planejamento e Gestão Urbana, com efeitos na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Bons estudos! Espero que gostem deste Atlas e que ele os ajudem a conhecer melhor a sua cidade, a sua região.

Iara Soares de França, Inverno, 2024.

⁴É importante informar que eventuais imperfeições, sejam de aspectos cartográficos, metodológicos ou de normas científicas, serão corrigidas na próxima edição.

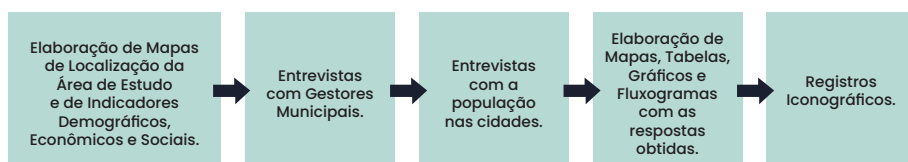
PARTE 1

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÁREA DE ESTUDO

1.1 Procedimentos Metodológicos

Este subtópico descreve, de forma sintética, as etapas de elaboração deste Atlas. Elas estão representadas na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Etapas de elaboração do Atlas Urbano e Regional da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC)



Elaboração: França (2023).

A metodologia de elaboração do Atlas consistiu, notadamente, na coleta de dados diversos e na pesquisa de campo nos municípios analisados, com a realização de entrevistas e de registros iconográficos. Os resultados obtidos foram organizados por meio de mapas, entre outros, e analisados à luz da teoria explanada na Parte 2 desta obra.

1.1.1 Elaboração de Mapas da REGIC (IBGE, 2018), de Localização da Área de Estudo e de Indicadores Demográficos, Econômicos e Sociais

Os mapas foram produzidos no software livre QGIS versão 3.26, e as malhas territoriais aplicadas foram retiradas do site do IBGE (Municípios, RGINT/MOC, 2017). Para o mapa das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), foram recuperados os dados disponíveis em ambiente para *download* no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com objetivo de analisar as diferentes classificações atribuídas aos municípios da RGINT/MOC (REGIC/IBGE, 2018).

A partir da malha da RGINT/MOC (IBGE/2017), produziu-se o mapa de Localização da Área de Estudo. As informações de População (2022) foram extraídas do Banco de Dados do IBGE e transformadas em camada vetorial para a representação em mapas. Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios (2020) também foram obtidos no site do IBGE. Quanto ao Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os dados estão disponibilizados no site Atlas Brasil, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Registra-se que, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), o IDHM é dividido em cinco faixas de desenvolvimento humano: a) Muito Alto 0,800 – 1,000; b) Alto 0,700 – 0,799; c) Médio 0,600 – 0,699; d) Baixo 0,500 – 0,599; e e) Muito Baixo 0,000 – 0,499.

1.1.2 A elaboração do Mapa 2 a partir do Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015

Para a confecção do Mapa 2, utilizaram-se as malhas territoriais dos municípios, dos estados e da RGINT/MOC, disponibilizadas pelo IBGE (2020; 2021). Para demarcar o Núcleo Metropolitano e o Colar Metropolitanos da Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC), consultou-se o PLC 11/2015, disponível no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) (Minas Gerais, 2023).

1.1.3 Entrevistas com os Gestores Municipais (destacando-se o PLC 11/2015) e com a População para a elaboração de Mapas, Gráficos e Fluxogramas da região

Os gestores dos municípios da pesquisa (prefeitos, vice-prefeitos ou secretários de desenvolvimento econômico ou de infraestrutura) foram entrevistados e questionados a respeito dos aspectos da região, como os problemas, as demandas, os desafios e/ou as dificuldades enfrentadas pela gestão pública, e a respeito das formas de planejamento regional. Foram entrevistados representantes municipais de 18 municípios, dentre os 30 pesquisados. A respeito do Planejamento Regional, destaca-se o Projeto de Lei Estadual n. 11/2015 que prevê a criação da Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC) e uma entrevista efetuada com o Parlamentar Tadeu Martins Leite, Presidente da ALMG.

As respostas dos gestores foram representadas em fluxogramas organizados em quadros, sistematizando cada pergunta e as respostas obtidas mediante entrevistas com os gestores ou com os representantes dos municípios pesquisados. Os fluxogramas foram produzidos por meio do software *PowerPoint* da *Microsoft*. A escolha das cores foi aleatória, pela opção da equipe de pesquisadores. É importante pontuar o contexto temporal das pesquisas que envolvem este Atlas, considerando os roteiros das questões aplicadas entre 2016 e 2023.

A população dos 30 municípios foi indagada sobre questões relacionadas aos problemas urbanos, aos responsáveis, às soluções e à participação no

processo de planejamento urbano. Cerca de 50 informantes foram entrevistados, com a aplicação de questionário na área central e em um bairro de menor e em outro de maior renda). A partir disso, os mapas das respostas foram gerados da seguinte maneira:

- 1) A planilha com as porcentagens foi adicionada à camada de municípios por meio da ferramenta “união” do software QGIS 3.28.7;
- 2) Uma mesma grade de cores foi aplicada a todas as alternativas da questão;
- 3) O tipo de classificação adotada foi “Intervalos iguais” – a que melhor representou as informações. Optou-se por três casas decimais para melhor representar os dados;
- 4) O tamanho da página é A3 e a orientação é paisagem;
- 5) A resolução de exportação utilizada em todos os mapas foi 400 dpi.

1.1.4 Registros Iconográficos

Nos 30 municípios pesquisados, realizou-se a observação dos aspectos geográficos gerais e a realização dos registros iconográficos durante o desenvolvimento das pesquisas, entre 2016 e 2022 (eles estão disponíveis na seção “Registros Iconográficos”, organizados pela pesquisadora Victória Caroline Vidal, no final do livro). Destacam-se a produção dos mapas e o tratamento estatístico, que foram desenvolvidos pelos professores Iara Soares de França e Rômulo Soares Barbosa, pela doutoranda Luara Martins de Oliva Santos, pelo mestre João Vítor Ferreira Fernandes e pela graduanda Ana Clara Medeiros de Souza. Os mapas foram produzidos a partir da sistematização e da organização do Banco de Dados Integrados⁵ (com fontes secundárias, pesquisa empírica nos municípios e entrevistas aplicadas à população e aos gestores). A arte da capa foi produzida por Caio Leite Sampaio (geógrafo).

⁵Derivados de fontes secundárias e mediante pesquisa empírica nos municípios com realização de entrevistas aplicadas à população e aos gestores.

1.2 A Cidade e a Região

Nos estudos sobre cidade e região, são comuns as análises sobre distintas articulações socioespaciais que ocorrem entre os centros urbanos. Elas se traduzem em situações de hierarquia, de centralidade, de polarização, de comando regional, entre outras. Diversos são os critérios e as escalas para tais análises, tanto no âmbito de órgãos estatais quanto no acadêmico. No caso brasileiro, a rede urbana tem se tornado cada vez mais complexa e configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva que se manifestam de forma distinta no território.

Sobre o assunto, merecem destaque as pesquisas do IBGE que resultaram nas publicações intituladas “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), nos anos de 1972, 1987, 1993, 2007 e 2018. Os referidos estudos mostram que, ao longo do tempo, ocorreram mudanças significativas na organização da rede urbana do país, que tem se tornado cada vez mais complexa, configurando-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva que se manifesta de forma distinta no território. Como exemplo, cita-se o importante papel que espaços urbanos não metropolitanos passaram a ter dentro da rede urbana, principalmente após os anos de 1980. Este é o caso de Montes Claros, cidade que, desde meados do século passado, comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções.

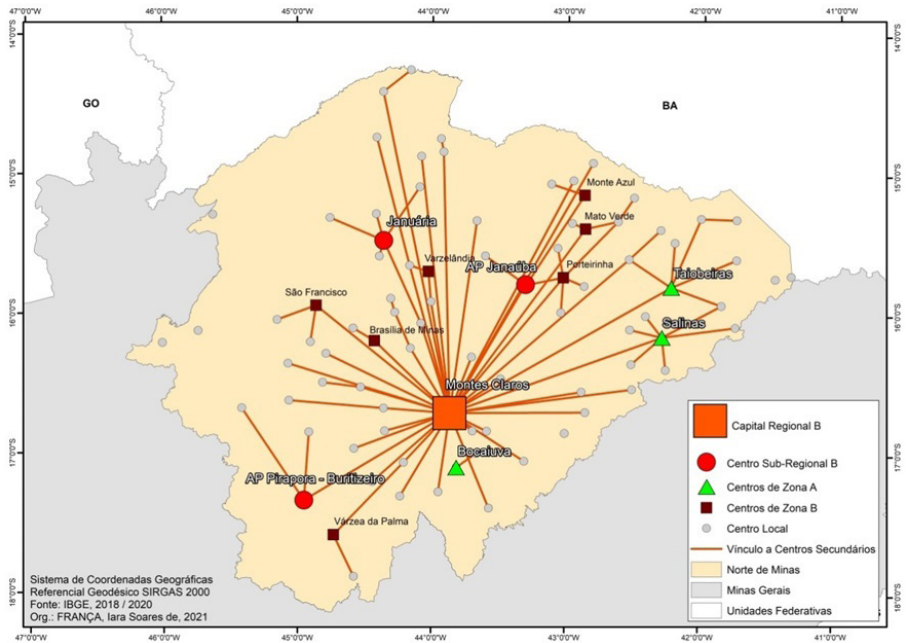
De acordo com a pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC)⁶ (IBGE, 2018), Montes Claros⁷ é classificada como Capital Regional B e encontra-se sob a área de influência da capital mineira, Belo Horizonte. Por outro lado, polariza cidades classificadas como Centros Sub-regionais B (Janaúba, Pirapora e Januária); cidades classificadas como Centros de Zona A (Bocaiúva, Taiobeiras e Salinas); e cidades classificadas como Centros de Zona B (Brasília de Minas, Mato Verde, Monte Azul, Porteirinha, São Francisco, Várzea da Palma e Varzelândia), conforme o Mapa 1.

Pesquisa: Na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE é possível acompanhar todas as Edições da Pesquisa Região de Influência das Cidades/ REGIC produzidas pelo IBGE, publicadas desde a década de 1960, o que permitirá acompanhar a hierarquia dos centros urbanos da REGINT/MOC desde então.

⁶A publicação da pesquisa “Regiões de Influência das Cidades 2018” atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira. Trata-se da quinta edição da pesquisa que foi publicada anteriormente em 1972, 1987, 1993 e 2007. A edição de 2018 manteve o aporte teórico-metodológico da última pesquisa, com aprimoramentos em procedimentos e com o acréscimo da pesquisa sobre outros temas relacionados à rede urbana, como a identificação de fluxos entre as Cidades brasileiras fronteiriças com os países vizinhos. A rede urbana brasileira, no presente estudo, está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais); e as regiões de influências, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana (REGIC/IBGE, 2018).

⁷Para mais detalhes sobre a Rede Urbana Norte Mineira, consultar França (Anpur, 2012).

Mapa 1 - Classificação dos Centros Urbanos da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC)



Fonte: IBGE, 2018, 2020.

O município de Montes Claros abrange uma área territorial de 3.576,76 km², com densidade demográfica de 101,41 hab./km². Sua sede localiza-se entre as coordenadas 16° 43' 41" Sul e 43° 51' 54" Oeste (IBGE, 2020). É uma das principais centralidades do interior do estado de Minas Gerais, com uma população de 413.487 habitantes (IBGE, 2022) e com uma alta taxa de urbanização (95%).

É uma das maiores economias mineiras, ocupando, em 2020, o 10º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual. De acordo com o IBGE, no referido ano, Montes Claros apresentou um PIB no valor de R\$9,68 bilhões de reais. Os serviços foram responsáveis por 74% desse montante, enquanto o setor industrial e o agropecuário responderam, res-

pectivamente, por 24% e 2% do PIB municipal (IBGE, 2020).

Montes Claros exerce regionalmente funções relevantes, ligadas à sua influência histórica, política, administrativa e também econômica. É o centro de maior população, com complexa estrutura urbana, suprimindo as demandas por serviços especializados de centros menores do seu entorno, numa centralidade notadamente assentada em atividades terciárias, configurando-se como o centro de maior influência regional.

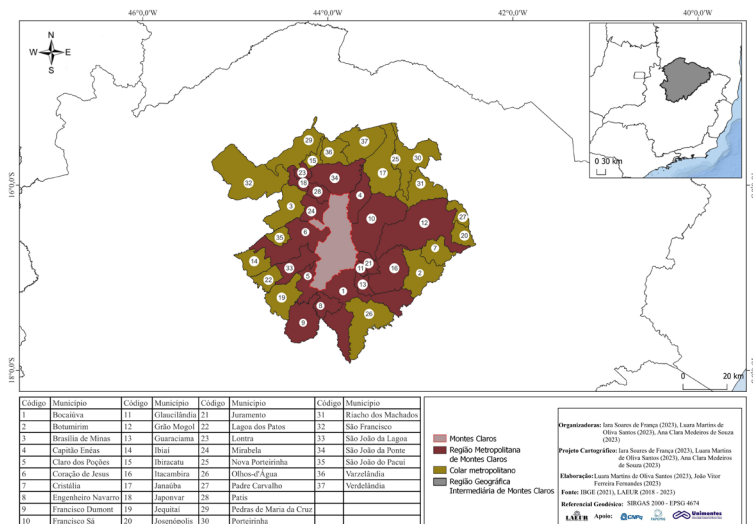
Os fluxos de diversas naturezas, a partir de comércios, serviços, capitais, tecnologias e pessoas, associados aos elementos fixos, colocam Montes Claros como o núcleo de maior expressão regional. A cidade assume, assim, a função de grande absorvedora de população e de um significativo mercado consumidor. Além disso, destaca-se pela concentração de funções de Estado (órgãos e instituições públicas) e de serviços (bancos, escolas, universidades, hospitais etc.). Montes Claros exerce forte influência sobre os municípios do entorno e da região como um todo. Todas essas características reforçam a sua posição como uma cidade média, conforme já constatado pelas pesquisas desenvolvidas por Amorim Filho (1982), Pereira

(2007), Leite (2011), França (2007, 2012), Gomes (2007), entre outros.

1.3 A Localização da Área de Estudo e os Aspectos Demográficos, Econômicos e Sociais

Na nova classificação do IBGE, denominada Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017), a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC) compreende, no total, 86 municípios, 7 Regiões Geográficas Imediatas (RGIM), sendo elas: Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco. Na RGINT/MOC estão localizados os 30 municípios pesquisados no Atlas⁸, conforme ilustra o Mapa 2, a seguir:

Mapa 2 - Localização dos Municípios da Pesquisa na Região Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC)



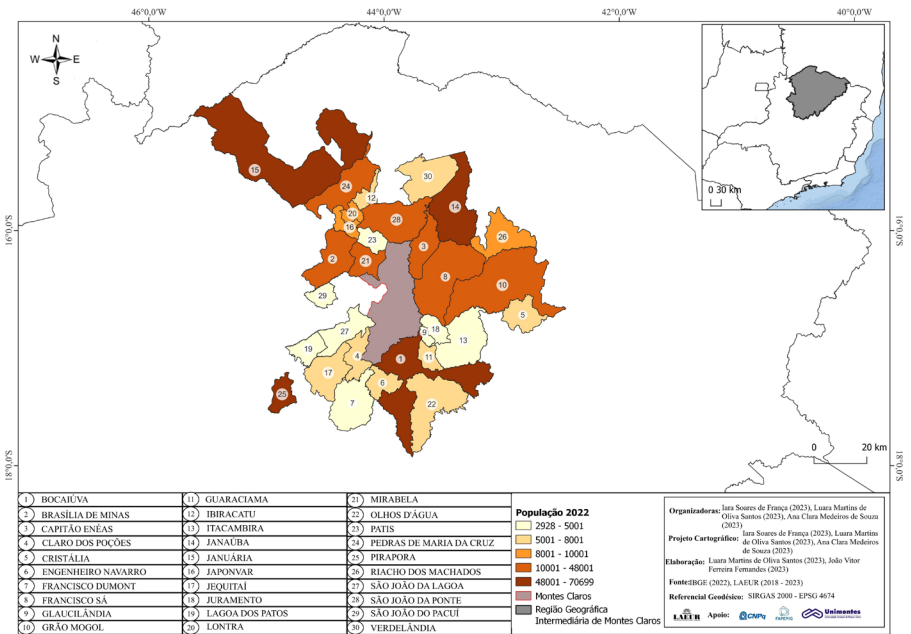
Reflexões:
Refletir sobre os processos de industrialização e urbanização. Quais as contradições, as complexidades e potencialidades das pequenas e médias cidades?

Fonte: IBGE, 2022; LAE/UR, 2018-2023

⁸Para maiores informações sobre a história dos municípios pesquisados, acesse o portal IBGE Cidades pelo seguinte link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/historico>

No Mapa 3, a seguir, pode-se verificar a população total dos 30 municípios pesquisados. Todos têm população total inferior a 100 mil habitantes. Janaúba, Januária, Pirapora e Bocaiuva são os centros urbanos mais populosos, com residentes totais acima de 50 mil habitantes. A maioria dos municípios tem população total inferior a 20 mil habitantes.

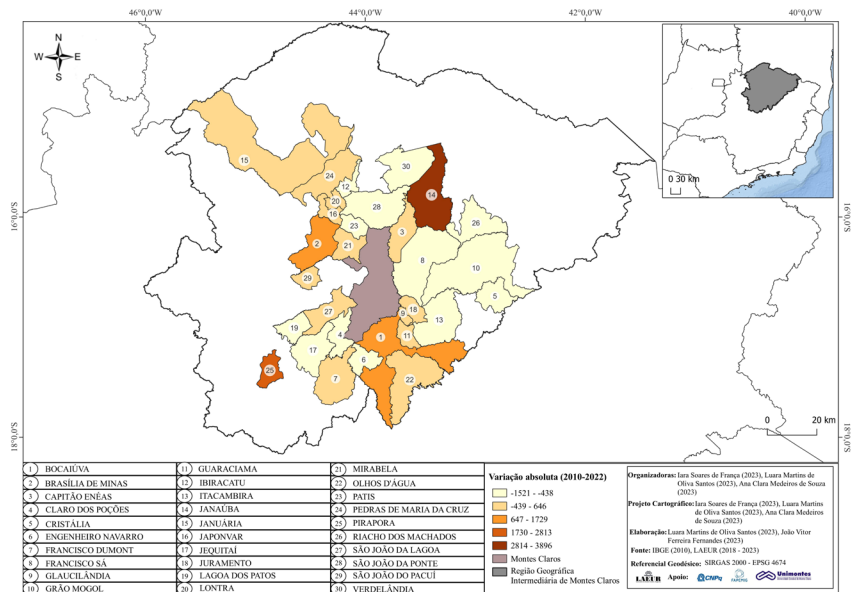
Mapa 3 – População Total, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018–2023

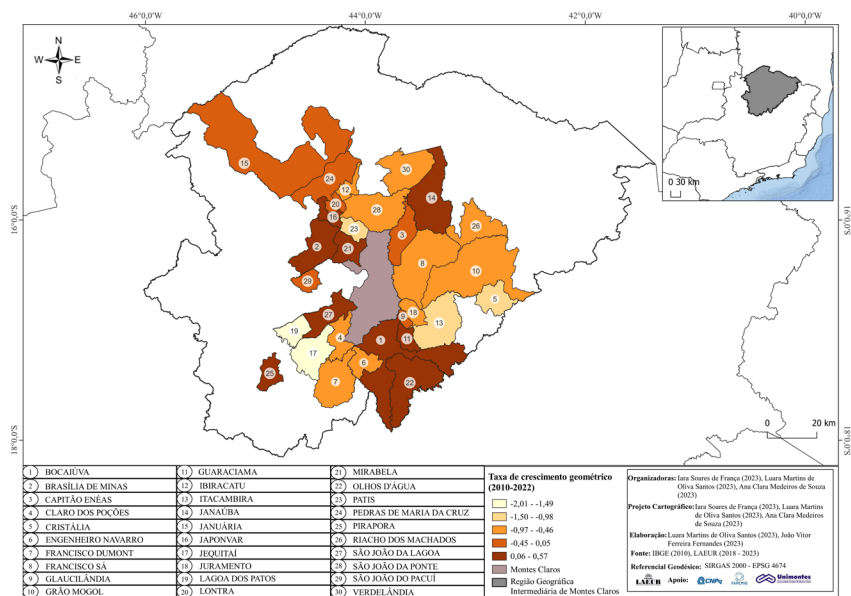
Nos Mapas 4 e 5, a seguir, é possível observar a variação absoluta e relativa da população total dos municípios entre os anos de 2010 e 2022, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Treze municípios tiveram perda de população no período. Em sentido oposto, destaca-se o município de Janaúba, com crescimento populacional no período. Isso reflete o movimento de deslocamento populacional dos municípios pequenos em direção aos centros urbanos mais populosos.

Mapa 4 - Variação absoluta da população total, 2010 a 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 5 - Taxa de crescimento geométrico, 2010 a 2022



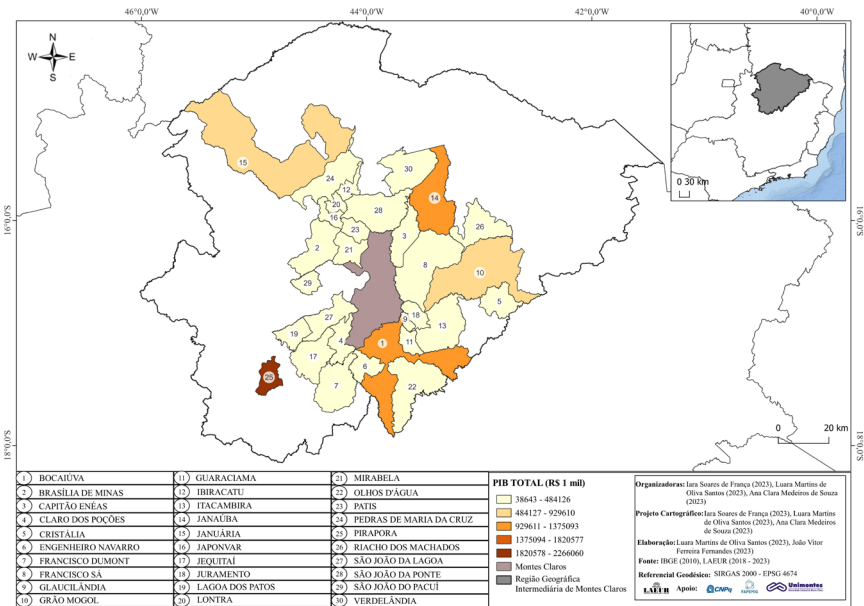
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

A taxa de crescimento geométrico expressa o percentual de crescimento médio anual da população que vive em uma determinada área geográfica durante um período específico. Essa taxa representa a média anual de aumento populacional ao longo de um intervalo de anos, normalmente definida a partir dos dados de censos demográficos realizados em dois pontos no tempo. O IBGE destaca que, para o cálculo da taxa de crescimento geométrico da população no período entre 2010 e 2022, assim como para o cálculo da sua variação absoluta, foram utilizadas as populações municipais (ou estaduais) residentes em 2010, reconstituídas de acordo com a base territorial de 2022. Essa compatibilização faz-se necessária para os casos em que houve alteração de limite territorial entre municípios (ou estados) após 2010, para que a taxa de crescimento populacional seja calculada sem o efeito da alteração territorial.

Com base no Mapa 5, constata-se que os municípios de Guaraciama (0,57), Janaúba (0,47) e Japonvar (0,43) tiveram os maiores índices de crescimento geométrico anual entre 2010 e 2022. Em contrapartida, municípios como Lagoa dos Patos (-2,01), Jequitaiá (-1,74) e Itacambira (-1,32) tiveram taxas de crescimento negativo, podendo indicar uma desaceleração no ritmo de crescimento de sua população.

O Produto Interno Bruto (PIB), a seguir, no Mapa 6, permite observar a soma monetária da produção de mercadorias e serviços em um determinado tempo e espaço. No Mapa abaixo, pode-se verificar o PIB referente ao ano de 2020 dos municípios pesquisados. Nota-se expressivo destaque para os municípios de Pirapora, Bocaiuva e Grão Mogol, que têm como característica a extração mineral e a indústria de transformação.

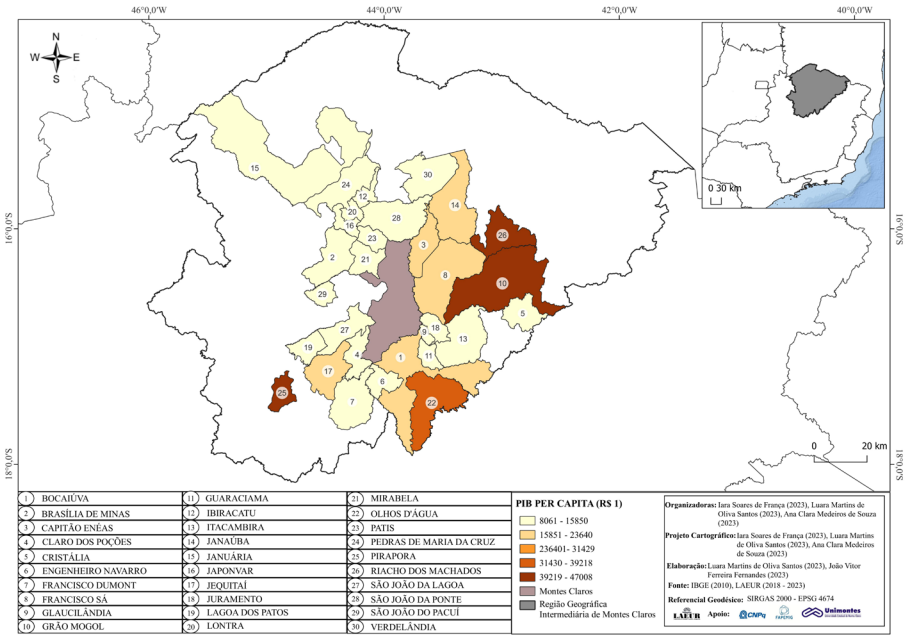
Mapa 6 - Produto Interno Bruto Total (PIBT) (R\$1 mil), municípios pesquisados, 2020



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Já no Mapa 7, em seguida, tem-se o PIB per capita referente ao ano de 2020 dos municípios pesquisados. Isto é, o PIB Total dividido pelo número de habitantes do município. Destacam-se os municípios de Grão Mogol e Riacho dos Machados, e, na sequência, Pirapora e Olhos D’água. Os dois primeiros têm como característica semelhante a extração de minério de ferro e de ouro. No caso de Grão Mogol, destaca-se, também, a geração de energia hidrelétrica. Pirapora é um centro urbano importante, com forte presença da indústria de transformação, da energia fotovoltaica e do setor de serviços. Já Olhos D’água destaca-se pela extração mineral.

Mapa 7 – Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita (R\$1 mil), municípios pesquisados, 2020

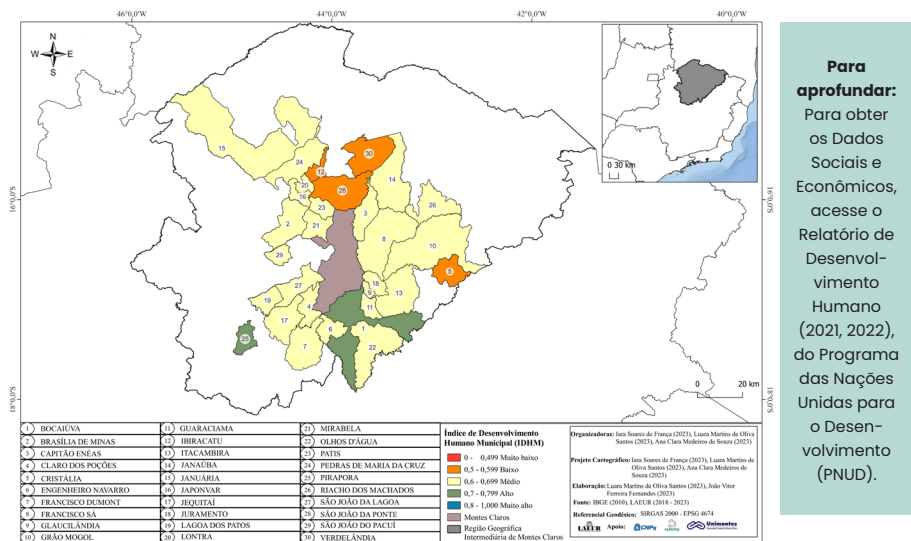


Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 8, a seguir, espacializa-se o IDHM referente aos dados do Censo Demográfico de 2010. Embora já tenha decorrido mais de 10 anos da última aferição oficial do IDHM, ainda assim é possível observar a métrica do desenvolvimento humano nos municípios em 2010. Somente Pirapora e Bocaiuva destacavam-se, em 2010, com Alto IDHM. A maioria dos municípios foi classificada,

naquele ano, na faixa de Médio IDHM. Quatro deles foram aferidos com Baixo IDHM. É possível que, em 12 anos, tenha-se um cenário diferente. Com a disponibilização dos dados do Censo Demográfico 2022 e o processamento desses dados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência responsável pela elaboração do IDHM, será possível verificar em que medida esse cenário se modificará.

Mapa 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), municípios pesquisados, 2010



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

A Parte 1 deste Atlas apresentou, acima, os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa e a contextualização da área de estudo, isto é, a RGINT/MOC (sua localização, bem como os dados de população, PIB e IDH). A Parte 2, a seguir, abordará as leis e os instrumentos de planejamento e gestão no âmbito brasileiro a partir do Estatuto da Cidade (2001). Na sequência, demonstram-se os resultados da pesquisa a partir da contextualização do Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015 sobre a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC) e dos resultados das entrevistas efetuadas com os gestores municipais e a população.

PARTE 2

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE MONTES CLAROS (RGINT/MOC)

2.1 Os Conceitos, as Leis e os Instrumentos de Gestão e Planejamento

As cidades são estruturas cada vez mais complexas, em razão dos processos de produção e reprodução no tempo e no espaço pela ação de grupos políticos, econômicos e sociais. Os problemas urbanos espaciais e socioambientais são decorrentes desses processos, afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. A ausência ou ineficácia do planejamento e da gestão das cidades constitui uma das principais razões das problemáticas urbanas. Para planejar, é crucial conhecer a realidade a ser transformada e agregar conhecimentos técnicos aos sociais, alicerçando-os com instrumentos urbanísticos. Nesse cenário, insere-se este Atlas, que aponta as características da atual realidade urbana e regional das Pequenas Cidades da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), a partir das visões dos gestores e da população sobre os principais problemas e as possíveis soluções.

As primeiras regiões metropolitanas (RMs) no Brasil foram criadas no ano de 1973. Entre 1973 e 1974, foram criadas as RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nestas RMs, habitam atualmente aproximadamente 62 milhões de pessoas. Em 2017, o país já contava com 73 regiões metropolitanas, onde viviam aproximadamente 109 milhões de pessoas, o que representa 53% da população total do país no referido ano (França; Costa, 2019).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê a participação social e de outros segmentos no processo de planejamento urbano juntamente com o poder público. Diante disso, nas décadas de 1980 e 1990, movimentos sociais, em busca da justiça social, reivindicaram a “reforma urbana”. Posteriormente, a aprovação da Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001 (o Estatuto da Cidade) regulamentou a política pública urbana em nível federal, destacando, dentre outras prerrogativas, a participação social.

A implementação do Plano Diretor nos municípios também revela um progresso no Estatuto da Cidade. Com ele, o Plano Diretor Participativo tornou-se obrigatório para municípios acima de 20.000 habitantes e em situações específicas, como nas Áreas de Projetos Especiais e integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs), sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Conforme o Art. 40, § 4º do Estatuto da Cidade (2001), é possível vislumbrar o caráter obrigatório de participação social na elaboração do Plano Diretor de forma a haver:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – A publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Nesse sentido, as informações sobre o desenvolvimento do Plano Diretor devem ser amplamente publicizadas em linguagem acessível, com antecedência, à população. É preciso informar sobre os cronogramas, os locais das reuniões, os estudos e as propostas sobre o documento.

Além da instituição da participação popular (orçamentos participativos, conselhos gestores, entre outros), para a efetivação da democratização das ações públicas e a socialização da cidade, a Lei estabeleceu uma série de instrumentos de política urbana, tanto atinentes à gestão quanto ao planejamento. Assim, uma das etapas do desenvolvimento do Plano Diretor Municipal é o diagnóstico, de forma ampla, sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos, estruturais e administrativos do município. Para se obter um diagnóstico preciso sobre a realidade municipal, é imprescindível um estudo técnico-científico que produza informações sobre o espaço a ser planejado. Logo, a compilação de informações obtidas por meio de pesquisas acadêmicas pode subsidiar a elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo, bem como a elaboração de políticas e de ações públicas nos municípios.

O Plano Diretor traz, no seu texto, um conjunto de diretrizes que visam orientar o desenvolvimento municipal. Além da aprovação do Plano Diretor pelo legislativo municipal, é fundamental a aprovação de uma legislação complementar para tornar as orientações do Plano Diretor efetivas. Entre as orientações do Estatuto da Cidade, estão instrumentos que fazem valer a máxima dessa Lei, ou seja, a cidade tem que cumprir a sua função social. Esses instrumentos devem ser previstos no texto do Plano Diretor, logicamente, avaliando a sua aplicabilidade no contexto local.

Um exemplo de instrumentos de indução do desenvolvimento urbano é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo. A cobrança desse tributo é de competência do município e tem como finalidade principal a obtenção de recursos financeiros para os municípios. Além disso, possui o aspecto social, uma vez que as áreas mais valorizadas pagam valores mais altos enquanto as áreas mais carentes pagam valores mais baixos. Dessa forma, o

IPTU progressivo no tempo visa coibir a especulação imobiliária, pois incentiva a construção e ocupação nos lotes vagos. Isso ocorre uma vez que o imposto fica mais caro à medida que a área permanece desocupada. Além destes instrumentos, outros são recomendados pelo Estatuto da Cidade, como:

- Desapropriação com Pagamento em Títulos;
- Consórcio Imobiliário;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Direito de Superfície;
- Transferência do Direito de Construir;
- Operações Urbanas Consorciadas; e
- Estudo de Impacto de Vizinhança.

Outro instrumento destinado à cidade, para cumprir a sua função social e garantir o direito constitucional à moradia, é a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Esse instrumento destina áreas das cidades para moradias, abrigando a população de baixa renda, sendo, assim, um processo para a regularização fundiária das áreas já ocupadas, bem como, para resguardar o solo urbano vazio para a habitação social.

Ratifica-se que os conhecimentos produzidos por investigações acadêmicas são importantes para a redação de uma lei que, de fato, atenda à necessidade real e local. É nesse contexto que a produção de pesquisas, como a organização de obras com compilações de informações por meio de diagnósticos e prognósticos, além de análise, como este Atlas, repassa, para a sociedade e para o poder público, dados e cenários sobre o espaço vivido pelos munícipes. Com acesso às informações em forma de mapas e ilustrações, a assimilação cognitiva ocorre de maneira mais fácil.

2.2 O Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015 sobre a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC)

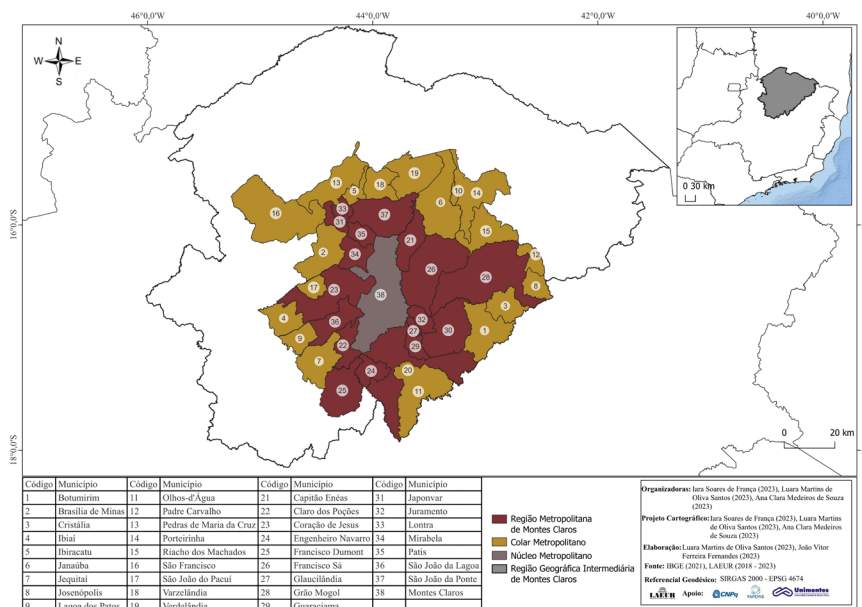
A institucionalização de uma Região Metropolitana (RM) está prevista nas Constituições Federal do Brasil (CFB) (1988) e Estadual (1989), prezando pela associação entre municípios limítrofes com interesses em comum e viabilizando a gestão e o desenvolvimento equitativo entre eles. Uma região metropolitana não se limita a uma estrutura territorial, mas também a um recorte político-espacial que permite reconhecer interações de diversas naturezas, em espaços

para além das metrópoles. Isto é, pode-se materializar em áreas não metropolitanas, mas que configuram as dinâmicas de centralidade regional, como é o caso das cidades médias.

Nesta conjuntura, tem-se a cidade média de Montes Claros, com importante centralidade regional. O Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2015 para a criação da Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC) propõe o desenvolvimento planejado, uniforme e sustentável de Montes Claros e de dezoito municípios vizinhos. O assunto demanda distintas interpretações, considerando os parâmetros constitucionais, as características da região e também os fatores demográficos, econômicos e espaciais.

Os municípios que integrarão a Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC) são pertencentes à Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), estabelecida pelo IBGE (2017), em substituição à Mesorregião do norte de Minas Gerais. Ressalta-se que a RMMOC será instituída caso o PLC 11/2015, que lhe é referente, seja aprovado em todas as instâncias. Esse PLC estabelece quais municípios farão parte do núcleo metropolitano da RMMOC e quais integrarão o Colar Metropolitano. O Mapa 9, a seguir, ilustra os municípios integrantes da RMMOC:

Mapa 9 - Municípios integrantes da proposta de criação da RMMOC (PLC 11/2015)



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

A partir das entrevistas efetuadas com os gestores sobre o projeto para a criação da RMMOC, ratificou-se a relação de Montes Claros com as demais cidades da região. Positivamente, todos os gestores concordam com a instituição desta unidade de planejamento sob a centralidade dessa cidade média. Desta forma, o planejamento regional, dada a influência de Montes Claros em relação aos demais municípios vizinhos, visa desenvolver políticas públicas que atendam as demandas regionais e focalizem na totalidade, articulando os seus interesses. O Atlas, nesse sentido, é uma ferramenta útil que, a partir do diagnóstico e dos prognósticos efetuados, possibilita a compreensão da relação entre os municípios, as suas especificidades e necessidades, além dos desafios de pensar conjuntamente soluções viáveis e concretas para o enfrentamento de diversos problemas.

Em outubro de 2022, a coordenadora da pesquisa, a professora Iara Soares de França, retomou o contato com o Deputado Tadeu Martins Leite (Tadeuzinho), a fim de atualizar os trâmites do PLC 11/2015. Na ocasião, perguntou-se: “O projeto será votado este ano, ou ficará para a próxima legislatura/mandato? A seguir, reproduz-se a entrevista na íntegra.

Entrevistador: Explique, de forma sintética, a ideia da RMMOC, de 2002 até o corrente ano, isto é, estrutura, objetivos, mudanças e avanços.

Entrevistado: *O Projeto de Lei Complementar (PLC) 51/2002 foi apresentado pela deputada Elbe Brandão e arquivado em 2003, com o fim da legislatura. Em 2011, foi desarquivado pelo deputado Luiz Henrique e recebeu o número de PLC 4/2011, mas foi novamente arquivado no final da legislatura, em 2015, sem avanços na tramitação.*

Em 2015, foi desarquivado pelo deputado Tadeu Martins Leite e recebeu o número PLC 11/2015, depois de ser aprimorado enquanto ele era secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Integração Regional e Gestão Metropolitana, do Governo de Minas Gerais, pasta à qual a criação e administração das regiões metropolitanas do Estado estão diretamente ligadas.

Analizado pelas Comissões de Constituição e Justiça e Assuntos Municipais, foi aprovado na forma do substitutivo n. I, sugerido pelo deputado Tadeu Martins Leite. Foi realizada uma audiência pública na Comissão de Assuntos Municipais, uma das últimas etapas pelas quais um PLC tem de passar antes de ser votado em plenário, em 1º turno.

Durante a sua tramitação, o PLC recebeu uma Nota Técnica da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional que afirmou que a proposição cumpre o requisito mínimo de 600 mil habitantes para a constituição de

regiões metropolitanas, e que o município de Montes Claros configura-se como uma capital regional, segundo o IBGE.

No entanto, foi destacada a exigência, que consta na Lei Complementar 88/2006 do Estado de Minas Gerais e no Estatuto da Metrópole (Lei Federal n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015), de que a criação de região metropolitana deve ser precedida da elaboração de estudo técnico por uma instituição de pesquisa de notório conhecimento e experiência em estudos regionais e urbanos, contratada para este fim. Essa contratação, conforme o art. 24 da estrutura orgânica do Poder Executivo (Lei 23.304, de 30 de maio de 2019), deve ser feita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE).

Diante dessa exigência legal, o deputado empenhou-se, junto ao Estado, para viabilizar a realização desse estudo. Assim, enviou um requerimento para a referida secretaria de Estado, solicitando a contratação da instituição para a elaboração do parecer técnico e dar andamento à tramitação do projeto. Segundo a SEDE, o processo de licitação para contratação já foi iniciado, mas ainda não está concluído.

Entrevistador: Quais foram as principais modificações apresentadas no substitutivo n. 1, do deputado Tadeu Martins Leite?

Entrevistado: *Foram acrescentados 8 municípios (em negrito) a RMMOC:*

Art. 1º – Fica instituída a Região Metropolitana de Montes Claros – RMMOC –, integrada pelos Municípios de Montes Claros, São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Grão Mogol, Juramento, Glaucilândia, Itacambira, Guaraciama, Bocaiuva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Coração de Jesus, Mirabela, Patis, Japonvar e Lontra (PCL 11/2015).

Foram especificados os municípios que farão parte do colar metropolitano:

Art. 2º – O Colar Metropolitano da RMMOC é composto pelos Municípios do entorno da região metropolitana atingidos pelo processo de metropolização, quais sejam: Varzelândia, Verdelândia, Riacho dos Machados, Porteirinha, Nova Porteirinha, Janaúba, Padre Carvalho, Josenópolis, Cristália, Botumirim, Olhos d'Água, Jequitai, Lagoa dos Patos, Ibiaí, São João do Pacuí, Brasília de Minas, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz e Ibiracatu (PCL 11/2015).

Foram incluídos artigos que tratam da Assembleia Metropolitana, do Conselho Deliberativo e da Agência de Desenvolvimento Metropolitana:

Art. 9º – A Assembleia Metropolitana se reunirá, ordinariamente, independentemente de convocação, uma vez por ano, em data a ser fixada pelo Regimento Interno, e extraordinariamente, mediante convocação do Governador do Estado ou do Presidente de Assembleia Metropolitana, de ofício ou a requerimento da maioria simples dos Prefeitos municipais integrantes da região metropolitana.

Parágrafo único – Nas reuniões extraordinárias, a Assembleia Metropolitana somente deliberará sobre matéria para a qual tenha sido convocada.

Art. 10 – O Conselho Deliberativo da RMMOC terá as seguintes funções (...)

Art. 12 – A Agência de Desenvolvimento Metropolitano vinculada ao Conselho Deliberativo Metropolitano da RMMOC terá as seguintes atribuições (...) (PCL 11/2015).

Foram retirados os artigos sobre o Fundo Metropolitano, que especificavam a origem dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Montes Claros (FUNMOC), visto que ele foi vinculado ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, já previsto na lei:

Art. 14 – Os recursos do Funmoc serão provenientes do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, instituído pelo art. 47 da Constituição Estadual, nos termos da Lei Complementar nº 88, de 12 de janeiro de 2006 (PCL 11/2015).

Entrevistador: O PLC 11/2015 aborda “funções comuns”. Comente-as, considerando os principais problemas enfrentados pela Região norte de Minas Gerais.

Entrevistado: *O norte de Minas Gerais, emergente e em crescente desenvolvimento, necessita da criação dessa região metropolitana para que haja, de fato, uma gestão das funções públicas de interesse comum, de forma equilibrada, viabilizando-se, assim, o crescimento homogêneo da região.*

Essas funções são especificadas no art. 3º do PLC. Como exemplo, podem ser citados o transporte intermunicipal, a segurança pública, o saneamento básico, o uso do solo, o aproveitamento dos recursos hídricos, a preservação e a proteção do meio ambiente, a habitação, o planejamento integrado e o desenvolvimento econômico, entre outros.

Entrevistador: Montes Claros é o mais importante centro urbano regional, dada à sua dinâmica demográfica, econômica, política e estrutural. Como você avalia o papel de Montes Claros no norte de Minas Gerais?

Entrevistado: A instituição da Região Metropolitana de Montes Claros facilitará a integração com os municípios da região, promovendo, em conjunto, o desenvolvimento socioeconômico e industrial e a execução de projetos e programas regionais e setoriais, de interesse comum, que vão fortalecer e resolver os problemas na prestação de serviços públicos das cidades interligadas, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Trata-se de um projeto de grande relevância para a região, cuja aprovação poderá alavancar o desenvolvimento planejado, uniforme e sustentável de Montes Claros, como uma Capital Regional, e dos demais municípios da Região Metropolitana.

Como exemplo, atualmente, cerca de 1,6 milhão de pessoas, de cerca de 80 municípios, utilizam os serviços públicos em Montes Claros, além da população universitária e itinerante que se desloca diariamente para estudar ou trabalhar. Isso caracteriza os movimentos pendulares, previstos no PLC, e o alto grau de integração entre os municípios, seja em termos econômicos, políticos ou culturais.

Entrevistador: Qual será a contribuição regional da Lei Complementar 159/21 que dispõe sobre Aglomerações Urbanas e Microrregiões, e como ela se articula com o PLC 11/2015?

Entrevistado: Até então, Minas Gerais só tinha regulamentação para criar regiões metropolitanas. Tem-se, instituídas, as regiões de Belo Horizonte e do Vale do Aço. O PLC 159/21, por abranger outras formas de organização conjunta, contempla os 853 municípios mineiros, incluindo aqueles que, até então, não se enquadravam em nenhum arranjo existente.

A instituição das aglomerações urbanas e microrregiões permite uma gestão compartilhada dos problemas e serviços comuns aos municípios. Com isso, soluções para questões que seriam impossíveis isoladamente tornam-se possíveis, inclusive com maior viabilidade financeira. Os serviços integrados podem ficar mais baratos, gerando economia para o cidadão, e a prestação de serviços também, gerando economia para o poder público, por exemplo.

A aglomeração urbana precisa ter uma população de no mínimo 300 mil habitantes, e a formação da região metropolitana exige um mínimo de 600 mil habitantes (IBGE, 2023). Na região metropolitana, é preciso haver, no gru-

po de municípios, uma cidade considerada metrópole, com força polarizadora para influenciar as demais cidades que “orbitam” em torno dela. Nas aglomerações urbanas, são os municípios vizinhos que sofrem a influência de uma cidade polo sem o porte e a força de metrópole, mas com funções urbanas complementares. Já as microrregiões incluem cidades vizinhas de pequeno porte, com população e taxas de urbanização menores e menos dinâmicas do ponto de vista econômico. Serão novas oportunidades para fazer chegar, aos municípios do interior, as políticas de estado, com foco no território, no desenvolvimento regional e na redução das desigualdades entre as cidades. Sem falar na oportunidade de equilibrar a dinâmica dessa prestação de serviços, para não onerar ou sobrecarregar um determinado município.

2.3 A Visão dos Gestores

As entrevistas realizadas com os gestores municipais foram pautadas na análise das interações municipais, das demandas regionais, das ações de planejamento regional e municipal, como as leis urbanas, por exemplo, além de abordar as dificuldades e as soluções para a melhoria da gestão, e, ainda, a participação da população no planejamento urbano.

2.3.1 Perguntas realizadas aos gestores municipais

Quadro 1. Perguntas presentes nas entrevistas com os Gestores Municipais

01. Qual a relação do município com a região norte de Minas Gerais? (projetos, consórcios, citar os municípios da pesquisa)

02. Quais são as principais demandas da região?

03. Comente a agenda de trabalho e a relação com os demais prefeitos (diálogos e conversas).

04. Cite as leis municipais (principais instrumentos urbanísticos). Qual a importância delas para a gestão?

05. Ao pensar no planejamento regional (que envolveria os municípios do norte de Minas Gerais), quais setores podem ser planejados regionalmente? Como?

06. Avalie a parceria público privada neste processo.

07. Quais são os maiores desafios/dificuldades encontrados na gestão pública?

08. Aponte soluções.

09. Qual o papel da população no planejamento urbano?

10. Existe um projeto para a criação da Região Metropolitana de Montes Claros (RMMOC)? Qual a sua opinião?

11. Em 2019, foi criada a Proposta de Emenda Constitucional de número 188 (PEC 188/19 ou PEC do Pacto Federativo) na qual é prevista a extinção de municípios com até 5 mil habitantes que não comprovem sustentabilidade financeira até junho de 2023. O senhor tem conhecimento acerca dessa PEC? Se sim, caso seja aprovada, julga que será benéfico para este município?

12. Outros comentários.

Fonte: Elaboração própria.

2.3.2 As principais respostas em Fluxogramas

Foram entrevistados os gestores de 18 municípios, dentre os 30 pesquisados, ocupando funções como as de secretário municipal, vice-prefeito ou prefeito. Os Fluxogramas 2 a 17 a seguir, sistematizam as respostas dos gestores municipais sobre as temáticas: os vínculos com os demais municípios; as principais demandas regionais; as leis municipais mais importantes; as ações de planejamento regional; as principais dificuldades na gestão do município; as soluções para os principais problemas e a participação da população no planejamento urbano do município.

A seguir, apresentam-se os fluxogramas com as respostas dos gestores municipais.

2.3.2.1 Fluxogramas com Respostas dos Gestores Municipais

Figura 2 – Bocaiuva; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Capitão Enéas; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Cristália; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Francisco Dumont; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



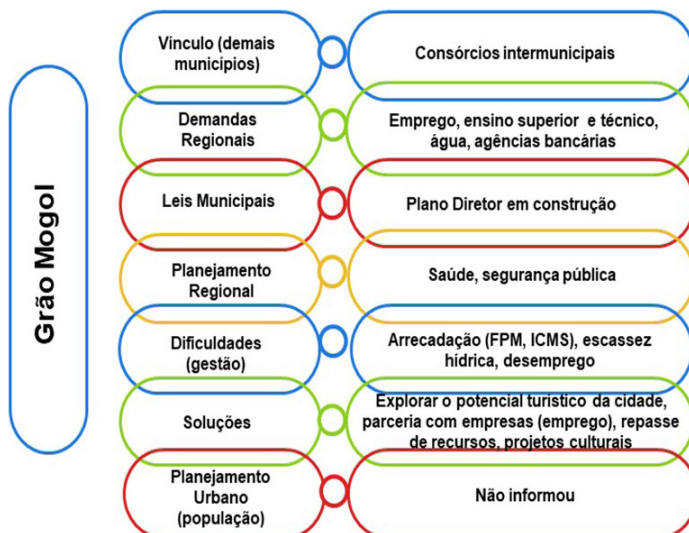
Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Glaucilândia; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 7 – Grão Mogol; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 8 – Ibiracatu; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 – Janaúba; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 10 – Japonvar; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



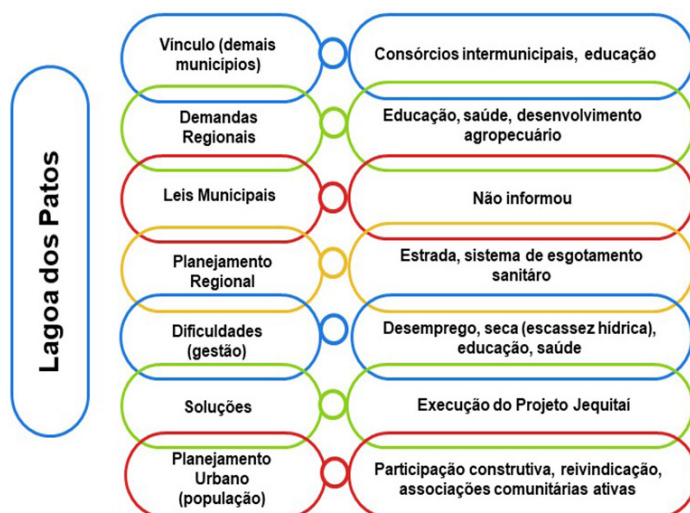
Fonte: Elaboração própria.

Figura 11 – Jequitai; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 12 – Lagoa dos Patos; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 13 – Mirabela; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 14 – Pedras de Maria da Cruz; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 15 – Riacho dos Machados; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 16 – São João do Pacuí; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 17 – Verdelândia; Fluxograma com Respostas do Gestor Municipal

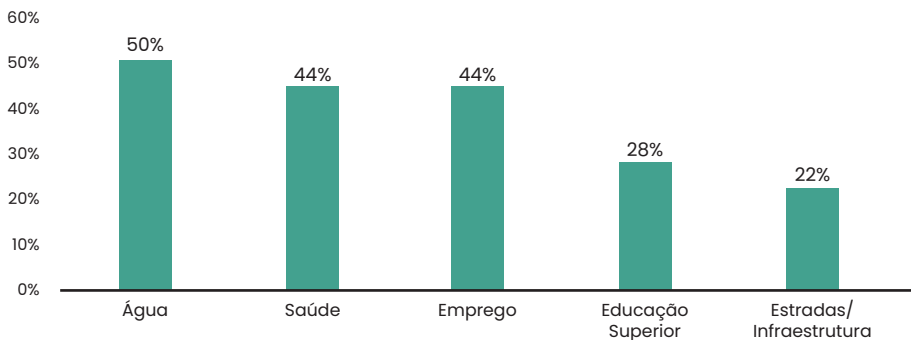


Fonte: Elaboração própria.

2.3.2.2 Vínculos entre os municípios e problemas apontados pelos Gestores Municipais

Com relação aos vínculos entre os municípios, o principal destaque feito por todos os gestores foram os consórcios intermunicipais. Cabe destacar a existência, no norte de Minas Gerais, de Consórcios Multifinalitários e de Saúde Pública, dentre outros. Já os problemas principais a serem enfrentados no planejamento no âmbito regional, são: água, saúde, emprego, educação superior e estradas/infraestrutura, representados no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Os principais problemas da Região Norte de Minas Gerais, na visão de Gestores Municipais



Fonte: Elaboração própria, com dados de Pesquisa de Campo, 2022.

Como os gestores apontaram, os consórcios intermunicipais são a principal forma de interação e vínculo entre os municípios. Eles destacaram, também, os principais problemas regionais, tornando-se bastante evidente a necessidade do fortalecimento das formas e dos processos de planejamento regional. Os gestores municipais poderiam potencializar os consórcios e as parcerias entre municípios ao estabelecer parcerias com pesquisadores das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Geografia. Consequentemente, seriam vislumbrados avanços para as novas formas de gestão intermunicipal, considerando as principais transformações que marcaram essa região e os seus centros urbanos nas últimas décadas.

A pesquisa desenvolvida demonstrou problemas urbanos de diversas naturezas que se associam, entre outros elementos, ao crescimento urbano e à ineficácia do planejamento e da gestão urbana, impactando a

vida da população. As entrevistas aplicadas aos representantes municipais evidenciaram o conhecimento dos gestores sobre os problemas municipais e, ainda, o fato de não conseguirem amenizá-los, seja por insuficiência de recursos financeiros das esferas públicas federal e/ou estadual, e também pela necessidade de quitar dívidas de gestões anteriores.

Constatou-se, ainda, um cenário de problemas urbanos de todas as naturezas, econômica, social, de infraestrutura e espacial, notadamente realçado pela constante escassez de recursos públicos para a gestão municipal num contexto de crise financeira e, em certos casos, até mesmo pela insuficiente preparação técnica dos quadros humanos. Nesse cenário, verificou-se, por meio das entrevistas, que os principais problemas que caracterizam a administração pública relacionam-se aos baixos orçamentos, às questões partidárias, à fiscalização, à corrupção, à gestão inadequada, entre outros.

Além dos problemas, os gestores apontaram desafios e soluções para o Planejamento Regional. Foram mencionados Planos e Leis Urbanas, que, apesar de serem de grande importância, não têm se mostrado suficientes para a melhoria da realidade, haja vista as dificuldades de gestão municipal. Na pesquisa, essas dificuldades foram observadas na realidade diária de cada município e apontadas pelos gestores municipais e pela população durante as entrevistas.

Sobre a legislação urbana, considerando aqueles municípios com população inferior a 20 mil, nos quais a elaboração do Plano Diretor não é obrigatória, diagnosticaram-se outras leis, com destaque para as Leis Orgânicas. A Lei Orgânica do município é responsável pela organização do exercício do poder local, reafirmando os princípios e preceitos constitucionais, indicando as competências do poder executivo e do poder legislativo e determinando as diretrizes locais para as políticas de tributação e de finanças, de desenvolvimento econômico, social, ambiental e urbano, devendo ter conteúdo aberto e não restrito (Souza, 2008). Cada município precisa elaborar a sua Lei Orgânica, que deve ser amplamente discutida antes da aprovação pela Câmara Municipal. Com base no IBGE (2021), realizou-se o levantamento das leis urbanas instituídas nos municípios da pesquisa. O Quadro 2, a seguir, representa essa realidade atual.

Contudo, apesar da importância e da necessidade dos Planos Diretores e das Leis Orgânicas para os municípios, questiona-se sobre a eficiência e a aplicação desses instrumentos, no que se refere à organização do espaço e à redução das desigualdades urbanas. Isso demonstra a necessidade de estudos aprofundados acerca da realidade de cada município, identificando as suas principais deficiências, problemáticas e os seus desafios. As pesquisas urbanas devem problematizar os instrumentos urbanísticos e como eles são aplicados, na prática, quando comparados à teoria.

Quadro 2 – Existência de Plano Diretor nos municípios pesquisados

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PLANO DIRETOR	ANO DE CRIAÇÃO	PLANO FOI REVISTO	ANO DA ÚLTIMA REVISÃO	PLANO EM ELABORAÇÃO
Bocaiuva	50.521	Sim	2006	Não	-	-
Brasília de Minas	32.460	Sim	2006	Não	-	-
Capitão Enéas	15.388	Não	-	-	-	Não
Claro dos Poções	7.478	Sim	2001	Não	-	-
Cristália	5.992	Sim	2006	Não	-	-
Engenheiro Navarro	7.240	Sim	2009	Não	-	-
Francisco Dumont	5.268	Sim	2009	Não	-	-
Francisco Sá	26.459	Sim	2006	Não	-	-
Glaucilândia	3.177	Não	-	-	-	Não
Grão Mogol	15.943	Não	-	-	-	Não
Guaraciama	5.005	Não	-	-	-	Não
Ibiracatu	5.340	Não	-	-	-	Não
Itacambira	5.447	Não	-	-	-	Não
Janaúba	72.374	Sim	2007	Sim	2020	-
Januária	67.958	Sim	2008	Não	-	-
Japonvar	7.991	Não	-	-	-	Não
Jequitaí	7.407	Não	-	-	-	Não
Juramento	4.359	Não	-	-	-	Não
Lagoa dos Patos	4.062	Não	-	-	-	Não
Lontra	9.766	Não	-	-	-	Não
Mirabela	13.651	Não	-	-	-	Não
Olhos d'Água	6.243	Não	-	-	-	Não
Patis	6.031	Não	-	-	-	Não
Pedras de Maria da Cruz	12.313	Não	-	-	-	Não
Pirapora	56.845	Sim	2006	Não	-	-
Riacho dos Machados	9.471	Sim	2018	Não	-	-
São João da Lagoa	4.949	Não	-	-	-	Não
São João da Ponte	25.033	Sim	2006	Não	-	-
São João do Pacuí	4.476	Não	-	-	-	Não
Verdelândia	9.527	Não	-	-	-	Não

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – IBGE, 2021.

2.4 A VISÃO DA POPULAÇÃO

2.4.1 Perguntas realizadas à população dos municípios pesquisados

As entrevistas realizadas com a população foram pautadas na análise dos problemas dos municípios, nas soluções, nos responsáveis, no conhecimento sobre as leis urbanas, na participação da população no processo de planejamento e nas recomendações, como cidadãos.

Quadro 3. Perguntas presentes nas entrevistas com a População

01. Na sua opinião, quais os principais problemas do município?

02. Como solucioná-los? Quem é o responsável?

03. Você conhece o plano diretor ou outras leis do seu município? Você participou do processo que os instituiu? Você foi informado pelo poder público?

04. Você considera importante a sua participação no processo de planejamento de sua cidade? Por quê?

05. Quais recomendações você daria para a gestão atual?

Fonte: Elaboração própria.

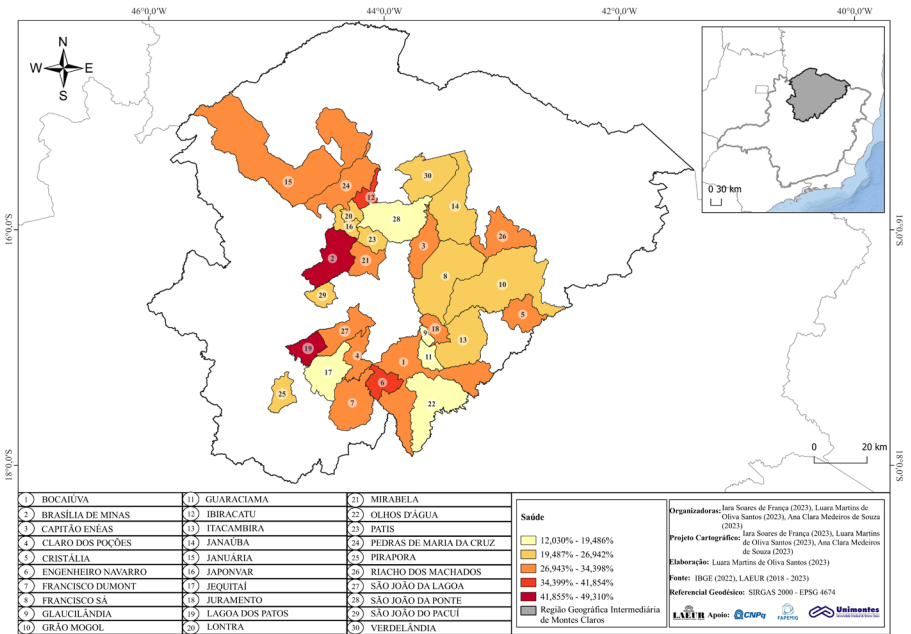
2.4.2 Respostas da População

A pesquisa foi realizada em 30 municípios com população total (urbana e rural) inferior a 100 mil habitantes. Indagou-se, à população residente na área urbana dos municípios pesquisados, sobre os seus principais problemas. O tema Saúde Pública obteve a maior prevalência de respostas, sendo apontado em 50% dos municípios pesquisados como o principal. O desemprego, em segundo lugar, foi apontado na maioria dos municípios. Em terceiro lugar, a

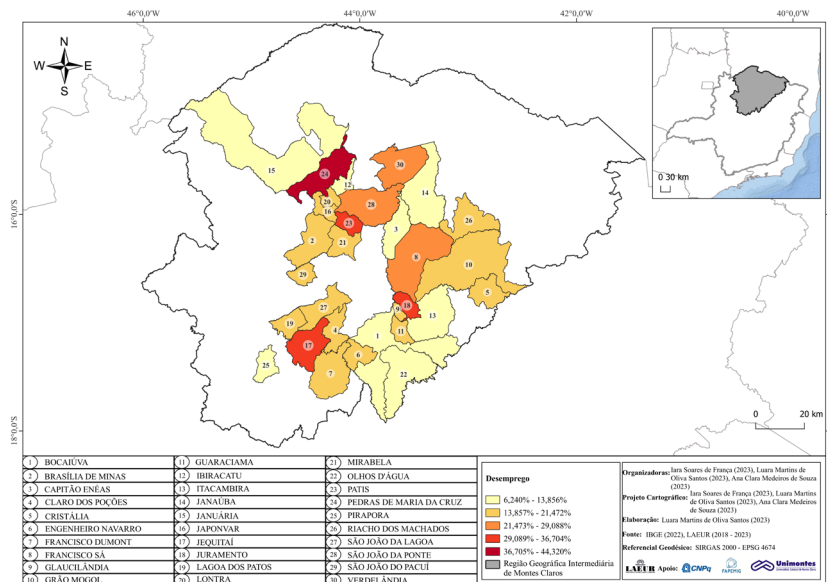
infraestrutura (tal temática refere-se à disponibilidade e qualidade dos equipamentos públicos, das praças e da pavimentação de ruas e estradas). Em quarto lugar destacou-se a educação, com índice máximo de resposta equivalente a 17,8% da população.

A segurança pública e o transporte foram temas tratados como os principais problemas dos municípios por, no máximo, 15,5% e 12,2% da população. Por último, a qualidade da gestão pública foi avaliada como principal problema do município por até 9,2% dos entrevistados. Os Mapas de 10 a 16, a seguir, representam essas respostas e estão ordenados pela maior prevalência da temática nas respostas, a saber: saúde, desemprego, infraestrutura, educação, segurança, transporte e gestão pública.

Mapa 10 – Saúde

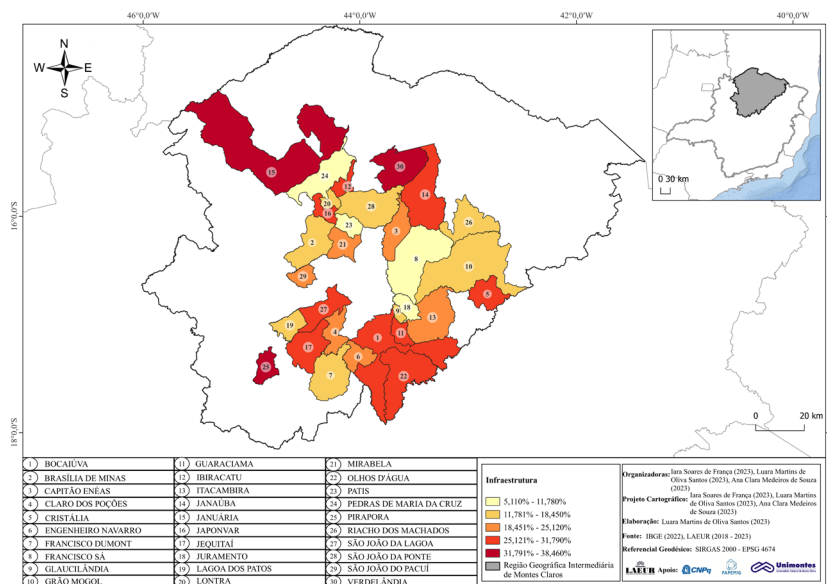


Mapa 11 - Desemprego



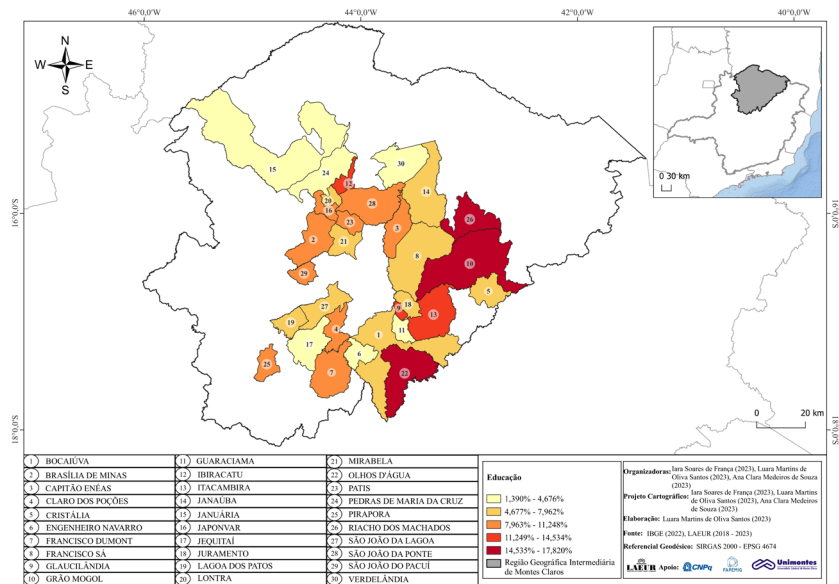
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 12 - Infraestrutura



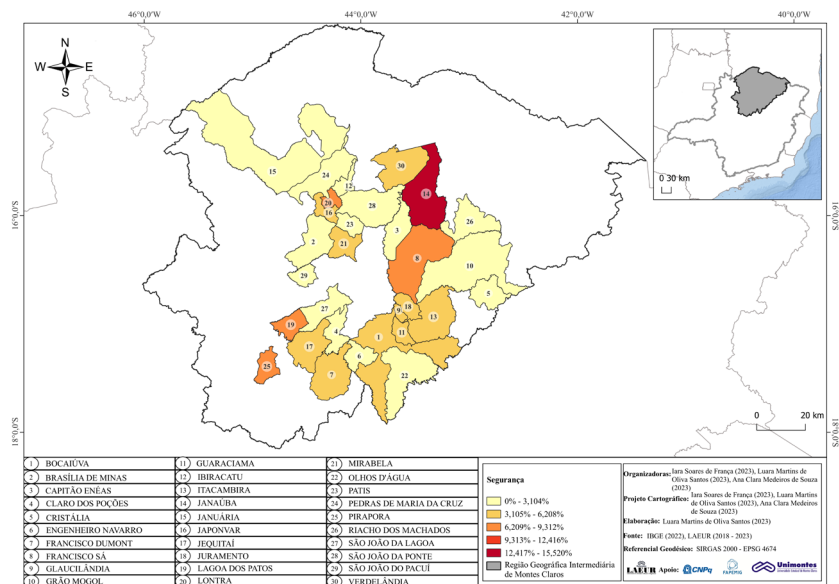
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 13 – Educação



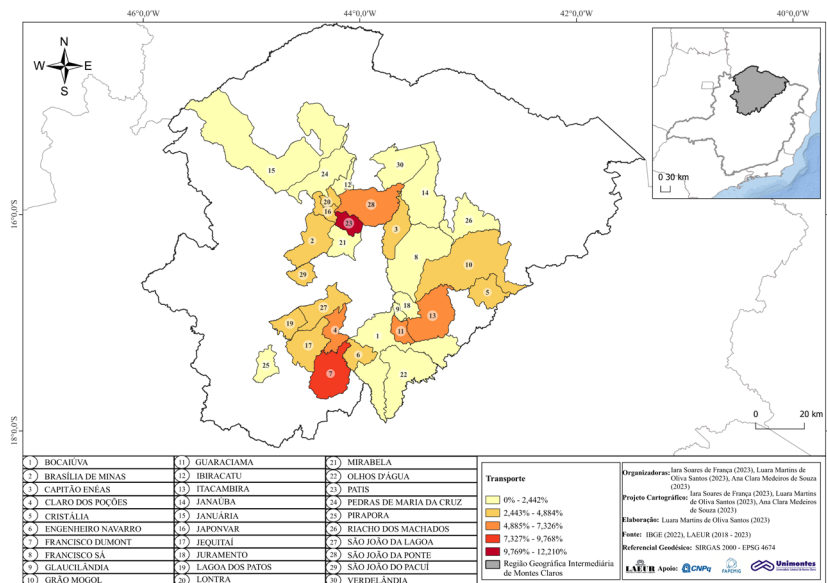
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 14 – Segurança



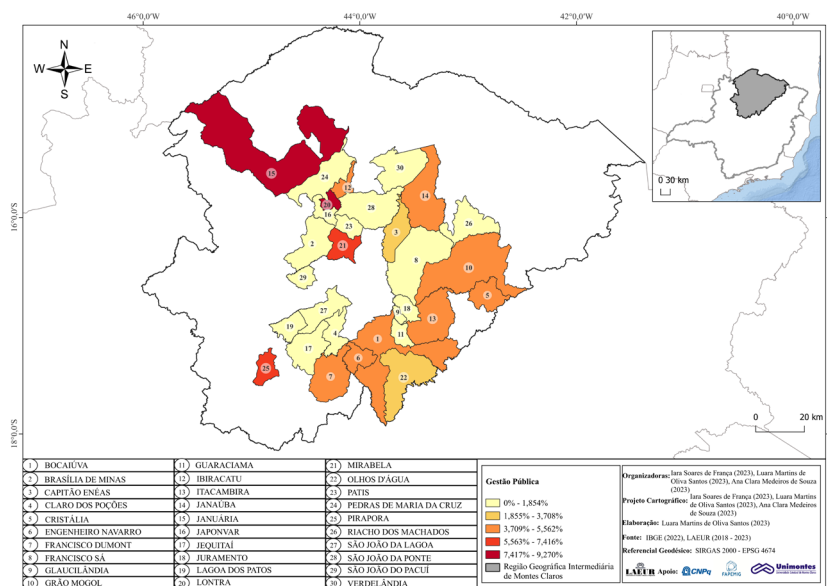
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 15 – Transporte



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018–2023

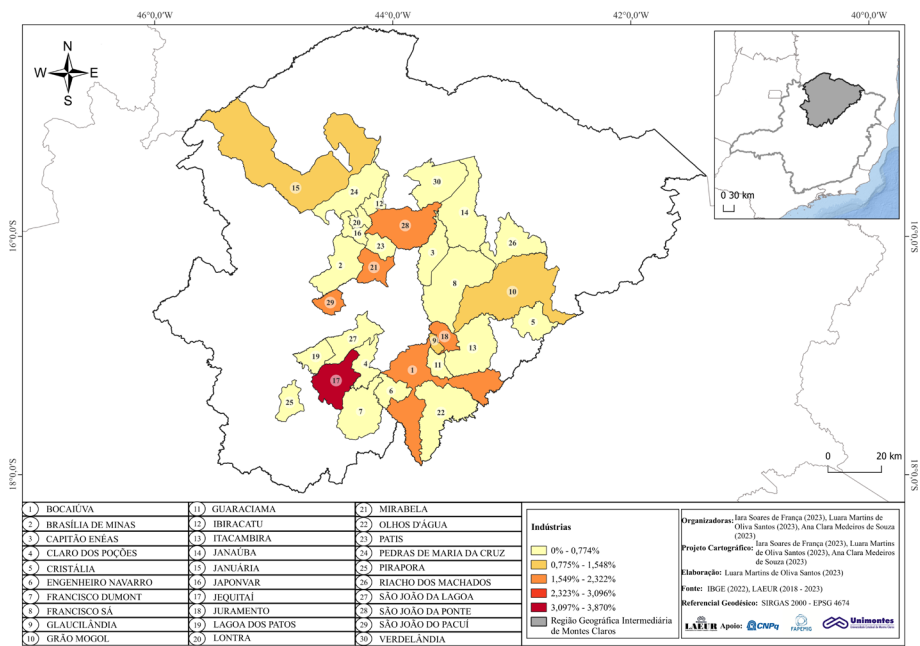
Mapa 16 – Gestão Pública



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018–2023

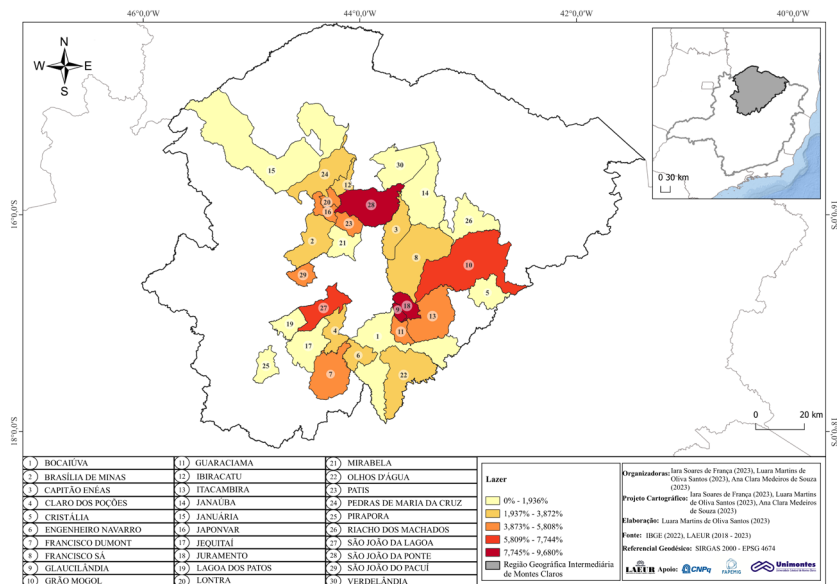
Os Mapas 17 e 18 representam, respectivamente, os problemas vinculados à falta ou insuficiência de indústrias e de espaços de lazer, apontados pela população entrevistada, enquanto o Mapa 19 representa parte da população que não identificou problemas. É importante destacar a existência de entrevistados que não souberam citar ou que não reconheceram problemas nos municípios. Os Mapas de 17 a 19 são apresentados a seguir.

Mapa 17 – Indústria



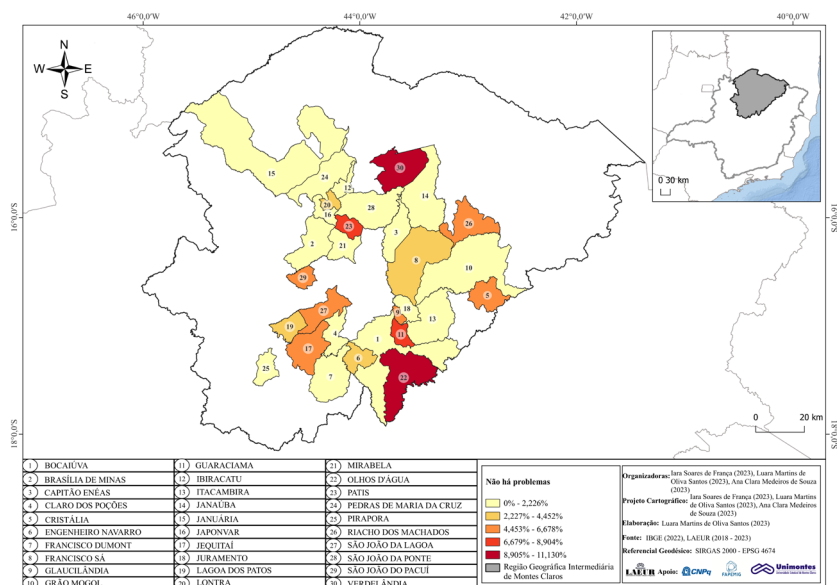
Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 18 – Lazer



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

Mapa 19 – Não há problemas

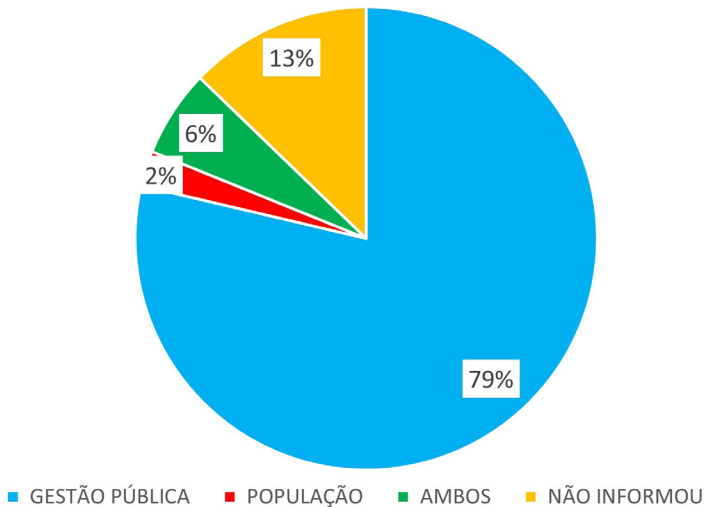


Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

A urbanização, quando se desenvolve sem a ação política por meio de processos de planejamento e gestão urbana públicos, concretos e participativos, acentua os problemas urbanos como precariedade de infraestrutura, serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, habitação e transportes coletivos públicos, gerando desigualdades socioeconômicas, entre outros.

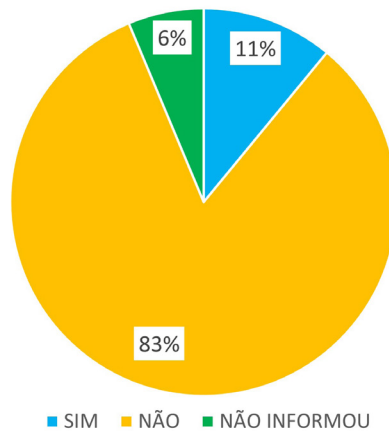
A seguir, os Gráficos de 2 a 6 e os Mapas de 20 a 25 representam as respostas da população entrevistada sobre o Plano Diretor e a participação social no planejamento e na gestão urbana. A população entrevistada foi indagada sobre a responsabilidade pelos principais problemas apontados no município. No Gráfico 2, em sequência, observa-se que a maioria, 79% dos entrevistados atribuíram, à gestão pública, a responsabilidade pelos problemas municipais. Apenas 10% indicou que a responsabilidade seria da população ou de ambos

Gráfico 2 – Responsabilidade sobre os problemas do município



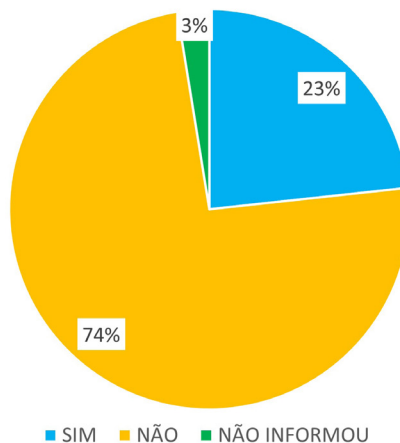
Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração própria.

Também foram realizadas perguntas, à população, sobre o plano diretor. Isto é, se o entrevistado conhece a lei que estabeleceu o Plano Diretor do Município. As respostas estão no Gráfico 3, abaixo. O desconhecimento sobre o Plano Diretor é impressionante. Oito (8) a cada dez (10) entrevistados não o conhecem. Somente 11% afirmaram ter conhecimento.

Gráfico 3 – Você conhece o Plano Diretor?

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

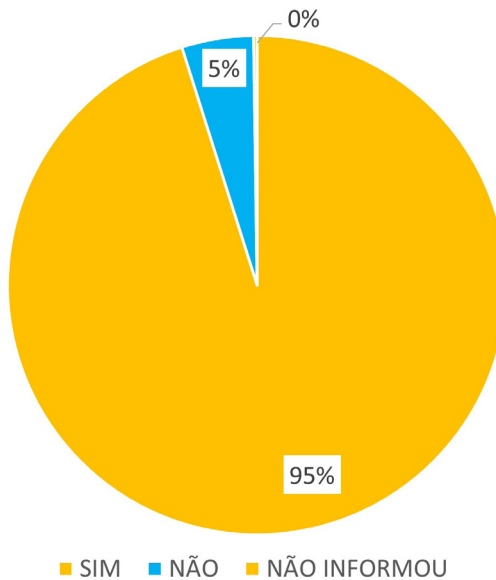
Perguntou-se, também, à população que afirmou ter conhecimento sobre o Plano Diretor, se ela participou do processo que o instituiu (Gráfico 4, a seguir). Somente 23% afirmaram ter participado do referido processo. Cerca de 74% dos que conhecem o Plano Diretor não participaram de sua elaboração.

Gráfico 4 – Você participou do processo de instituição do Plano Diretor?

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

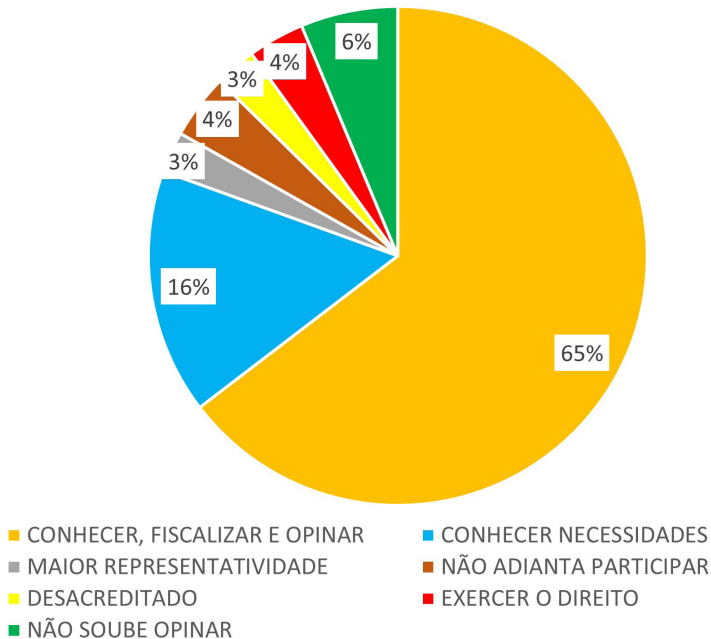
No Gráfico 5, a seguir, pode-se verificar a consideração da população sobre a importância de participar do processo de planejamento da cidade. Embora a maioria não conheça o Plano Diretor e não tenha participado de sua elaboração, a quase totalidade dos entrevistados afirmaram ser importante participar do planejamento da cidade.

Gráfico 5 – Você considera importante participar do processo de planejar a cidade?



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

Os entrevistados foram indagados sobre porque consideravam importante a participação no planejamento da cidade. Cerca de 81% afirmaram que a importância está em conhecer, fiscalizar, opinar e saber as necessidades da cidade. Já 13% não consideram importante, por desacreditarem ou por acreditar que não adianta participar, ou não souberam opinar. Vejam o Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Por que você considera importante a participação no processo de planejar a cidade?

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

Em relação à participação da população nos processos de planejamento, os gestores acreditam ser essencial. A população conhece o município em que vive, as suas dificuldades e as necessidades, portanto, a participação social em conjunto com as ações administrativas é essencial não só no diagnóstico das dificuldades da cidade, mas também para as ações do gestor.

A participação pode se materializar através de reuniões com a população e com as associações, nas quais os cidadãos são chamados a se envolver nas questões municipais. Os Gestores entrevistados informaram contar com o apoio da população nas ações diárias, como, por exemplo, na limpeza urbana, mas relataram que a participação social precisa aumentar.

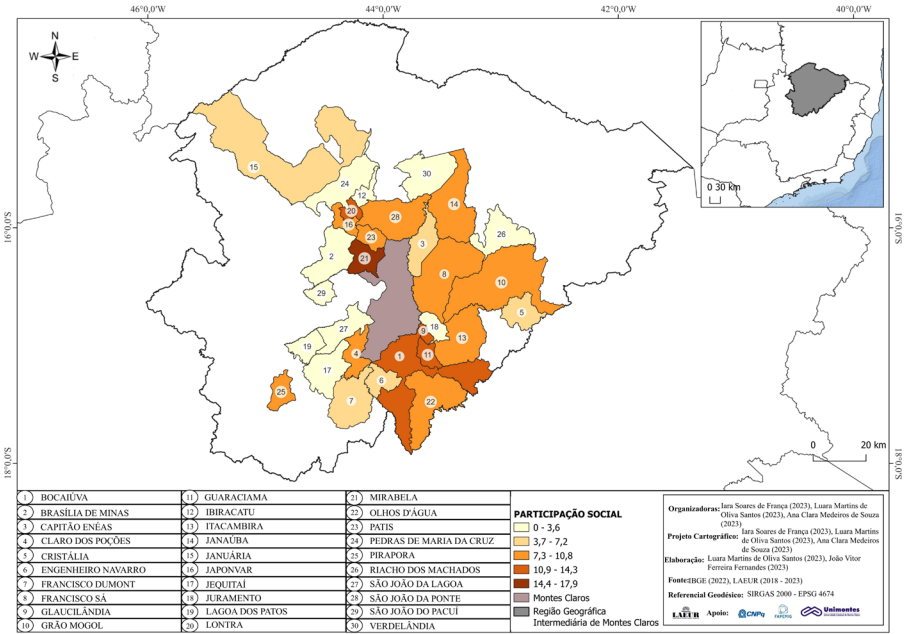
No planejamento com características participativas, as decisões são tomadas através de um processo democrático, no qual o gestor e os técnicos não assumem mais o papel de “autores do plano”, mas de “condutores do pro-

cesso”. A participação social nos processos de planejamento e gestão urbana é bastante complexa. De acordo com Souza (2008, p.138-139), essa participação social continua

[...] sendo negligenciada ou se resume a uma falsa participação, sendo que a “ditadura” agora não é mais a do Estado ‘disciplinando’ o capital na organização do espaço urbano, mas sim, a do capital sobre o Estado e sobre a cidade (Souza, 2008, p.138-139).

Os entrevistados foram indagados sobre o que precisaria ser feito para melhorar o município. Os Mapas 20 a 25, a seguir, mostram a distribuição espacial e a intensidade das respostas sobre o Plano Diretor e a participação social no planejamento e na gestão urbana. No Mapa 20, a população respondeu que a participação social é uma das soluções. Entretanto, na maioria dos municípios, essa resposta correspondeu a no máximo 15% do conjunto das soluções apontadas.

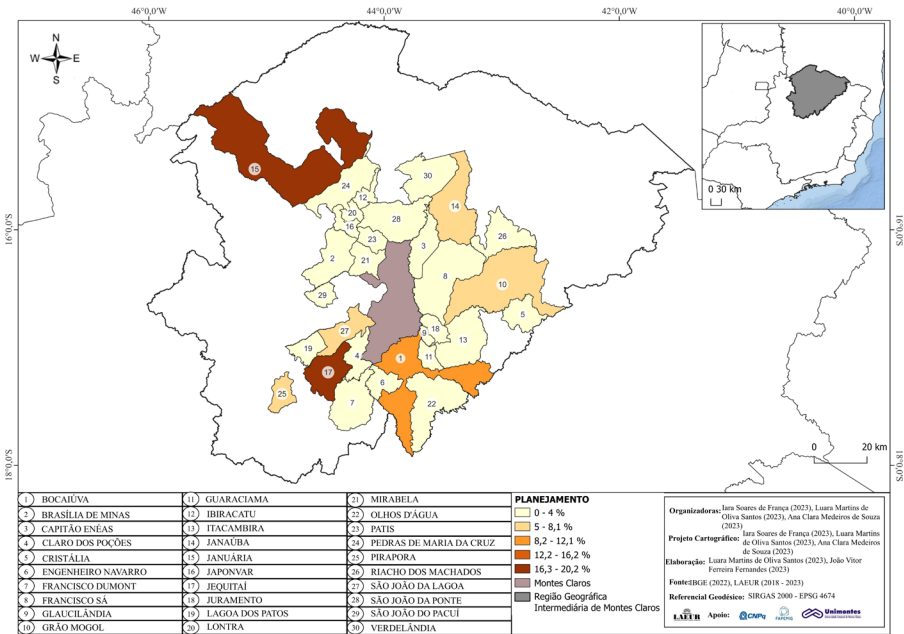
Mapa 20 – Participação Social, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 21, a seguir, verifica-se que o “Planejamento” foi apontado em cerca de 70% dos municípios com índice de até 4% do conjunto de respostas. Somente em dois municípios o “Planejamento” foi tido como solução para os problemas por cerca de 15%.

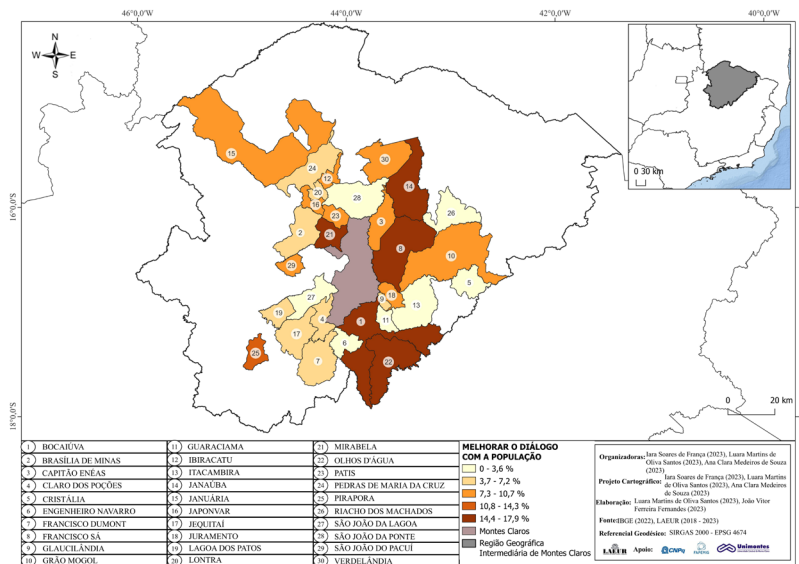
Mapa 21 – Planejamento, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 22, a seguir, observa-se que a resposta “Melhoria do diálogo com a população” foi apontada como solução para os problemas em seis municípios, com índice entre 10,8% e 17,9%. Em 80% dos municípios pesquisados, a melhoria do diálogo com a população foi apontada por menos de 10% dos entrevistados.

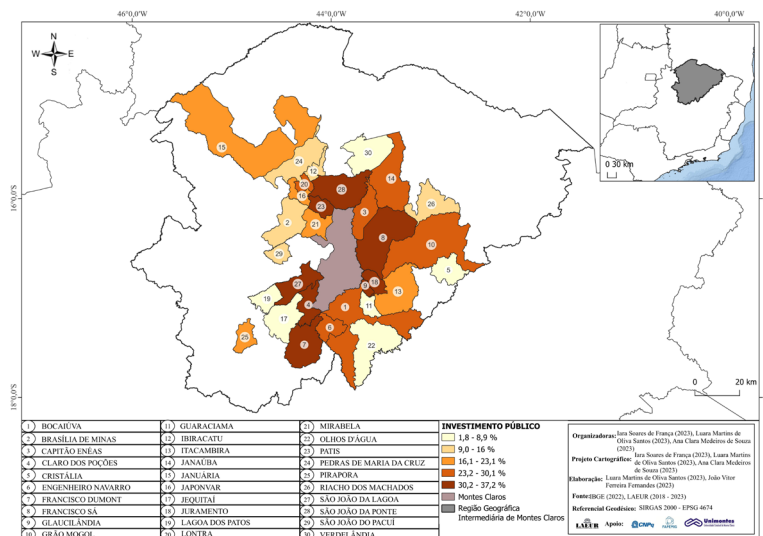
Mapa 22 – Melhoria do diálogo com a população, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 23, é possível verificar que o “Investimento Público” aparece como importante solução em oito municípios, com índice superior a 30% entre as respostas. Entretanto, em seis municípios, tal índice foi inferior a 10%.

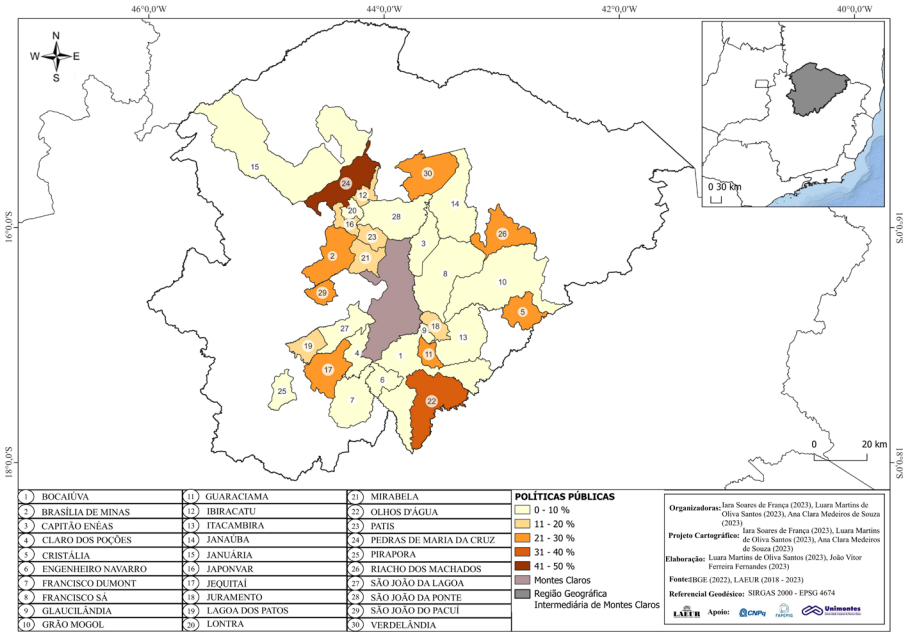
Mapa 23 – Investimento Público, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 24, verifica-se que as “Políticas Públicas” foram consideradas como resposta com índice superior a 20% em nove municípios. No entanto, em quinze municípios, esse índice foi de 0% a 10%.

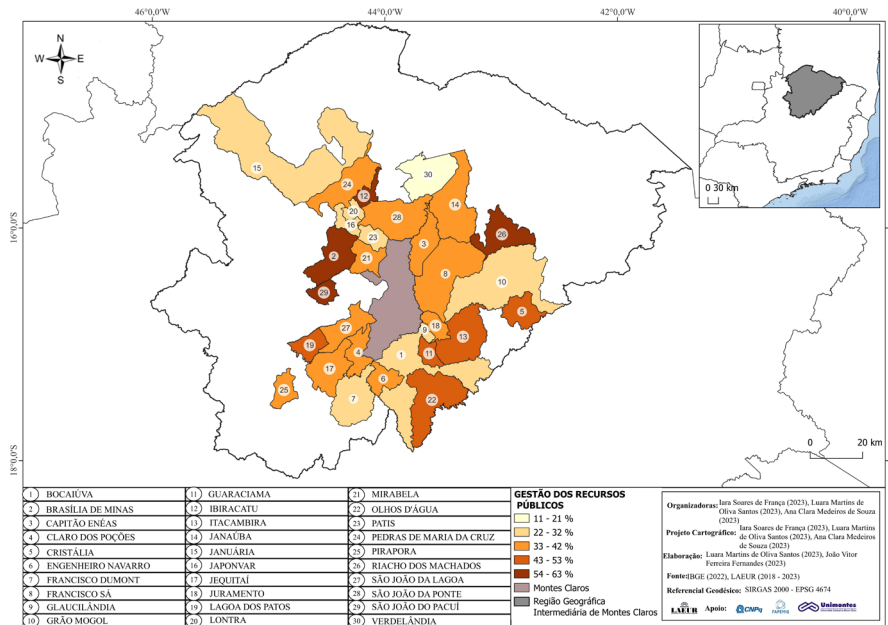
Mapa 24 – Políticas Públicas, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

No Mapa 25, pode-se observar que a “Gestão dos Recursos Públicos” é a solução apontada com maior incidência entre os municípios pesquisados. Em oito municípios, a resposta foi apontada por mais de 43%, chegando a 63% dos entrevistados.

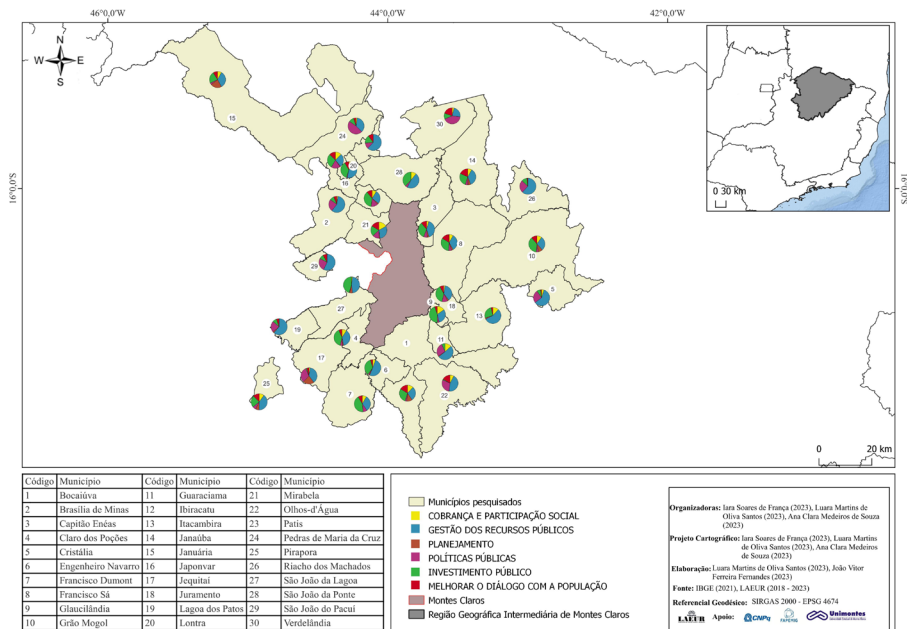
Mapa 25 – Gestão dos Recursos Públicos, municípios pesquisados, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018-2023

De fato, o “Investimento Público” e a “Gestão dos Recursos Públicos” foram as respostas com maior incidência dentre o conjunto de soluções apontadas, e também com maior ocorrência entre os municípios pesquisados (Mapa 26). Nesse sentido, a visão da população concentra-se na importância de assegurar o investimento público e de se ter eficácia na gestão dos recursos.

Mapa 26 – Síntese dos Problemas Apontados pela População dos Municípios, 2022



Fonte: IBGE, 2022; LAEUR, 2018–2023

Verifica-se que, quando analisadas em conjunto, as respostas dos entrevistados, da população e dos gestores, sinalizam as dificuldades presentes no processo de planejamento e gestão, além da necessidade de otimização dos instrumentos urbanísticos, de modo a atender e melhorar as demandas municipais. Evidencia-se, ainda, a importância da relação e interação entre os municípios da região para o desenvolvimento de ambos e, com isso, para a execução de um planejamento regional.

Por isso a relevância do planejamento regional, por ser de grande importância para o crescimento e desenvolvimento de determinada região. Diante disso, é inegável a necessidade e a importância dos instrumentos urbanísticos como a principal ferramenta do poder público para o ordenamento das cidades e das regiões.

Nesse sentido, para que o planejamento regional ocorra, é necessário analisar os municípios, não de maneira individual, mas como um todo, considerando os seus aspectos similares e as suas especificidades. Torna-se necessário um projeto conjunto, pensado em âmbito regional, que vise à articulação de todos os envolvidos, considerando suas características, seus desafios, sua estrutura e suas deficiências, de maneira a garantir a eficiência do planejamento e minimizar a probabilidade de erros e fracassos.

Para a sua efetivação e o alcance de objetivos, o planejamento regional requer o auxílio das políticas públicas e dos instrumentos urbanísticos, o que qualifica a região em um âmbito político, social e econômico, analisando os aspectos da gestão, a participação da população no planejamento e os seus principais instrumentos de ordenação urbana.

A superação ou minimização da crise urbana como um fenômeno generalizado no mundo pode ocorrer pela via do planejamento, dotando as cidades de estrutura e equipamentos urbanos, bem como apoiando suas potencialidades econômicas, fundamentais à qualidade de vida da população. As políticas devem se traduzir em legislações, planos, programas e projetos de gestão com constante atualização, isto é, instrumentos urbanísticos adequados. Para exemplificar, registra-se o Plano Diretor Municipal apontado pelo Estatuto da Cidade (2001) como o principal instrumento da política urbana brasileira para garantir a função social da cidade. Esse cenário, não exclusivo da RGINT/MOC, mas típico do quadro urbano brasileiro, deve ser analisado e problematizado junto aos governos, às universidades e aos setores sociais diversos.

Os processos de planejamento e a gestão urbana, quando efetivados, podem promover um espaço social mais justo, através de políticas públicas que englobam os diferentes atores urbanos. No entanto, ao analisar o cenário brasileiro em sua maioria, verifica-se que, não raras vezes, interesses particulares se sobrepõem às demandas públicas econômicas, infraestruturais e socioambientais urbanas.

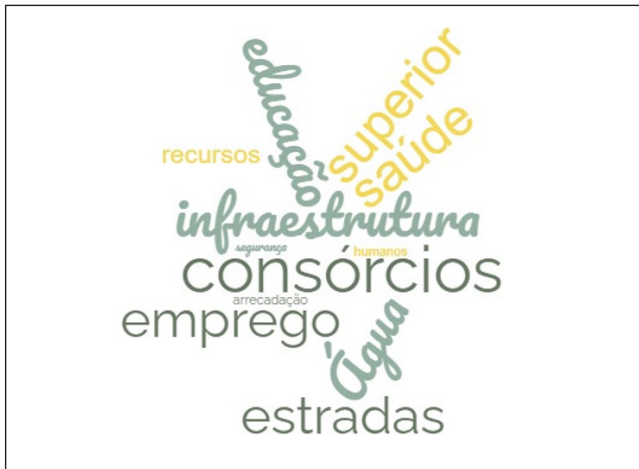
Por meio deste estudo, é possível de-
notar a necessidade de se avançar para novos instrumentos de gestão urbana e potencializar os Planos Diretores, ainda que em municípios com populações inferiores a 20 mil habitantes, de modo a se tornarem mais eficientes quanto ao atendimento das demandas urbanas e sociais e, com isso, proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população. Tal processo deve ocorrer com o diálogo entre o poder público e a sociedade civil em seus diversos segmentos.

Dicas: Para compreender um pouco mais sobre as cidades, a urbanização e a sustentabilidade na perspectiva da Organização das Nações Unidas (ONU), acesse o link <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) reúnem 17 temas centrais que devem ser discutidos na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

REFLEXÕES FINAIS

Os resultados das pesquisas que culminaram na produção do “Atlas Urbano e Regional: Pequenas Cidades da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (RGINT/MOC), Minas Gerais”, localizam-se nas Figuras 18, 19 e 20, a seguir, e representam alguns elementos empíricos (diagnósticos e prognósticos da área de estudo), que coadunam com a discussão teórica sobre o planejamento e a gestão urbana na Geografia. Eles ainda carecem de serem examinados em suas particularidades.

Figura 18: Principais problemas apontados pelos Gestores



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

Figura 19: Principais problemas apontados pela população



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

Figura 20: Principais soluções apontadas pela população

Fonte: Elaboração própria. Pesquisa Direta.

Esses elementos refletem o contexto urbano dos municípios analisados em suas dinâmicas demográficas, estruturais, econômicas, espaciais e políticas. Assinalam para a reflexão e tomada de decisões políticas sobre o planejamento regional no âmbito das pequenas e médias cidades, reconhecendo-as como espaços concretos e, ainda, em alguns contextos, não raros, ignoradas no cenário político e acadêmico.

É, por isso, que o planejamento e a gestão urbana no norte de Minas Gerais devem se alicerçar na escala da região, de forma que os municípios sejam integralizados com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população, com o atendimento das suas necessidades de trabalho, estudo, consumo em comércios e prestação de serviços e lazer, entre outros elementos.

França e Santos (2022) constataram que está em curso, na RGINT/MOC, uma fase de urbanização marcada por densidade, diversidade e heterogeneidade nas cidades médias e pequenas, isto é, um processo híbrido.

Um aspecto que deve ser considerado, nesse contexto, são os seus impactos não somente no espaço regional, na economia e na política, mas também na vida das populações. Diante disso, para pensar o desenvolvimento a partir da RGINT/MOC, é imperativo situar as históricas interações entre os municípios como fator central de análise. Além disso, ampliar o olhar para as especificidades dos centros urbanos na perspectiva da heterogeneidade interna dessas áreas.

Considera-se que a análise desses aspectos, no seu contexto histórico-geográfico, permitirá compreender a sua dinâmica econômica, demográfi-

ca, política, espacial e social. Assim, o planejamento no nível regional pode ser potencializado com vistas à melhoria da qualidade de vida da população dos municípios, considerando as suas especificidades, heterogeneidades e transformações significativas neles materializadas.

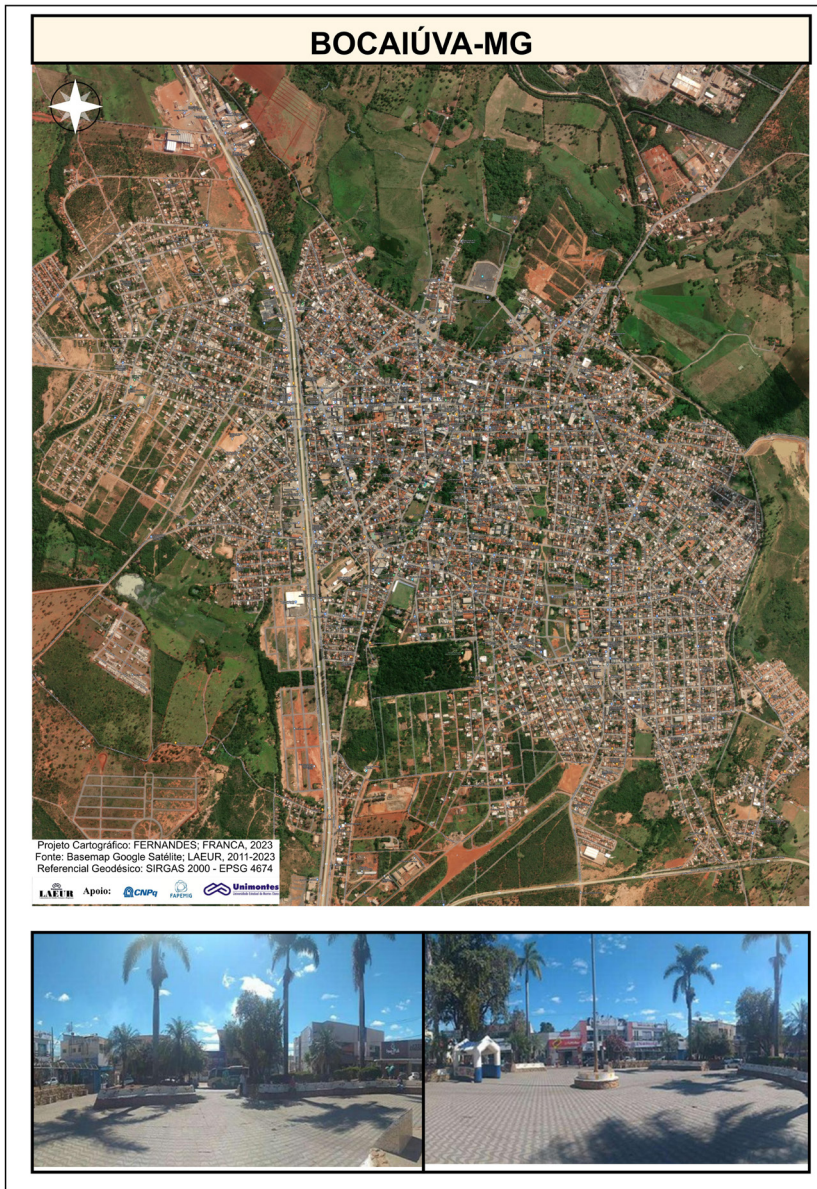
Nesta acepção, a análise dos espaços não metropolitanos em suas regiões, como a RGINT/MOC e suas RGIM(s), consiste, desse modo, em um laboratório para a pesquisa geográfica. Vê-se, uma agenda de pesquisa para a região que demandaria, de seus pesquisadores, refletir sobre:

- As pequenas e médias cidades, considerando a sua dinâmica econômica e a realidade socioespacial e cultural na região, e, ainda, sua importância na escala nacional para entender o significado do processo de urbanização brasileiro atual;
- Seus níveis de complexidade quanto à estrutura urbana, organização interna e interações espaciais;
- Seus problemas ambientais e outras problemáticas urbanas relacionadas ao desemprego, às desigualdades, à migração, ao acesso aos sistemas de transportes e de comunicação;
- Aspectos gerais de produção da vida social como a religiosidade, a produção de identidade, as manifestações culturais;
- Formas alternativas de desenvolvimento como as economias populares, as solidárias, a verde (agendas azul e verde) e a agricultura urbana;
- Políticas públicas de nível regional que equacionem as problemáticas diversas, notadamente, aquelas que envolvem a dialética campo e cidade;
- O processo de urbanização com sustentabilidade urbana alicerçada de modo crítico e eficaz nos princípios da Agenda 2030 da ONU, e, por fim;
- A adoção de geotecnologias para conhecer a escala não metropolitana a ser planejada com análise espacial e com diagnósticos para solucionar demandas, problemas e produção de prognósticos, entre outros.

Anuncia-se a importância da geografia neste âmbito quanto à análise espacial vertical e horizontal, produzindo pesquisas para as diferentes realidades urbanas. É importante registrar que este texto imprime uma tentativa de suscitar pontos para posterior aprofundamento teórico sobre as médias e pequenas cidades na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, Minas Gerais.

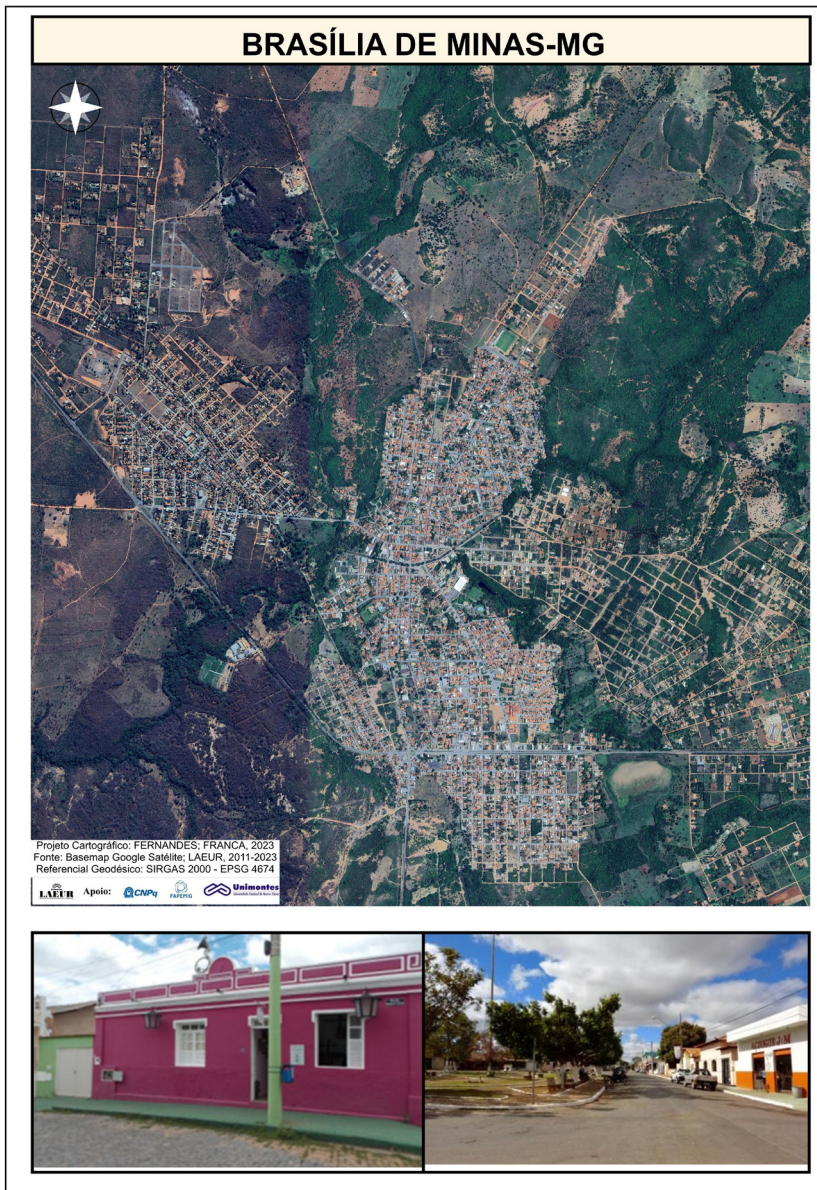
REGISTROS ICONOGRÁFICOS

Iconografia 1 – Bocaiúva



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 2 – Brasília de Minas



Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 3 – Capitão Enéas



Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 4 - Claro dos Poções



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 5 - Cristália



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 6 – Engenheiro Navarro



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 7 - Francisco Dumont



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 8 – Francisco Sá



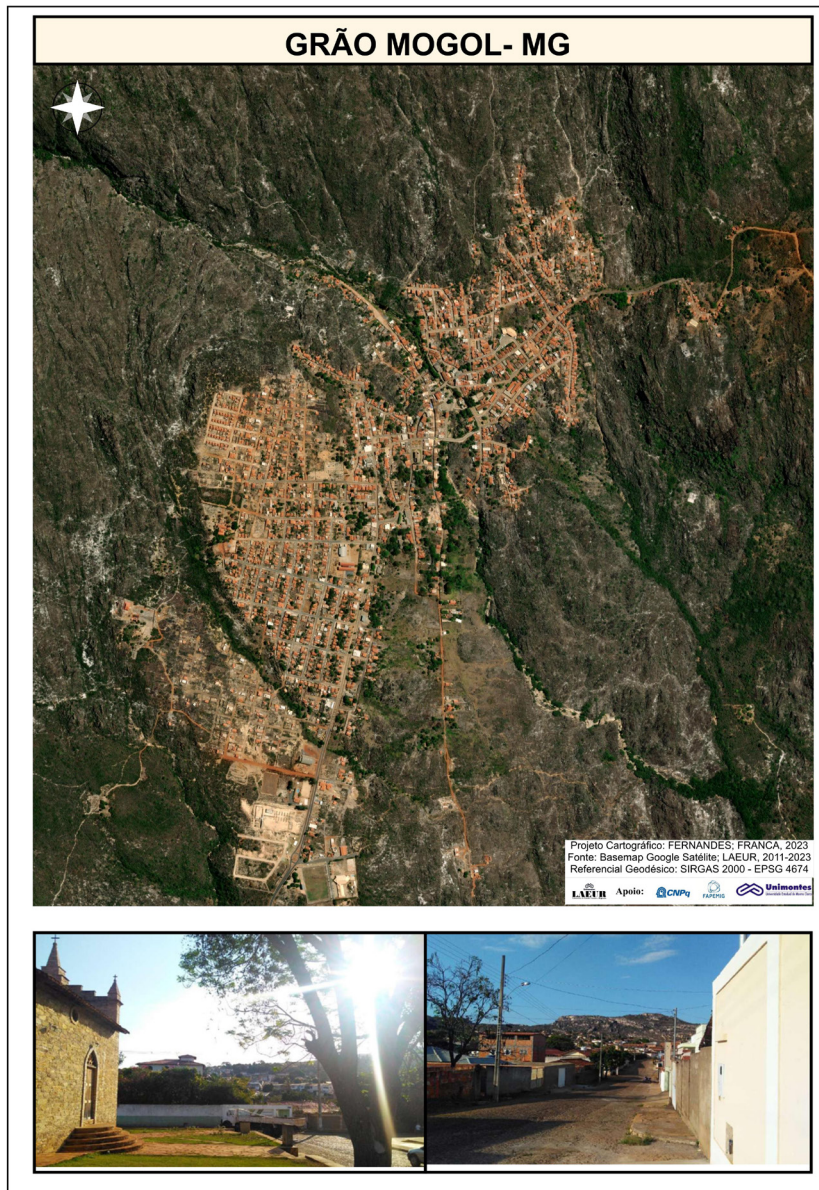
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 9 - Glaucilândia



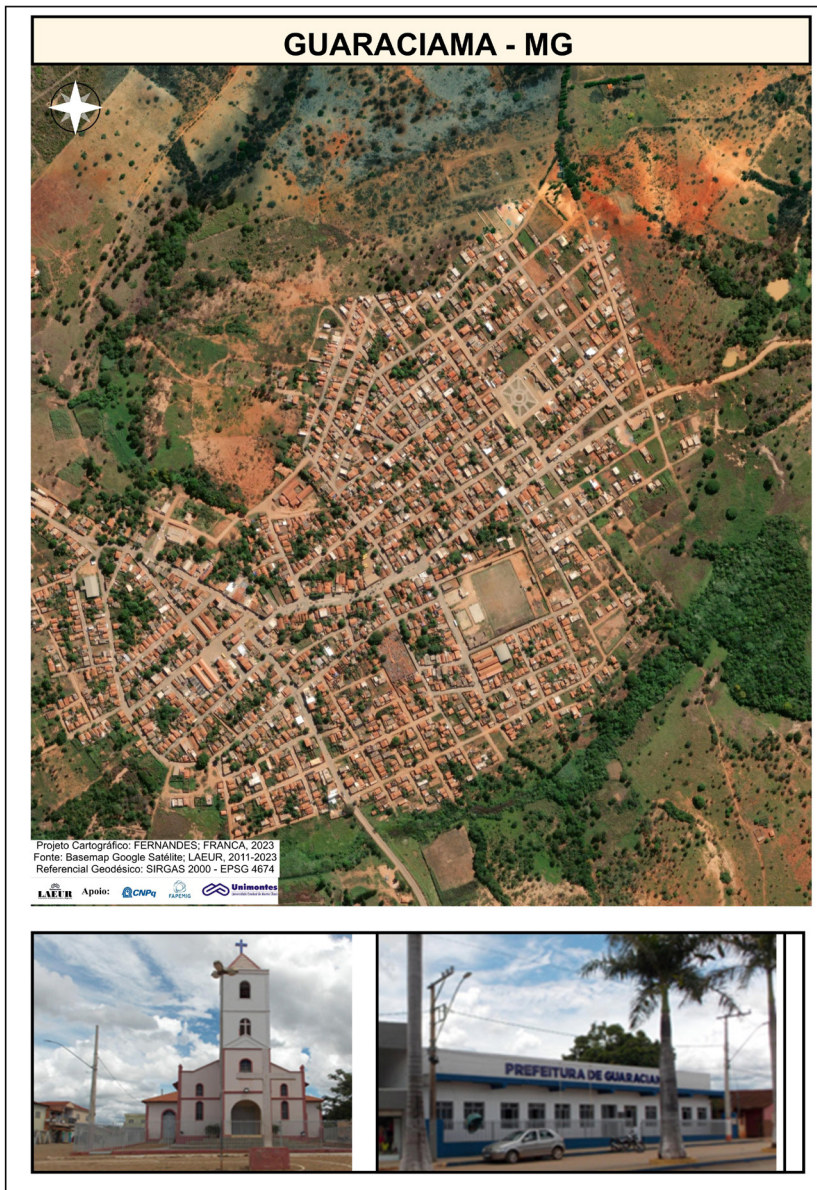
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 10 – Grão Mogol



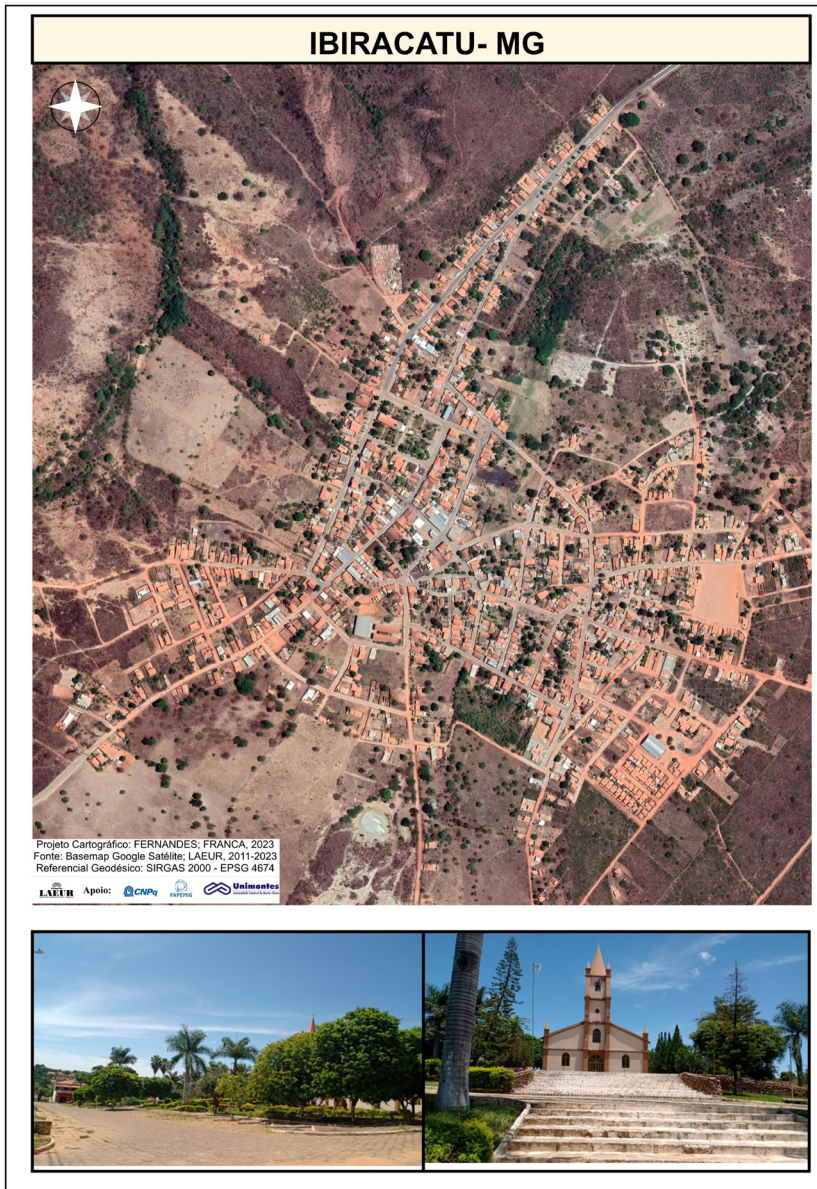
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 11 - Guaraciama



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 12 – Ibiracatu



Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 13 - Itacambira



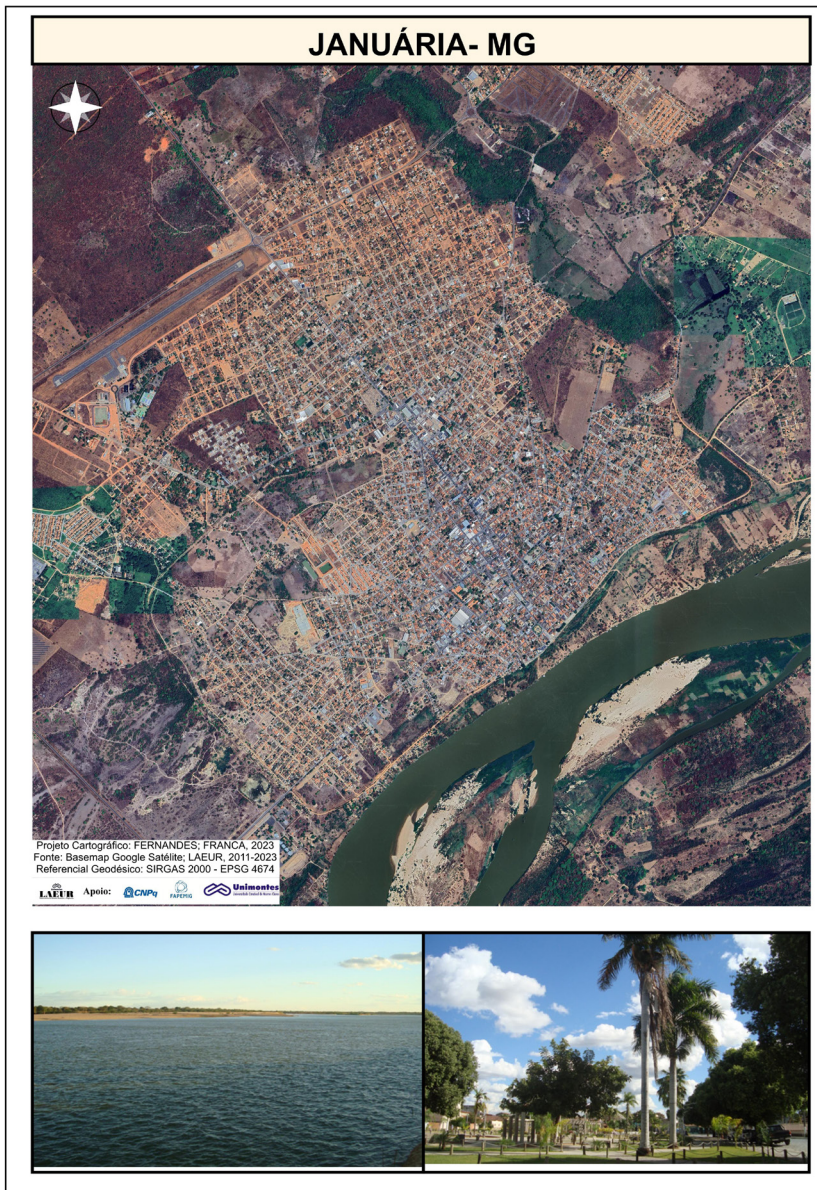
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 14 – Janaúba



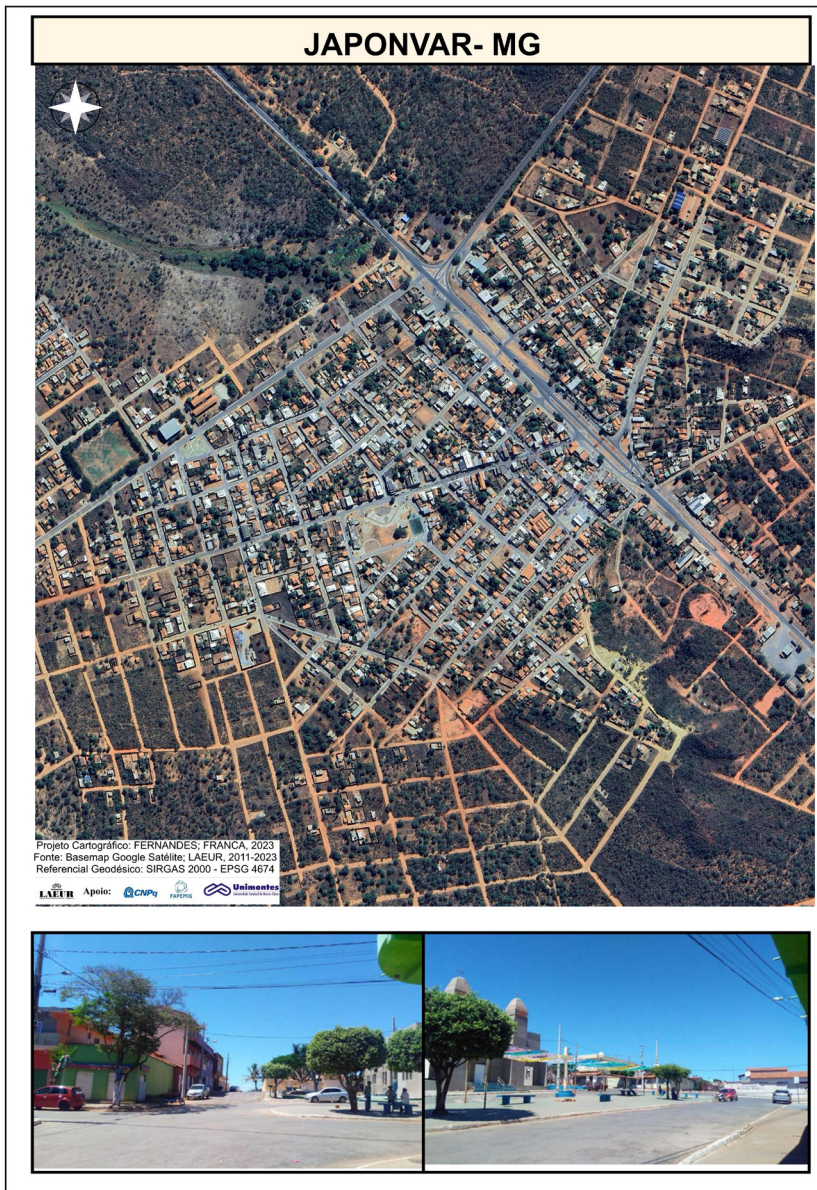
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 15 - Januária



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 16 – Japonvar



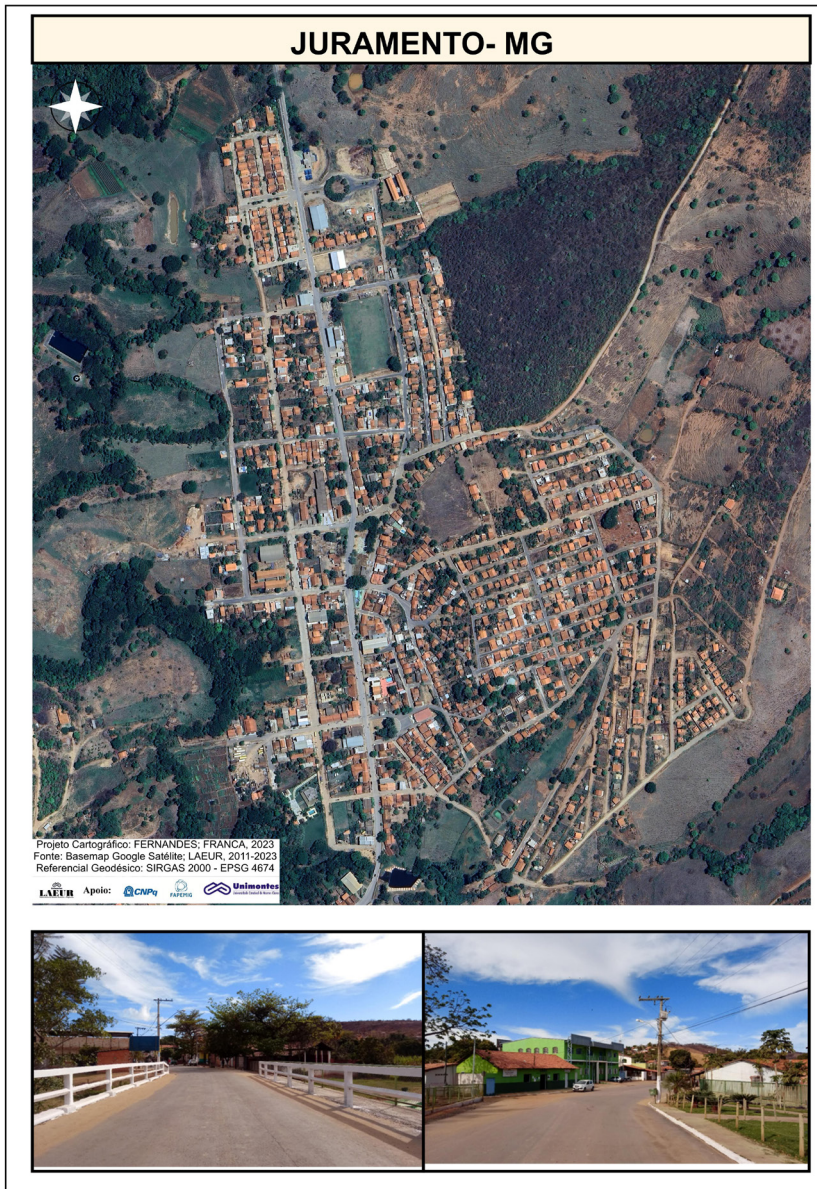
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 17 - Jequitai



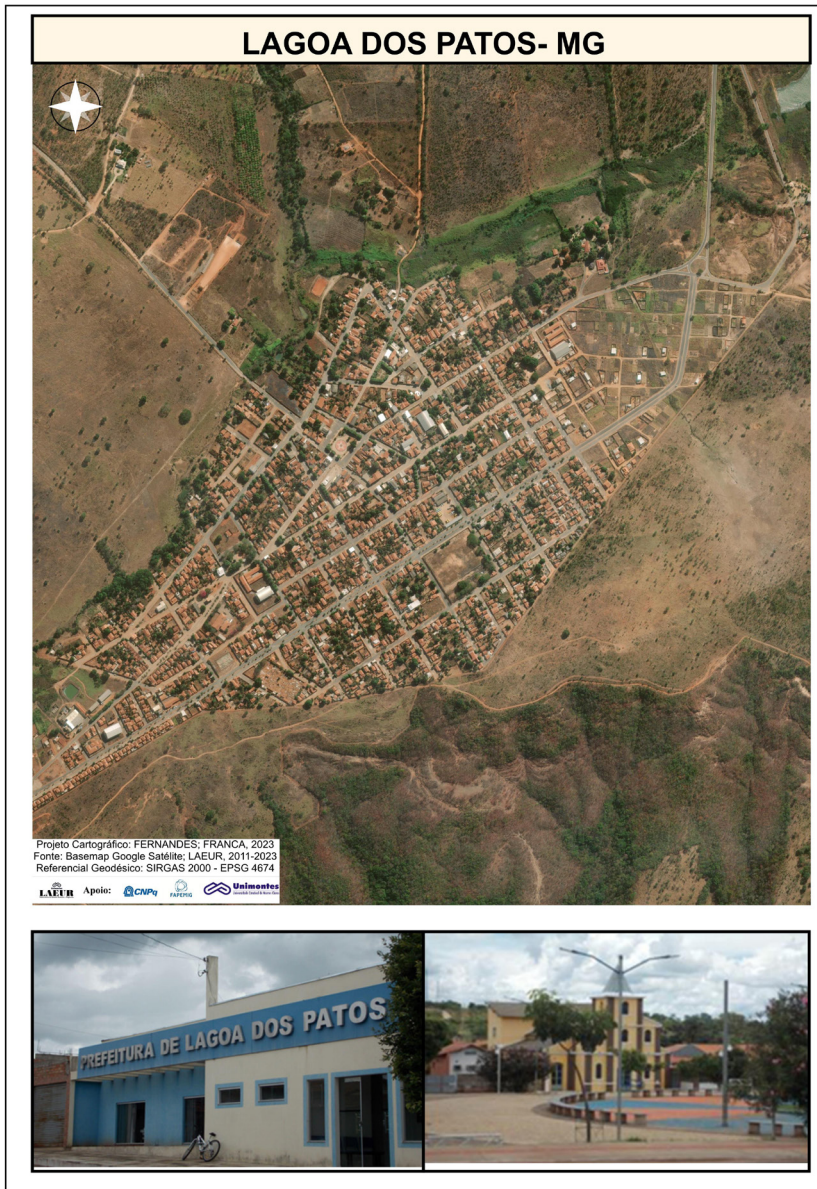
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 18 - Juramento



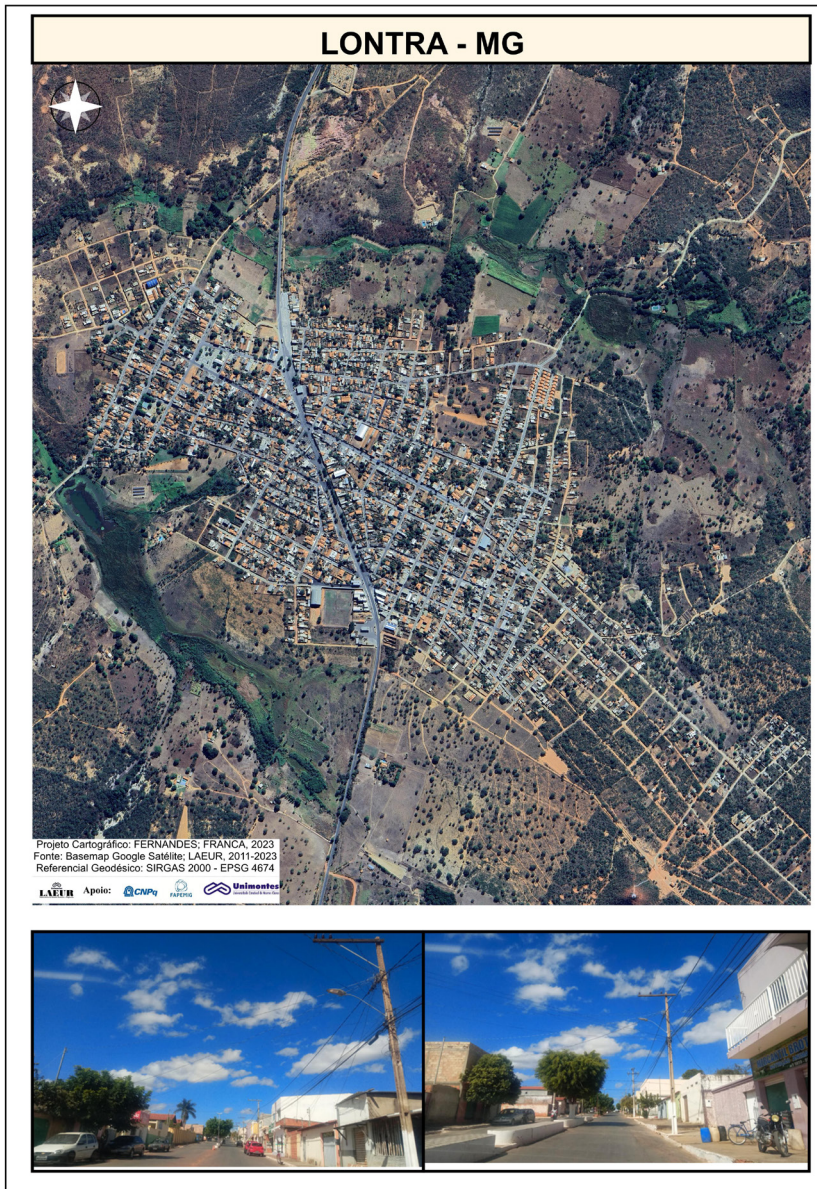
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 19 – Lagoa dos Patos



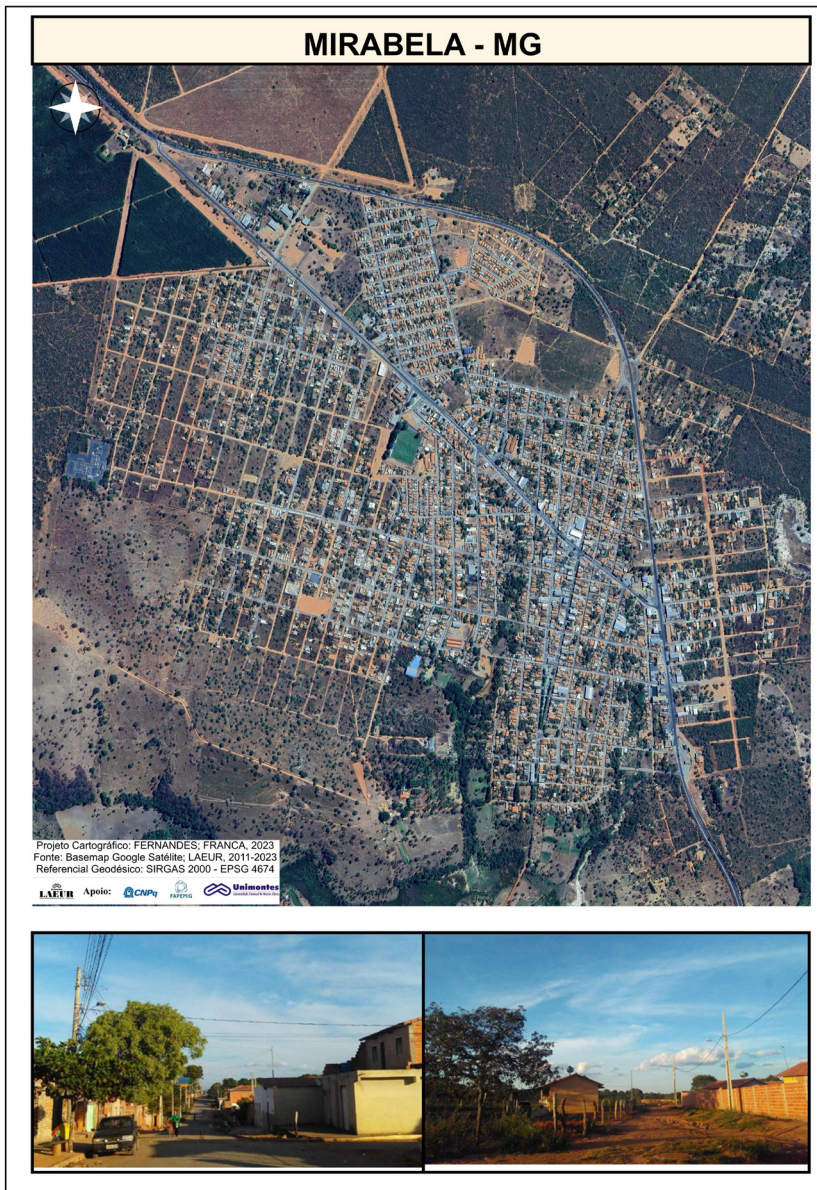
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 20 – Lontra



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 21 - Mirabela



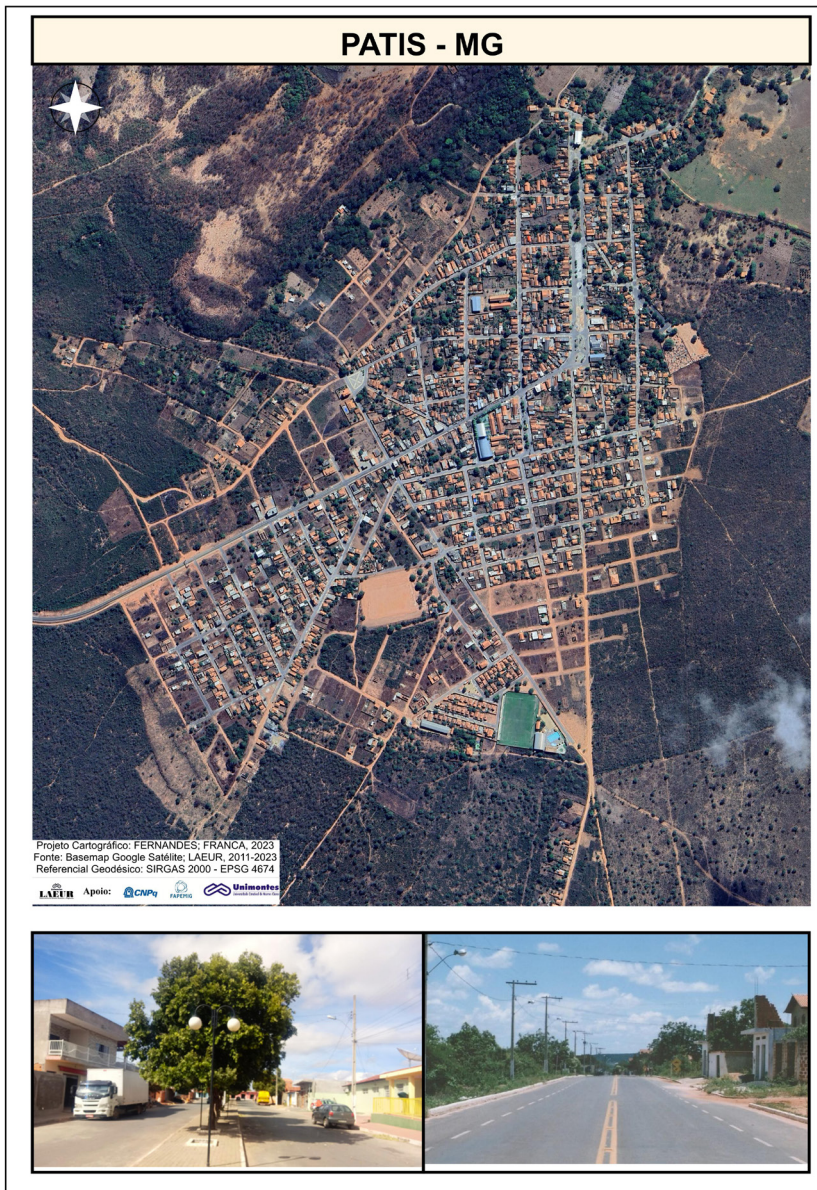
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 22 – Olhos D'água



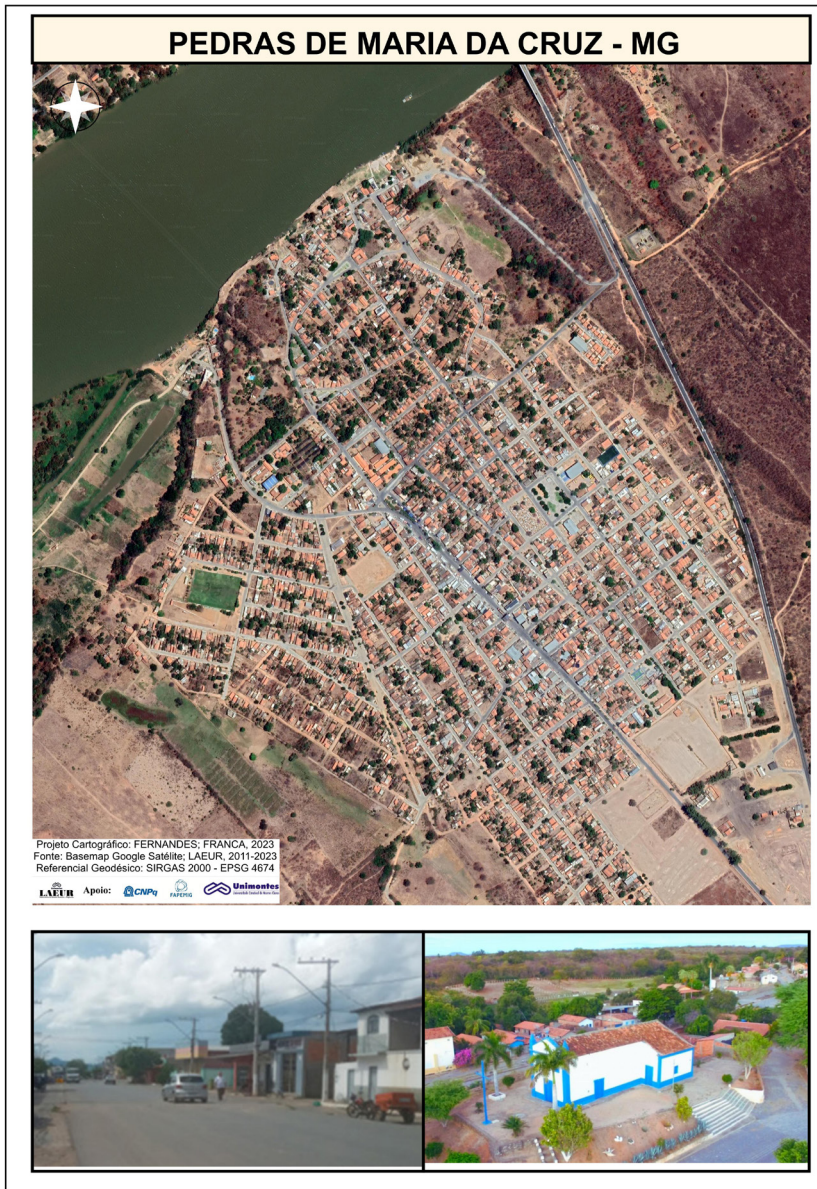
Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 23 – Patis



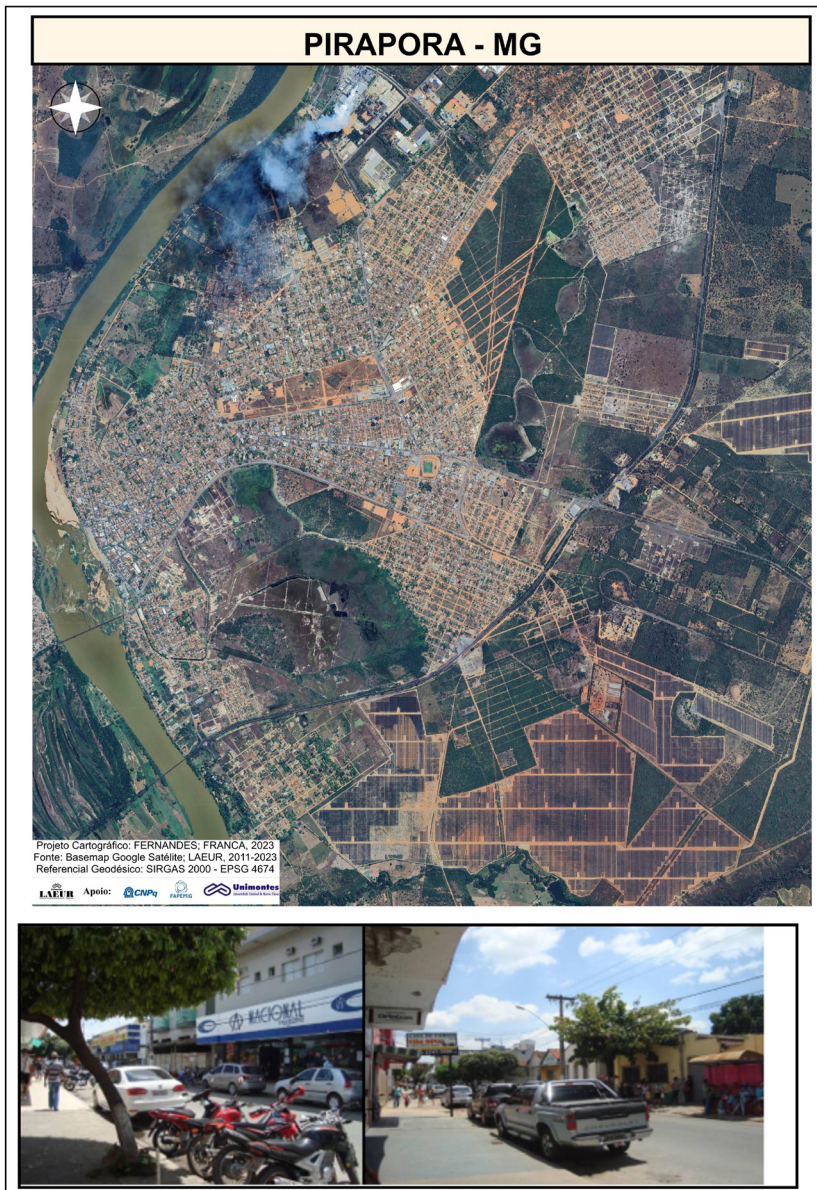
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 24 – Pedras de Maria da Cruz



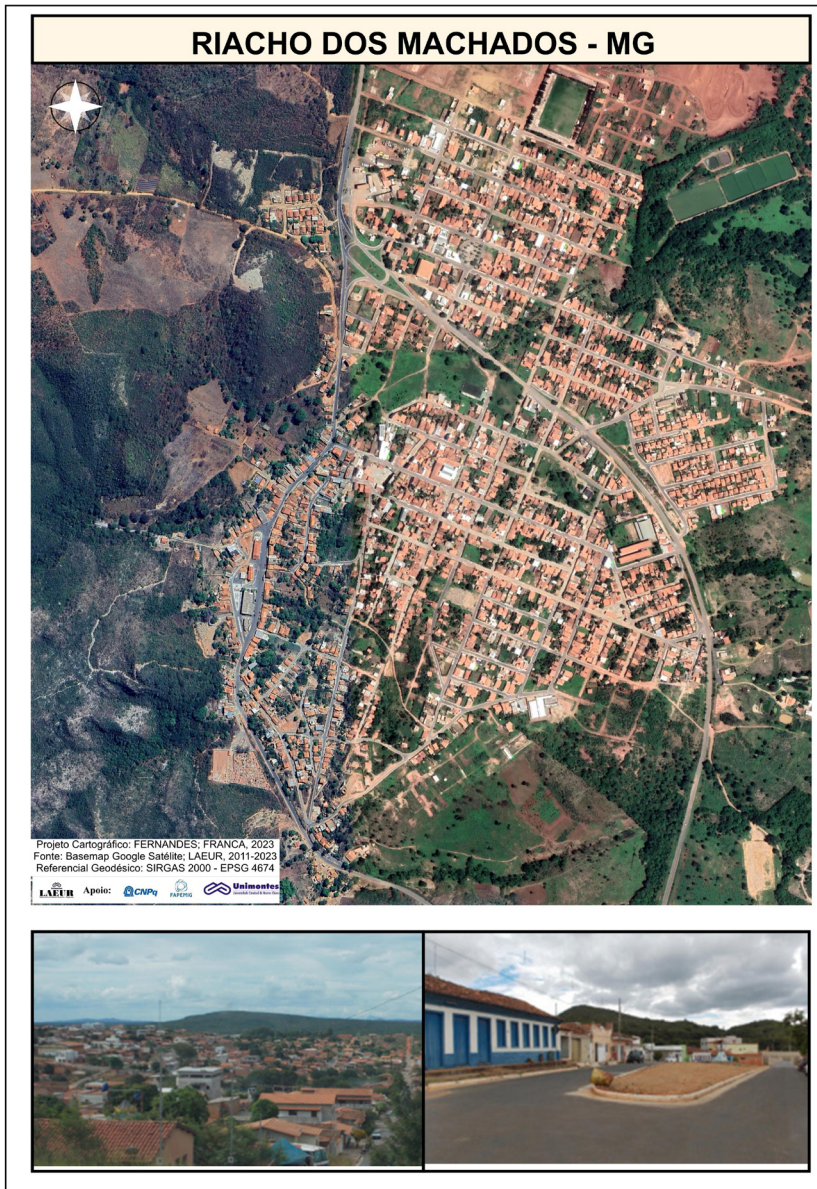
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 25 – Pirapora



Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 26 – Riacho dos Machados



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 27 – São João da Lagoa



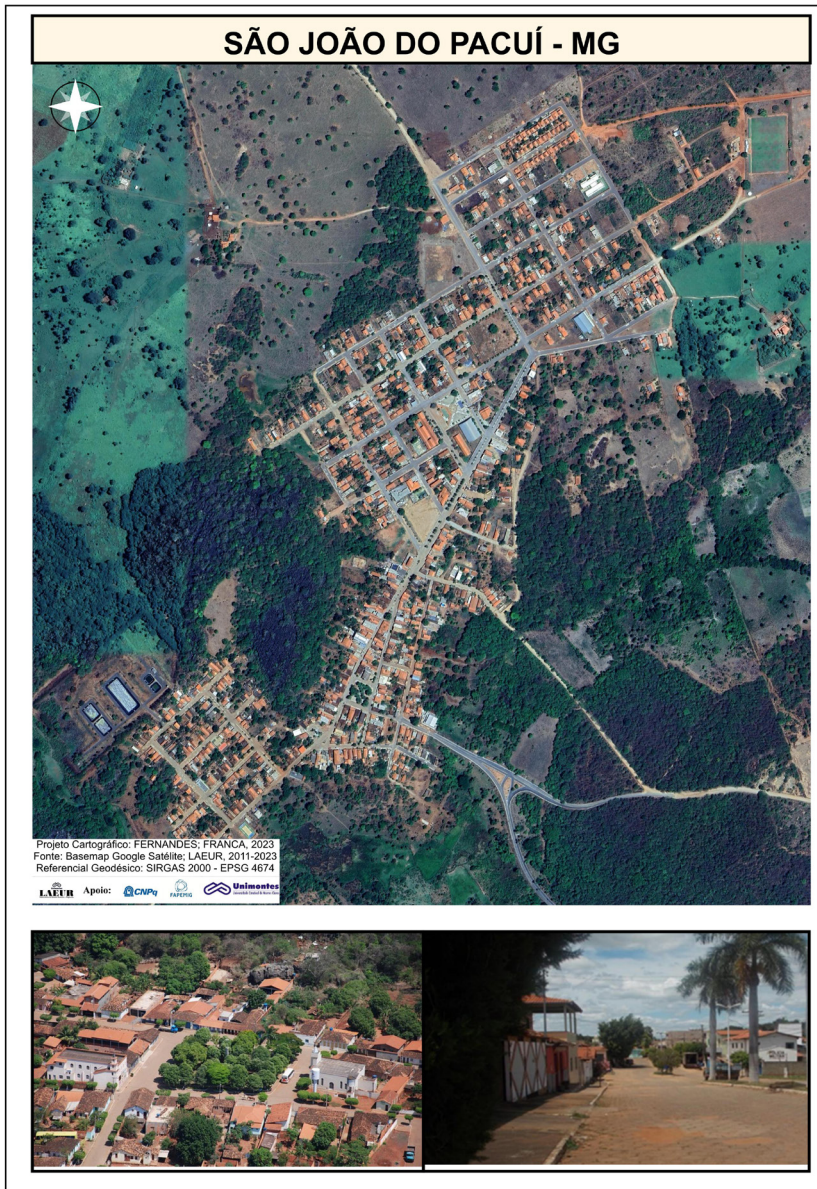
Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 28 – São João da Ponte



Fonte: Os autores (2018–2023)

Iconografia 29 – São João do Pacuí



Fonte: Os autores (2018-2023)

Iconografia 30 – Verdelândia



Fonte: Os autores (2018–2023)

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. *Caderno de Geografia (PUCMG)*, v. 16, p. 35–58, 2006.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro – SP, v. 2, n. 23–24, 33–46, 1982.

BRASIL, Atlas. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)*. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10 abr. 2010.

FRANÇA, I. S. *Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais*. 393f. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: UFU, 2012.

FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. Rede urbana regional, cidades médias e centralidades: estudo de Montes Claros e dos centros emergentes de Pirapora, Janaúba e Januária no Norte de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 2012, volume 14, n. 2. p.169–185.

FRANÇA, I. S. A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. *Dissertação*. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

FRANÇA, I. S.; SANTOS, L. M. O. *Dinâmica econômica, demográfica e social na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (MG): caracterização, heterogeneidade e reflexões para a construção de uma agenda de pesquisa no âmbito da Rede Mikripol*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA/SIMPURB, XVII, 2022, Curitiba/PR. Anais [...]. Paraná: DEGEO/UFPR:ESC. 2022.

FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M. Metropolização, interações espaciais e a proposta de criação da Região Metropolitana de Montes Claros-MG. *OKARA: Geografia em debate*, v. 13, n. 2, p. 538–560, 2019.

GOMES, F. S. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regional*. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

IBGE. *Pesquisa Produto Interno Bruto Municipal*, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/htm/>. Acesso em: 18/02/2022.

IBGE. *População estimada*, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>. Acesso em: 17/02/2022.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias*. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.

IBGE. *Ligações rodoviárias e hidroviárias*. 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades/REGIC*, 2018. Coordenação de Geografia: Rio de Janeiro: IBGE, 2020.192p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 01 jun. 2023.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias*. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3143302>>. Acesso em 01 jun. 2023.

IBGE. *Malhas territoriais*, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LEITE, M. E. *Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso de Montes Claros*. 177 p. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LEITE, M. E. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica da favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG*. 279 p. 2011.

Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MINAS GERAIS. *Projeto de Lei complementar nº 11*, de 31 de março de 2015. Institui a Região Metropolitana de Montes Claros, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2015&n=11&t=PLC&aba=js_tabDocs. Acesso em: 01 jun. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PHLIPPONNEAU, Michel. *“Géographie et action – Introduction à la Géographie Appliquée”*. Paris: Librairie Armand Colin, 1960;

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. *“La Géographie Active”*. Paris: P.U.F., 1964

STAMP, Laurence Dudley. *“Applied Geography”*. London: Penguin Books, 1960.

APÊNDICES

Apêndice 1

SUGESTÕES DE TEXTOS CIENTÍFICOS SOBRE CIDADES E URBANIZAÇÃO DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA (RGINT/MOC)

ABREU JUNIOR, J. R.; FERREIRA, M. L. A.; PEREIRA, A. M. Aglomeração industrial de confecção e de vestuário em duas cidades norte-mineiras: uma análise panorâmica da estrutura e da oferta de emprego. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 15, p. 150-174, 2020.

ALMEIDA, M. I. S. Unidade de paisagem na bacia hidrográfica do rio Pacuí no Norte de Minas Gerais. *GEO UERJ*, v. 39, p. 42701, 2021.

BOITRAGO, W. E. A.; ALMEIDA, M. I. S. Impactos Ambientais na Bacia do Rio Guavinipã no Norte de Minas Gerais. *Revista Cerrados (UNIMONTES)*, v. 19, p. 280-302, 2021.

BORTOLO, C. A. Reflexões sobre a dinâmica de produção de espaços públicos na contemporaneidade norte mineira. In: BORTOLO, C. A. (Org.). *Geografia: diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade*. 1. ed. Porto Alegre: Total Books, 2023, v. 1, p. 1-190.

BORTOLO, C. A.; ALVES, C. H. S. A Importância Socioambiental do Parque Sapucaia na Promoção da Qualidade de Vida em Montes Claros – MG. *GEOGRAFIA (LONDRI-NA)*, v. 32, p. 143-159, 2023.

CARDOSO, A. F.; COSTA, V. A. M.; FRANÇA, I. S. Produção do espaço urbano em cidades pequenas: um estudo de Guaraciama/MG. In: GOMES, I. A. (Org.). *A geografia na Contemporaneidade*. 1. ed. Ponta Grossa/PR, 2018, v. 1, p. 280-293.

DIAS, F. T.; LEITE, M. E.; CEMBRANEL, P.; GUERRA, J. B. S. O. A.; BIRCH, R. S. Brazilian Urban Policy: Sustainability as a Driving Force. *Encyclopedia*, v. 3, p. 614-621, 2023.

DOURADO, L. F. N.; FRANÇA, I. S. O zoneamento morfológico-funcional de Januária-MG. *Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 12, p. 1-40, 2020.

FRANÇA, I. S. Centralidade intraurbana, permanências e transformações espaciais em Montes Claros/MG. *Revista Verde Grande Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, p. 49-80, 2023.

FRANÇA, I. S. Pequenas cidades, problemas urbanos e participação social na perspectiva da população local. *Ateliê geográfico (UFG)*, v. 15, p. 218-237, 2021.

FRANÇA, I. S. Planejamento urbano e participação social em cidade média: a revisão do Plano Diretor de Montes Claros-MG. *GEOTEXTOS (ONLINE)*, v. 12, p. 107-134, 2016.

FRANÇA, I. S. Planejamento, gestão urbana e os seus desafios em escalas não metropolitanas. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, p. 45-63, 2021.

FRANÇA, I. S. Processo de metropolização em cidade média: reflexão a partir da proposição legislativa para a criação da Região Metropolitana de Montes Claros/MG. In: FERREIRA, G. H. C.; COSTA, L. R. F. (Org.). *A geografia do Norte de Minas Gerais: reflexões e proposições*. 1ed. São Paulo: Entremares, 2022, v. 1, p. 81-103.

FRANÇA, I. S. Urbanização Contemporânea de Desigualdades Sociais: análise de Montes Claros/MG. *Revista Geosertões*, v. 5, p. 73-100, 2020.

FRANÇA, I. S.; BOLAY, J. C. Planejamento urbano, instrumentos e práticas: a visão da população local na cidade média de Montes Claros-MG, BRASIL. *Acta Geográfica*, v. 15, p. 62-84, 2021.

FRANÇA, I. S.; PEREIRA, A. M.; COSTA, V. A. M. Planejamento regional e a criação de regiões metropolitanas/ RMS. In: BORTOLO, C. A.; FERREIRA, G. H. C. (Org.). *Cidade-campo no Brasil: dinâmicas e contradições*. 1. ed. São Paulo: Entremares, 2020, v., p. 37-57.

FRANÇA, I. S.; SANTOS, L. M. O. Novas regionalizações em cidades médias: a regulamentação das aglomerações urbanas em Minas Gerais e a proposta de criação da Região Metropolitana de Montes Claros. *Revista Cerrados (UNIMONTES)*, v.21, p.201 - 225, 2023.

FRANÇA, I. S.; LEITE, M. E. . Instrumentos de Planejamento e Gestão Municipal no Brasil. In: CARDOSO, A. D.; VAZ, D. (Org.). *Cidades, escalas e transações*. 1. ed. Humus, 2022, v. 1, p. 233-250.

FRANÇA, I. S; ALMEIDA, M. I. S.; SANTOS, B. S. M. Planejamento urbano na região norte mineira: desafios e perspectivas dos gestores públicos. *GEOFRONTER*, v. 1, p. 29-44, 2018.

FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M. Metropolização, Interações Espaciais e a Proposta de Criação da Região Metropolitana de Montes Claros-MG. *OKARA: Geografia em Debate* (UFPB), v. 1, p. 538-560, 2019.

FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M.; FONSECA, M. A. Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades. *ÁGORA (UNISC. ONLINE)*, v. 21, p. 119-133, 2019.

LEITE, M. E.; FRANÇA, I. S. Spatial dynamics and urban morphology in a medium-sized brazilian city. *Research, Society and Development*, v. 11, p. 1-12, 2022.

LEITE, M. E.; VELOSO, R. J.; REIS, G. A. O cadastro territorial multifinalitário na gestão dos municípios do Norte de Minas Gerais. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 26, p. 1-13, 2022.

NUNES, F. R.; ALMEIDA, M. I. S. Indicadores morfométricos e uso da terra na bacia do riacho Cana Brava, norte de Minas Gerais. *Revista Cerrados (UNIMONTES)*, v. 20, p. 378-400, 2022.

OLIVEIRA, L. C. B.; PEREIRA, A. M. A. Geografia das redes de supermercado: considerações sobre o Norte de Minas Gerais. *Ensaio de Geografia*, v. 7, p. 52-78, 2021.

SANTOS, L. M. O.; FRANÇA, I. S. Cidades saudáveis. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 109, p. 235-254, 2023.

SOUZA, C. Y. V.; PEREIRA, A. M. Expansão das Instituições de Ensino Superior e as Dinâmicas Espaciais Intraurbanas em Montes Claros/MG. *Revista Geografares*, v. 1, p. 69-92, 2021.

VIDAL, V. C.; SOUSA, H. C. R.; FRANÇA, I. S. Planejamento e gestão urbana: análise da participação social no Norte de Minas Gerais. *Geografia: Ensino, Desenvolvimento e Sustentabilidade*. 1ed. Piracanjuba-GO: Conhecimento Livre, 2020, v. 1, p. 1-20.

Apêndice 2

ESTA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA É RESULTANTE DAS SEGUINTE PESQUISAS FINANCIADAS PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG.

Planejamento Regional e a Viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: interações espaciais, diagnóstico urbano e políticas públicas. APQ 03318/18 EDITAL DEMANDA UNIVERSAL/Fapemig 2018.

Planejamento Regional e Instrumentos de Gestão Intermunicipal no Norte de Minas Gerais – Financiada pela Fapemig “EDITAL 01/2016 – DEMANDA UNIVERSAL – CSA – APQ-02653-16, e, aprovada pela Resolução N. 168 CEPEX – 2015 UNIMONTES

A rede urbana norte-mineira: consolidação, dinâmicas recentes e refuncionalização (1950 a 2010). REF. PROJETO 003.001.0523, Edital 01/2011 – Fapemig – Demanda Universal Processo No. SHA – APQ – 00719-11, com financiamento da Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

Apêndice 3

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS/UNIMONTES

CURSOS: GEOGRAFIA

Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LAEUR

Pesquisa: Planejamento regional e a viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: interações espaciais, diagnóstico urbano e políticas públicas". (Fapemig Processo APQ- 03318-18)

Financiada pela Fapemig "EDITAL 01/2018 - DEMANDA UNIVERSAL - (Fapemig Processo APQ- 03318-18)

Coordenadora: Profa. Dra. Iara Soares de França

Pesquisadores: Luara Martins Oliva Santos CPF: xxx.xxx.xxx-xx (Mestre em Geografia), Ana Clara Medeiros de Souza, CPF: xxx.xxx.xxx-xx (Graduanda em Geografia)

Município: _____

Questionário População

1. Na sua opinião, quais os principais problemas do município?
2. Como solucioná-los? Quem é o responsável?
3. Você conhece o plano diretor ou outras leis do seu município? Participou do processo que as instituíra? Foi informado pelo poder público?
4. Considera importante a sua participação no processo de planejamento de sua cidade? Por quê?
5. Quais recomendações daria a gestão atual?

Apêndice 4

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS/UNIMONTES

CURSOS: GEOGRAFIA

Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LAEUR

Pesquisa: Planejamento regional e a viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: interações espaciais, diagnóstico urbano e políticas públicas". (Fapemig Processo APQ- 03318-18)

Financiada pela Fapemig "EDITAL 01/2018 - DEMANDA UNIVERSAL - (Fapemig Processo APQ- 03318-18)

Coordenadora: Profa. Dra. Iara Soares de França

Pesquisadores: Luara Martins Oliva Santos CPF: xxx.xxx.xxx-xx (Mestre em Geografia), Ana Clara Medeiros de Souza, CPF: xxx.xxx.xxx-xx (Graduanda em Geografia)

Município: _____

Entrevistas Gestores

1. Qual a relação do município com a região do Norte de Minas?
(*Projetos, consórcios, citar nos municípios da pesquisa*)
2. Quais são as principais demandas da região?
3. Comente a agenda de Trabalho e a relação com os demais prefeitos
(*diálogos e conversas*).
4. Citar as leis municipais. (*Principais instrumentos urbanísticos*). Qual a importância delas para a gestão?
5. Pensando um planejamento regional (que envolveria os municípios do Norte de Minas), quais setores podem ser planejados regionalmente? Como?
6. Avalie a parceria público privada nesse processo.
7. Quais são os maiores desafios/dificuldades encontrados na gestão pública?

8. Aponte soluções.

9. Qual o papel da população no planejamento urbano?

10. Existe um projeto para a criação da Região Metropolitana de Montes Claros? Qual a sua opinião?

11. Em 2019 foi criada a Proposta de Emenda Constitucional de número 188 (PEC 188/19 ou PEC do Pacto Federativo) em que é prevista a extinção de municípios com até 5 mil habitantes que não comprovarem sustentabilidade financeira até junho de 2023. O senhor tem conhecimento acerca dessa PEC? Se sim, caso seja aprovada, julga que será benéfico a este município?

12. Outros comentários.

Em 31 de dezembro de 2022, a professora Iara Soares de França, coordenadora da Pesquisa “Planejamento regional e a viabilidade da Região Metropolitana de Montes Claros: interações espaciais, diagnóstico urbano e políticas públicas” (Fapemig Processo APQ- 03318-18), realizou contato (no gabinete) na Câmara dos Deputados de Minas Gerais. A entrevista foi disponibilizada pela assessoria do Deputado Tadeus Leite. Q: Bom dia senhor deputado Tadeuzinho, quero lhe perguntar se o projeto será votado este ano, ou se ficará para a próxima legislatura? Próximo mandato?

R: O PLC 11/2015, que institui a Região Metropolitana de Montes Claros, já passou em duas comissões e está aguardando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico finalizar o processo de licitação (modalidade pregão que já foi iniciado) para contratação da instituição que fará os estudos para a criação da RMMOC.

O parecer técnico buscará comprovar quais os benefícios esperados para a região como um todo com a implementação da região metropolitana perante os aspectos de desenvolvimento econômico, sustentável e urbano, mensurando o seu impacto na gestão pública, conforme art. 46 da CE. Assim que for concluído o parecer, o projeto seguirá tramitando na ALMG.

Sobre os autores



Iara Soares de França

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Realizou Estágio de Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), onde foi Bolsista CNPq Pós-Doutorado Sênior (2022-2023). É docente do Departamento de Geociências, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).



Anete Marília Pereira

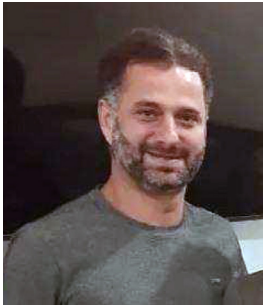
Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialização em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente dos programas de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) e em Desenvolvimento Social (PPGDS).



Carlos Alexandre de Bortolo

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Presidente Prudente/SP. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Atualmente é Professor efetivo no Departamento de Geociências na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG) e também professor permanente no Programa de Pós Graduação em Geografia da mesma instituição, orientando

dissertações e pesquisas que versam sobre a Geografia Humana e a Produção do Espaço Urbano.



Marcos Esdras Leite

Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Unimontes) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (Unimontes). Graduado em Geografia (Unimontes). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência na área de ensino e pesquisa em Geografia, com ênfase em Geotecnologias. É

coordenador do Laboratório de Geoprocessamento (Unimontes).



Maria Ivete Soares de Almeida

Graduada em Geografia (1983) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2000), doutorado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Atualmente é professora nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Tem experiência na área de Geografia, Geomorfologia, Geomorfologia Ambiental e Hidrografia,

atuando principalmente nos seguintes temas: problemas ambientais, qualidade de vida, meio ambiente, degradação, hidrografia, conservação, riscos naturais, cidade média e conjunto habitacional, espaço urbano e Montes Claros-MG. Exerceu, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, o cargo de Pró-Reitora de Ensino da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e exerceu o cargo de Vice-Reitora, no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2014.



ISBN 978-65-86467-75-8



9 786586 467758